



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOSSOCIOLOGIA
DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS

VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS E
ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS COM SUJEITOS EM
SITUAÇÃO DE DESASTRES AMBIENTAIS

Patricia Carla de Almeida e Souza

Rio de Janeiro, RJ
2015

**VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS E
ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE TRABALHO COM
SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE DESASTRES
AMBIENTAIS**

Patricia Carla de Almeida e Souza

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicossociologia de
Comunidades e Ecologia Social do
Instituto de Psicologia, na Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
ao grau de Doutora em Psicologia**

**ORIENTADOR:
Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro**

**Rio de Janeiro
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA

Souza, Patricia Carla de Almeida.

Vulnerabilidades Socioambientais e Estratégias Psicossociais com Sujeitos em Situação de Desastres Ambientais/Patricia Carla de Almeida e Souza. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

198f.

Orientador: Carlos Frederico B. Loureiro

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2015.

1. Desastres Ambientais 2. Resiliência 3. Vulnerabilidade 4. Inundações 5. Desalojados e Desabrigados – Teses. I. Loureiro, Carlos Frederico (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS. III. Título

Vulnerabilidades Socioambientais e Estratégias Psicossociais com Sujeitos em Situação de Desastres Ambientais

Patricia Carla de Almeida e Souza

Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social – EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutora.

Aprovada em 16 de março de 2015

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro – Instituto de Psicologia, Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Orientador

Prof. Dr. Michel Thiollent – Instituto de Psicologia, Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Ana Maria Marques Santos – Instituto Multidisciplinar, Departamento de Educação e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Melo Oliveira – Doutor pelo Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Prof. da Associação Brasileira de Trauma

Prof. Dra. Roberta Maria Lobo – Instituto de Educação, Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos Pinheiro Barreto – Faculdade de Educação, Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento/Universidade Federal Fluminense

**Rio de Janeiro
2015**

DEDICATÓRIA

A minha mãe Jô, meu primeiro
exemplo de Resiliência!

A meu pai Zé Carlos, pelo
Reconhecimento de filha!

A meus amados filhos, Lucas e Gabriela,
pela Sintonia de nossos corações e
profundo Afeto!

A Nelson, companheiro de todas as horas,
pelo Acolhimento e Carinho!

E a Edno (in memorium) e Vó Alda (in memorium),
pelo Suporte educativo em minha infância, essencial
para este percurso acadêmico!

Minhas Reverências!

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar agradecendo ao acolhimento, gentileza, simplicidade e cumplicidade nestes últimos quatro anos de parceria acadêmica com meu orientador, Carlos Frederico Loureiro. Agradeço, ainda, por acreditar e apoiar o desafio desta pesquisa, com a serenidade, a segurança e o acompanhamento de orientação constante, base para a escrita dos artigos e dos trabalhos apresentados no Brasil e no exterior, representando nosso grupo de pesquisas LIEAS/UFRJ. Hoje, posso dizer que me sinto incluída nos estudos da *Educação Ambiental Crítica*! Meu afeto, também, a cada companheiro deste grupo de pesquisas.

Aos professores componentes da banca, agradeço em nome de todos os seus alunos, pelo comprometimento acadêmico e pelo afeto que transbordam de seus corações, proporcionando o estímulo necessário às novas pesquisas e trabalhos de campo. Sinto-me honrada em tê-los ao meu lado, neste momento tão importante!

À Professora Selene Herculano (UFF), ao professor Andrew Collins (Northumbria, Inglaterra), ao professor Hettige (Colombo, Sri Lanka), aos demais professores e colegas do programa de doutorado *ANDROID* pelo carinho e apoio técnico na área de desastres ambientais. E, ainda, a Michael Jones (EUA) agradeço pelas leituras de última hora e sugestões; à Irene, Fátima e Marco pelo suporte terapêutico e acolhimento nos momentos mais críticos desta jornada.

À Efu (SE), Sônia (SE), Marcos (UFRJ), Mariano (TCI), Alexandre, Daniele, Lilian (EMDR) meu afeto e respeito por sua vasta experiência em situações de trauma. Agradeço a participação e desejo que transbordem muita LUZ em seus projetos comunitários!

A toda minha família, tios e primos de Niterói, Teresópolis, Petrópolis, Ceará, Santa Catarina, os quais presenciaram ao longo dos anos inundações nas cidades e seca no sertão. Aos moradores de área de risco e sujeitos em situação de desastres no Brasil e em outros países, meu respeito por seus braços fortes e resilientes.

À minha filha querida, Gabriela, pela paciência, carinho e auxílio operacional na formatação desta tese. Ao meu filho querido, Lucas e ao meu companheiro de vida, Nelson, pelas leituras ao texto e compreensão, quando meus olhos já demonstravam cansaço. Meu eterno amor a vocês!!

Finalizo, com um beijo no coração de minha mãe e meu pai; tios, tias, primos e primas; enteados queridos; meus padrinhos de Petrópolis; meus irmãos; amigos e amigas de todas as horas, incluindo Carmem, no suporte logístico de nosso lar.

RESUMO

A presente pesquisa qualitativa e exploratória investiga e discute acerca de questões socioambientais e psicossociais dos sujeitos envolvidos em situação de risco e/ou desastre ambiental, com enfoque especial aos desabrigados e desalojados pelas inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro. Além da vulnerabilidade a que estão expostos, constantemente, os moradores destas áreas vivem em situação de exclusão social, parte deles tendo perdido suas famílias. São discutidos conceitos relacionados à questão de desastres ambientais, incluindo revisão em literatura nacional e internacional sobre os desafios sociais, econômicos, materiais e imateriais, que envolvem o tema. O referencial teórico teve como base os conceitos de *justiça ambiental*, *reconhecimento*, *enraizamento/territorialidade*, *vulnerabilidade* e *resiliência*, citando, ainda, a experiência de outros países sobre a temática, com desafios e processos de vulnerabilidade muito semelhantes aos de nossa realidade brasileira. A pesquisa de campo incluiu observação participante e entrevistas aprofundadas e semi-abertas, relatando as estratégias psicossociais realizadas com sujeitos em situação de desastres ambientais, especialmente entre os anos de 2010 e 2013. O reconhecimento das experiências já vivenciadas em situações de ação conjunta anteriores pela população local pode ser uma estratégia de vital importância para futuros trabalhos, ampliando a resiliência dos sujeitos envolvidos. O processo da pesquisa apontou uma enorme lacuna e fragmentação tanto das pesquisas acadêmicas sobre os desastres ambientais no Brasil, quanto em trabalhos de ação comunitária, com base em abordagens socioambiental e psicossocial, indicando necessidade de uma maior sistematização do reduzido número de trabalhos encontrados em campo.

Palavras-Chave: Desabrigados, Desastres Ambientais, Estratégias Psicossociais, Vulnerabilidade Socioambiental, Resiliência

ABSTRACT

The aim of this qualitative and exploratory research is to investigate and discuss about questions related to socio-environmental and psychosocial issues, concerning at risk subjects, focusing specially homeless or displaced subjects from floods and landslides in Rio de Janeiro state. Besides the vulnerability they are constantly exposed to, residents of those areas live in social exclusion situation, some of them having lost their families. Concepts related to environmental disasters are discussed, including national and international literature review about social, economic, material and immaterial challenges, related to the theme. The theoretical reference included concepts of environmental justice, recognition, rootness/territorialization, vulnerability and resilience, together with the experiences of other countries, where challenges and vulnerability processes are very similar to the Brazilian reality. Field research included participant observation and semi-structured, extended in-depth interviews, presenting the psychosocial strategies performed with the subjects in situation of environmental disasters, especially between 2010 and 2013. The recognition of their collective previous experiences by local residents can be an essential strategy for future works, enhancing the resilience of the involved subjects. Finally, research process revealed lack and fragmentation of academic researches and community action projects related to environmental disasters in Brazil, based upon socio-environmental or psychosocial approaches. Thus, that also indicates the necessity of a wider systematization of the reduced number of field work found in the country.

Key Words: Environmental Disasters – Psychosocial Strategies - Resilience – Socio-Environmental Vulnerability – Displaced and Homeless

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1.** Inundações provocadas pelas chuvas de 2008 a 2012, RJ, pág. 18;
- Figura 2.** Percentual de municípios por instrumento de planejamento no Brasil/2013, pág. 19;
- Figura 3.** Gerenciamento de riscos no Brasil, pág. 19;
- Figura 4.** Petrópolis volta a ficar em estado de atenção, 2013, pág. 31;
- Figura 5.** Desastres naturais no estado do Rio de Janeiro entre 1991 e 2010, pág. 32;
- Figura 6.** Desastres naturais no estado do Rio de Janeiro registrados das décadas de 1990 e 2000, pág. 33;
- Figura 7.** Foto panorâmica do Morro do Bumba, após a tragédia, pág. 35;
- Figura 8.** Deslizamentos de terra nos morros em Teresópolis, RJ, após chuvas, 12.01.2011, pág. 36;
- Figura 9.** Restauradora de arte e sua família, em Xerém, aguardam aluguel social, 2013, pág. 37;
- Figura 10.** Inundações de 2011 em Nova Friburgo, 2011, pág. 39;
- Figura 11.** Enchentes no Vale do Itajaí, 2008, pág. 38;
- Figura 12.** Abrigo improvisado em um ginásio, para famílias desabrigadas em Teresópolis, Rio de Janeiro, 2011, pág. 91;
- Figura 13:** Terremoto no Haiti, 2010, pág. 92;
- Figura 14:** Foto Terremoto no Chile, 2010, pág. 93;
- Figura 15:** Foto Inundações na Colômbia, 2010, pág. 93;
- Figura 16:** Foto Tempestade de Neve Califórnia, EUA, 2010, pág. 94;
- Figura 17:** Foto Inundação Ilha da Madeira, Portugal, pág. 95;
- Figura 18:** Foto Ciclone em Queensland, Austrália, pág. 96;
- Figura 19:** Foto Vulcão na Islândia, 2010, pág. 97;
- Figura 20:** Foto Furacão Katrina, México, 2010, pág. 98;
- Figura 21:** Foto Mianmar após Ciclone *Giri*, 2010, pág. 99;
- Figura 22:** Foto Aeroporto de Sendai, Japão, destruído pelo Tsunami, 2011, pág. 101;
- Figura 23:** Imagem da Trajetória do Tufão Haiyan nos diversos países, pág. 101;
- Figura 24:** Foto Tufão Haiyan, antes de atingir as Filipinas, 2013, pág. 111;
- Figura 25:.** Foto publicada em Desabafos Niteroienses, 2011/2012, pág.

QUADROS

Quadro 1: Informações sobre os Entrevistados, pág. 45;

Quadro 2: Etapas dos Desastres Ambientais, pág. 58.

LISTA DE SIGLAS

ABT – Associação Brasileira de Trauma;

ANDROID – Academic Network for Disaster Resilience to Optimise Educational Development/Rede Acadêmica para Resiliência em Desastres para Otimização do Desenvolvimento Educacional;

APP - Áreas de Proteção Permanente;

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior;

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alerta a Desastres Naturais;

CID-10 - Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde;

CNN – Cable News Network (Canal a Cabo de Notícias Norte-Americano).

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

CPTEC/INPE – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

DEDC-SC – Departamento Estadual de Defesa Civil de Santa Catarina;

EFE – Agência de Notícias;

EICOS/UFRJ – Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

EM-DAT – The International Disaster Database/Base de Dados Internacional sobre Desastres;

EMDR – Eye Movement Desensitization and Reprocessing/Dessensibilização e Reprocessamento por Movimentos Oculares;

EMOP RJ – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro;

EUA – Estados Unidos da América;

FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro;

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IAEG - International Association for Engineering Geology;

ISDR – Estratégia Internacional para Redução de Desastres;

ISRM - International Society for Rock Mechanics

ISSMGE - International Society for Soil Mechanics and Geotechnical Engineering

JTCI – Joint Technical Comitee/Comitê Técnico de Escorregamentos e Encostas Artificiais;

LIEAS/UFRJ – Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade, grupo de pesquisas CAPES da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

MPRJ – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;

Music - Pesquisa de Informações Básicas Municipais;

NHK – Nippon Hoso Kyokai (Corporação de Radiodifusão Japonesa);

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;

ONG - Organização Não-Governamental;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PNDEC - Política Nacional de Defesa Civil;

PNGR - Plano Nacional para Gestão de Riscos;

PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento;

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

PUC RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;

RAE - Respostas Agudas ao Estresse;

RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental;

Rio + 20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável;

RJ - Rio de Janeiro;

RS - Rio Grande do Sul;

SE – Somatic Experience – Experiência Somática;

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente;

SEDEC – Secretaria de Estado de Defesa Civil;

TCI - Terapia Comunitária Integrativa;

TEPT - Transtorno de Estresse Pós-Traumático;

TFA – Trauma First Aid/Primeiros Socorros no Trauma de Choque;

TRE – Trauma Releasing Exercises/Exercícios para Alívio do Trauma;

UFF – Universidade Federal Fluminense;

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;

UNEP – United Nations Environment Program/Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

UN-IDNDR - International Decade for Natural Disaster Reduction/Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais;

UNISDR – The United Nations Office for Disaster Risk Reduction/Setor das Nações Unidas para Redução de Risco e Desastres;

USGS – United States Geological Survey/Pesquisa Geológica dos Estados Unidos;

SUMÁRIO	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Antecedentes e Implicações	26
1.2 Contexto e Caracterização do Problema	30
1.3 Inundações e Deslizamentos de Terra	30
2. OBJETIVOS	42
3. METODOLOGIA	43
3.1 Informações sobre os Entrevistados	44
3.2 Procedimentos e Tratamento dos Dados	47
3.3 Pesquisas Internacionais sobre Desastres Ambientais – O Programa ANDROID	52
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	55
4.1 Desastre Ambiental	55
4.2 Risco Ambiental	65
4.3 Justiça Ambiental	66
4.4 Território, Enraizamento e Reconhecimento	70
4.5 Vulnerabilidade	73
4.6 Resiliência	80
4.7 Onde as Questões Socioambientais e Psicossociais se Encontram	87
5. BREVE PANORAMA DOS DESASTRES AMBIENTAIS EM OUTROS CONTINENTES	90
5.1 Países Diferentes, Desafios Semelhantes	102
5.2 Sri Lanka e Brasil: Vulnerabilidades	103
6. CONFLITOS AMBIENTAIS E ÁREA DE RISCO NO ESTADO DO RJ	106
6.1 Onde Dissertação e Tese se Encontram	107
6.2 E os Desastres são Naturais?	112
6.3 A Condição de Desabrigado e Desalojado no RJ	114
6.4 A Participação da População: Abordagens “Bottom-Up”	120
7. VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA DOS SUJEITOS: ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS PELOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS	125
7.1 Vulnerabilidade do Profissional	129
7.2 Ponto Zero: Aprender com o Contexto	134
7.3 Lideranças Locais	140
7.4 Orientação Espacial/Temporal e Acolhimento	142
7.5 Recursos	149
7.6 O Trabalho com Crianças e Adolescentes	155
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	169
ANEXOS I – Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental	181
ANEXO II – Informações sobre as Abordagens em Uso pelos Entrevistados	187

1.INTRODUÇÃO

Um número grande de catástrofes ambientais vem sendo registrado no planeta, de acordo com dados apresentados nas pesquisas de Marcelino, Nunes e Kobiyama (2006), deixando milhares de mortos e desabrigados em escala global. Dados históricos registram na China, cerca de 7.000.000 pessoas, que morreram afogadas e 10.000.000 pereceram, subseqüentemente, por fome e doenças, devido a uma grande inundação em 1332 (BRYANT, 1997). Em 1755 ocorreu o famoso terremoto de Portugal, que atingiu 8,6 graus na escala Richter, vitimando cerca de 50.000 pessoas, por decorrência dos tremores de terra, do tsunami e dos incêndios que devastaram Lisboa. A cidade de Calcutá, Índia, também foi seriamente afetada por um ciclone em 1864 que, além do rastro de destruição e do enorme prejuízo, acarretou em 80.000 vítimas fatais (SPIGNESI, 2005).

Dados mais recentes incluem os terremotos registrados no Japão (1923), URSS (1948), China (1976) e Irã (1990); as inundações na China (1931), Guatemala (1949), Bangladesh (1974) e Venezuela (1999); e os ciclones tropicais na Índia (1935), Japão (1959), Bangladesh (1979) e Honduras (1998) (TOBIN e MONTZ, 1997; EM-DAT, 2005), além da tsunami de 26 de dezembro de 2004, que atingiu várias nações banhadas pelo Oceano Índico, entre as quais Indonésia, sul da Índia e Sri Lanka. Conforme Kohl et al. (2005). O tsunami deixou mais de 170.000 mortos, 50.000 desaparecidos, 1.723.000 desalojados e 500.000 desabrigados.

O Comitê das Nações Unidas estabeleceu o período entre 1990 a 1999 como a *Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais* - UN-IDNDR - seguindo recomendações da Resolução 44/236, de 22 de dezembro de 1989. A intenção era reduzir, através de ações internacionais, a perda da vida, a destruição de propriedades e as complicações sociais e econômicas causadas por desastres naturais como terremotos, tsunamis, inundações, deslizamentos de terra, entre outros. Após o período estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a UN-IDNDR, em 1999 foi criada a *Estratégia Internacional para Redução dos Desastres* (ISDR). O novo documento incluiu recomendações para a criação de sistemas de redução de desastres, trabalhos de adaptação às mudanças climáticas, aumento nos investimentos na redução de desastres e auxílio na construção de *idades resilientes*. Apesar disso, nos últimos anos de nossa história, um número crescente de pessoas, no mundo, vem sendo afetadas por desastres

relacionados a riscos ambientais. Mais especificamente, a partir da década de 50, houve um incremento significativo na frequência e na intensidade dos desastres naturais em todo o globo (EM-DAT, 2005).

A EM-DAT - *The International Disaster Database* - consiste numa base de dados internacional, sendo a fonte oficial de dados estatísticos em relação a desastres da UN-ISDR, com mais de 18.000 grandes desastres ocorridos em todo o mundo desde 1900. De acordo com a EM-DAT, um determinado evento é considerado *desastre*, quando se verifica pelo menos uma das seguintes situações: 10 ou mais pessoas são dadas como vítimas mortais; 100 ou mais pessoas são registradas como afetadas; quando é declarado estado de emergência; quando é feito pedido de ajuda internacional. Além disso, define *perigos naturais* como ocorrências inevitáveis, enquanto os *desastres* são eventos, que podem ser prevenidos ou minimizados, através do estudo de eventos anteriores e monitoramento de situações presentes (UN-ISDR, 2004). Ainda, de acordo com a base de dados internacional citada, considerando apenas desastres hidrológicos, o Brasil é um dos países mais atingidos por inundações e movimentos de massa. Em 2008, o Brasil esteve em décimo lugar no mundo, em número de vítimas de desastres naturais.

No entanto, dados estatísticos no Brasil, ainda são controversos e com poucos registros oficiais, em sua grande maioria concentrados nos registros do Departamento Estadual de Defesa Civil de Santa Catarina (DEDC-SC). De acordo com Marcelino et alli (2006), apesar de constar somente 261 registros de desastres naturais no Brasil, de 1900 a 2003 nos registros do banco global EM-DAT, dados do DEDC-SC, computados apenas para região de Santa Catarina, foram de 3.373 registros. A pesquisa citada aponta um erro de omissão encontrado no EM-DAT, visto que os dados do DEDC-SC obedeceram pelo menos um dos critérios requeridos pelo banco global. Porém, há um consenso quando registram que a maioria deles está associada às instabilidades atmosféricas, sendo que as inundações e os deslizamentos de terra são os que mais têm afetado o Brasil.

Muito embora os dados relativos a esta pesquisa sejam referentes ao período de 2010 a 2013, acreditamos ser importante registrar que em 20 de abril de 2014 foram publicados dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (*Munic*) de 2013, divulgados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). A Pesquisa *Munic* efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a

prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade. A pesquisa traz os principais dados relativos à gestão e à estrutura dos municípios brasileiros, a partir da coleta de informações sobre sete temas: perfil dos gestores municipais, recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento, saúde, meio ambiente, política de gênero e gestão de risco, e resposta a desastres. Esta é a primeira vez que são investigadas questões específicas sobre planejamento urbano, voltadas para a preservação, redução e gestão de riscos e desastres (Munic, 2013). Segundo o IBGE (2014), no entanto, quase metade dos municípios brasileiros não faz gestão de riscos e desastres.

A pesquisa registrou que as inundações de 2008 a 2012 no Brasil atingiram cerca de 1.574 cidades, o equivalente a 28,2% das cidades do país (enxurradas), somando 13.244 casos, resultando em 777,5 mil desabrigados ou desalojados. Em relação aos alagamentos, 2.065 municípios, 37,1% foram atingidos, resultando em processos erosivos em 1.113, cidades (20% do total), com os escorregamentos e deslizamentos tendo atingido 16% dos municípios. Ainda considerando os dados publicados, no Brasil, 2.065 municípios (37,1%) foram atingidos por alagamentos nos cinco anos anteriores à pesquisa. A maior concentração foi nas regiões Sudeste (45,2%) e Sul (43,5%) e a menor no Centro-Oeste (19%). No Sudeste, Rio de Janeiro (88,0%) e Espírito Santo (71,8%) registraram os maiores percentuais. No Sul, o maior percentual ocorreu em Santa Catarina (60,3%). Em todo o país, 97,4% dos municípios com mais de 500 mil habitantes tiveram alagamentos. Já os processos erosivos ocorreram em 1.113 municípios (20,0%). Amazonas (43,5%), Espírito Santo (44,9%) e Rio de Janeiro (55,4%) tiveram os maiores percentuais de ocorrências.

Assim, as inundações de 2008 a 2012 atingiram 1.543 municípios (27,7%), totalizando 8.942 ocorrências e deixando 1,4 milhões de desabrigados ou desalojados. Mais de 900 cidades foram afetadas por ambos os eventos. Foram 895 municípios atingidos por escorregamentos ou deslizamentos, tendo como causa principal a infiltração de água das chuvas combinada com mudanças nas condições naturais do relevo, como cortes para construção de moradias, rodovias, aterros e outras obras. Os municípios com mais de 500 mil habitantes responderam por 71,8% do total dos atingidos. Juntas, as regiões Sudeste e Nordeste registraram 27.940 (90,5%) dos 30.858 escorregamentos ou deslizamentos nos cinco anos anteriores à pesquisa, deixando 303,6 mil desabrigados ou desalojados em todo o Brasil. Pernambuco teve 5.910 ocorrências, seguido por São

Paulo (4.981) e Rio de Janeiro (4.969). As áreas de encostas sujeitas a deslizamentos e com ocupações irregulares concentraram 48% dos eventos de escorregamentos nos municípios.



Figura 1. Foto inundações provocadas pelas chuvas de 2008 a 2012, RJ

Fonte: g1.globo.com, disponível em <<http://g1.globo.com/busca>>

Os dados levantados indicaram, ainda, que em 2013, 51,9% (2.892 municípios) possuíam pelo menos um dos 12 instrumentos de planejamento urbano pesquisados, o que significa que 2.676 municípios (48%) não realizavam nenhuma ação de gestão de risco e desastres. A pesquisa mostrou, ainda, que 33% das cidades tinham pelo menos um dos sete instrumentos de planejamento pesquisados, sendo que o mesmo percentual deles tinha pelo menos um instrumento de gerenciamento de desastres, decorrentes de inundações e enxurradas e 21,1% tinham pelo menos um instrumento relacionado a escorregamento ou deslizamento. O gráfico abaixo foi pesquisado no site do IBGE, onde encontramos o percentual de municípios por instrumento de planejamento no Brasil, dados de 2013 (IBGE, 2013).

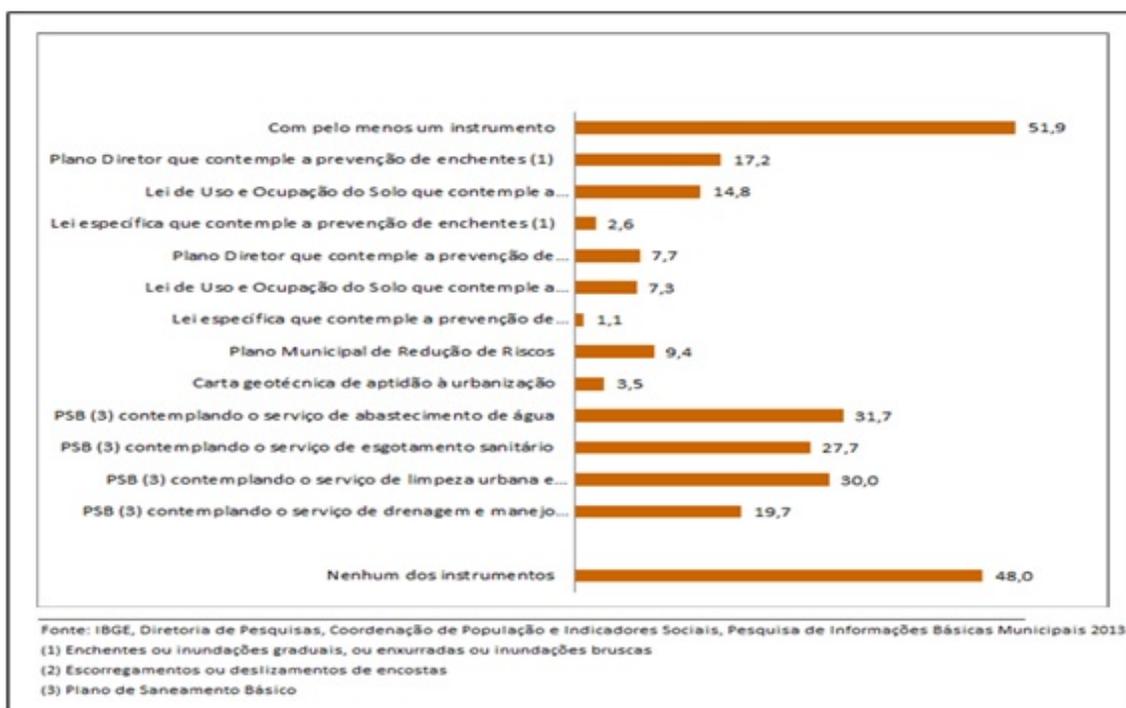


Figura 2. Percentual de municípios por instrumento de planejamento no Brasil, 2013. Fonte: IBGE 2013.

O próximo gráfico indica o percentual de municípios com ações e/ou instrumentos de gerenciamento de riscos no Brasil, dados de 2013 (IBGE, 2013).

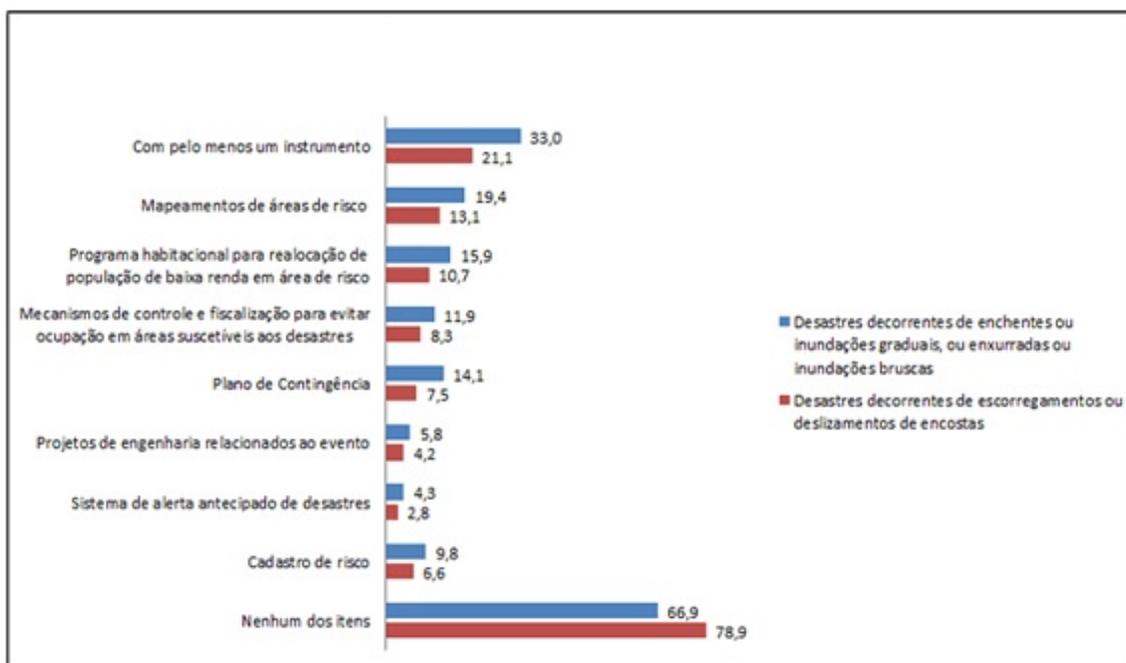


Figura 3. Percentual de municípios com ações e/ou instrumentos de gerenciamento de riscos no Brasil, dados de 2013. Fonte: IBGE 2013

Escolhemos iniciar esta pesquisa com dados estatísticos encontrados, que trazem uma noção histórica dos desastres no mundo, sendo, no entanto, importante ressaltar a dificuldade que ainda encontramos no registro oficial de dados sobre as chuvas no Brasil. Isso indica a necessidade de criação e manutenção de bancos de dados nacionais, que disponibilizem, de forma mais ampla, dados que possam oferecer condições para melhor compreender o contexto e comportamento dos desastres ambientais e suas respectivas conseqüências.

Observamos que quando um desastre natural ocorre, a interpretação mais comum – na maior parte das vezes, veiculada pelos meios de comunicação de massa – tende a focar em alarmantes revelações sobre os efeitos das mudanças climáticas no planeta, o impacto gerado pelos processos geográficos e biológicos, etc. Ainda que as informações técnicas sobre a área de risco devam ser sempre consideradas, questionamos a consideração focada apenas neste aspecto da questão do risco, sem a devida atenção às questões sociais e econômicas, que refletem a desigualdade existente e a natureza injusta em como são tratados estes casos. Percebemos, assim, segmentos com seus campos de saberes isolados, de acordo com o referencial ou enfoque da sua área específica, discutindo sobre o tema dos desastres ambientais, sem a devida consideração sobre a correlação existente entre os mesmos. Esta visão, ainda fragmentada, sobre a questão dos desastres faz-se presente à medida que a área técnica não dialoga com a socioambiental, que por sua vez não dialoga com a psicossocial e vice-versa, não sendo consideradas em correlação.

Os *desastres ambientais* ainda são considerados como desvios de um funcionamento social dito “normal” das localidades envolvidas, onde a recuperação exigiria, apenas, um esforço dos moradores destas áreas para um retorno a uma “normalidade”. São citadas algumas regras de conduta bastante lineares - em geral fornecidas através de cartilhas, pré-formuladas nas pelas instituições técnicas envolvidas – sem um processo de comunicação e escuta dos maiores envolvidos na situação: os moradores destas áreas.

Porém, faz-se importante considerar que, para muitos destes sujeitos, o impacto de um desastre não é o único evento traumatizante em suas vidas, já que muitos deles convivem em habitações totalmente insalubres, sem rede de esgoto, água potável,

vivenciando violência doméstica e sérias questões relativas à dependência química, sem contar com a fome, entre outros. Estes fatores ratificam seu processo de vulnerabilidade e as múltiplas retraumatizações, por vezes simultâneas, não somente pela via dos desastres mencionados, mas por uma série de outras experiências traumáticas. Partindo deste referencial, observamos que os fatores mencionados tornam ainda mais complexo o trabalho de *preparação* e *recuperação* no contexto dos desastres ambientais, não sendo apenas uma situação de “retorno à normalidade”.

Consideramos, assim, a partir de uma abordagem ambiental crítica sobre os desastres ambientais, que o meio ambiente é construído através de um processo histórico, no qual a relação indivíduo-natureza é socialmente condicionada. Os problemas ambientais são analisados de forma crítica, dentro de um contexto socioambiental e histórico, buscando pontuar suas causas reais e não só os efeitos provocados. Dentro desta perspectiva, o meio natural e o meio social apresentam-se de forma indissociável (QUINTAS, 2002), sendo o ser humano parte integrante da natureza e ao mesmo tempo um ser social e complexo. Cabe ressaltar, que a abordagem ambiental crítica situa-se entre as práticas sociais com o papel de atuar numa dinâmica de emancipação de grupos em situação de exclusão social e vulnerabilidade ambiental, na busca do diálogo, sobretudo considerando a voz da população local envolvida, na mediação de interesses e conflitos entre os diferentes atores sociais envolvidos (LOUREIRO et al, 2005). Portanto, componentes culturais, políticos, ideológicos e coletivos são considerados, na busca por discussões mais aprofundadas sobre a temática, numa vertente crítica, emancipatória e transformadora.

Cabe, ainda, ressaltar que observamos um número ainda bastante reduzido de pesquisas acadêmicas no Brasil na área de desastres ambientais, com a complexidade da abrangência necessária para uma visão socioambiental e psicossocial mais ampla das discussões. Observamos, também, uma lacuna considerável em trabalhos de ação psicossocial pós-desastre com os sujeitos desabrigados e desalojados pelas inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro. Dentre os poucos trabalhos localizados, incluímos em nossa pesquisa de campo observações das experiências destes profissionais voluntários e independentes, além das entrevistas realizadas com os mesmos sobre as estratégias psicossociais com os sujeitos destas áreas. Muito embora as maiores inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro, no período pesquisado, tenham ocorrido entre 2010 e 2011, encontramos em 2015, cerca de quatro

anos depois das tragédias, desabrigados das enchentes em abrigos temporários, muitas vezes improvisados, pela falta, ainda, de suporte básico a estas famílias.

Assim, o recorte metodológico escolhido nesta tese teve como ponto de partida as discussões levantadas, a partir das entrevistas com os profissionais entrevistados no trabalho de campo sobre desastres ambientais, incluindo os desafios e questionamentos, que envolveram a questão das chuvas no estado do Rio de Janeiro, entre 2010 e 2013. Os itens e questionamentos levantados nas entrevistas foram, posteriormente, integrados à literatura nacional e à vasta literatura internacional relacionada ao tema. Estratégias de trabalho com foco psicossocial foram mencionadas ao longo das entrevistas e incluídas no item relativo à pesquisa de campo. Podemos, então, classificar a metodologia desta pesquisa como qualitativa e exploratória, com uma abordagem emancipatória, por focar na autonomia e na liberdade dos agentes sociais. E, ainda, transformadora, por buscar uma mudança radical da sociedade, por meio do movimento simultâneo de transformações subjetivas e das condições objetivas (LOUREIRO, 2004).

Os desastres ambientais considerados neste período foram relativos a inundações e deslizamentos de terra, partindo do contexto específico dos sujeitos em situação de desabrigo e desalojamento no estado do Rio de Janeiro, buscando uma visão interdisciplinar da temática. Acreditamos que, desta forma, possibilitaremos o foco numa lacuna considerável acadêmica nestas pesquisas, além de sinalizar a ausência de políticas públicas, que possam dar suporte à complexidade que envolve os sujeitos em situação de desastres ambientais em território nacional.

Cabe esclarecer que os profissionais entrevistados trabalharam em campo de forma independente, voluntária e sem qualquer apoio financeiro externo, no período em referência. Suas formações e abordagens específicas, que, muito embora já estejam sistematizadas, separadamente, em seus campos de atuação regulares (nem sempre relativos, especificamente, à área de desastres ambientais em seu cotidiano de atuação) não estavam vinculados entre si, durante as atuações citadas nesta tese. Isto é, os trabalhos destes profissionais não foram realizados a partir de uma sistematização integrada entre eles, já que estas iniciativas em nosso território nacional ainda encontram-se bastante fragmentadas em termos de trabalho coletivo.

Para muitos deles, os trabalhos aconteceram de forma experimental¹, marcando o início dos trabalhos psicossociais e socioambientais com a população envolvida em inundações e deslizamentos de terra no Brasil. Isto ratifica o valor psicossocial de suas ações, sinalizando sua grande motivação e humildade em aprender a lidar com as situações imateriais específicas de cada contexto em nosso país, ainda sem a disponibilidade de estrutura básica e material de apoio aos seus trabalhos. Suas estratégias de trabalho partiram de um acolhimento, reconhecendo o contexto dos sujeitos desalojados ou desabrigados, considerando os fatores que se relacionam à questão implícita da vulnerabilidade. Suas experiências indicam a possibilidade de um trabalho de recuperação com os sujeitos desalojados ou desabrigados, incluindo um olhar diferenciado para estas situações específicas de pós-desastre, com a participação fundamental dos envolvidos no processo. A vulnerabilidade e a resiliência dos envolvidos, incluindo os profissionais que trabalham em desastres, foram polaridades aprofundadas nos diferentes trabalhos realizados.

Desta forma, buscamos integrar discussões e estratégias de campo sugeridas pelos entrevistados, não sendo nosso objetivo a descrição de cada abordagem ou técnica específica, utilizada pelos mesmos, mas apenas apontar que existem pontos essenciais em comum, relativos a um trabalho psicossocial específico com os sujeitos em situação de desastres ambientais de acordo com estas experiências. E que estes pontos em comum – que denominamos *estratégias* – possam ser o ponto de partida ou sugestões a serem consideradas pelos profissionais das mais diversas áreas, que estejam envolvidos no atendimento psicossocial à população em vulnerabilidade socioambiental.

¹ Experimental em relação à realidade brasileira dos desastres ocorridos na data em referência, já que todos são profissionais altamente capacitados e com ampla experiência em suas áreas de atuação. No item *Metodologia* desta tese, há um pequeno resumo de suas experiências na área, incluindo trabalhos com as abordagens em outros países, em situação de desastres ambientais (não necessariamente inundação e deslizamento de terra; com o diferencial de um suporte muito maior para a realização dos trabalhos no contexto internacional, inclusive financeiro). O início de suas ações no Brasil exigiu uma reformulação de alguns protocolos já estabelecidos em outras experiências no exterior, adequando ao contexto encontrado em campo. Em todos os casos, podemos afirmar que, pelo menos no Brasil, alguns destes trabalhos foram pioneiros em metodologia para o trabalho psicossocial em área de risco/desastres ambientais, alguns tendo iniciado suas experiências brasileiras nos desastres ocorridos em Santa Catarina (2008).

A partir do contexto descrito, as perguntas que nortearam este trabalho foram:

- Existem experiências de trabalho, ainda que silenciosas, sendo realizadas com os sujeitos em situação de risco/desastre ambiental no momento do pós-desastre?
- Como trabalhar projetos de prevenção nestas áreas, se os desastres já aconteceram e as pessoas, em sua maioria, ainda encontram-se desabrigadas, desalojadas e, com isso, desorientadas em termos espaciais e emocionais?
- Programas ambientais baseados apenas nas questões geofísicas e estruturais implicam participação ou conscientização dos moradores de áreas de risco e/ou transformação de suas realidades?
- A resiliência dos sujeitos ou grupo é levada em consideração no contexto de desastres ambientais no Brasil?

Consideramos estes argumentos introdutórios uma premissa importante para situarmos a escrita desta Tese de Doutorado, do *Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social*, da *Universidade Federal do Rio de Janeiro - EICOS/UFRJ*. Em relação à organização da escrita desta pesquisa, escolhemos incluir no **primeiro capítulo**, introdutório, um sub-item sobre as implicações da pesquisadora em todo o percurso de escolha do tema sobre desastres ambientais e os aprofundamentos decorrentes desta escolha. Ainda no capítulo 1, em um segundo sub-item, incluímos o contexto das chuvas no estado do Rio de Janeiro, focando nas áreas que mais sofreram com desastres ambientais – mais especificamente deslizamentos de terra e inundações ocorridos entre 2010 e 2013, no estado do Rio de Janeiro. O **segundo capítulo** traz os objetivos da pesquisa, geral e específico e o **terceiro capítulo** detalha a metodologia utilizada, sendo uma pesquisa qualitativa e exploratória, incluindo informações importantes sobre os participantes entrevistados.

O **terceiro capítulo**, também inclui a importante colaboração do programa de Doutorado *Academic Network for Disaster Resilience to Optimise Educational Development* (ANDROID, 2014), do qual a autora foi participante, tendo recebido uma bolsa, com a finalidade de ampliar os dados da pesquisa sobre *Desastres Ambientais e Resiliência* em Manchester, na Inglaterra, após longo processo de avaliação em 2014 com outros doutorandos de outros países. As discussões dos professores participantes de

diversos países do mundo e indicação de literatura durante o programa foram fundamentais para a escrita dos capítulos sobre o contexto dos desastres em outros países – **o sexto capítulo** traz um breve panorama dos desastres em outros países, incluindo tsunamis, furacões, terremotos. Os países citados foram Haiti, Chile, Colômbia, EUA Califórnia, Portugal, Nova Zelândia e Austrália, Indonésia, Islândia, Caribe e Golfo do México, Mianmar, Sri Lanka, Japão e Filipinas, alguns deles com desafios e processos de vulnerabilidade muito semelhantes ao do Brasil (como no caso de Sri Lanka).

O **quarto capítulo** traz toda a discussão teórica da pesquisa, incluindo os conceitos de desastre ambiental; refugiados ambientais; risco ambiental; justiça ambiental; território, enraizamento e reconhecimento; vulnerabilidade e resiliência. No **quinto capítulo**, o entrelace entre as vulnerabilidades socioambientais e questões psicossociais fica mais evidente. O **sétimo capítulo** traz as questões dos conflitos ambientais no Rio de Janeiro, trazendo uma coerência para o deslocamento da pesquisa de mestrado (EICOS/UFRJ, 2009) para a presente pesquisa de doutorado (EICOS/UFRJ, 2015). Pontua ainda uma questão de nomenclatura importante a respeito de desastres naturais x ambientais, da condição desalojado x desabrigado ainda no Rio de Janeiro, juntamente com a importância da participação da população (abordagens *bottom-up*). O **oitavo e último capítulo** trata mais especificamente das entrevistas durante a pesquisa de campo, incluindo as estratégias sugeridas para o trabalho psicossocial com sujeitos em situação de desastres ambientais. Sinaliza, ainda, uma crescente e importante preocupação com a vulnerabilidade do profissional que atua no campo dos desastres ambientais e a importância do auto-cuidado.

Enfim, acreditamos que as questões até aqui introduzidas, justifiquem a relevância da presente pesquisa, diante de um cenário que só se agrava não somente no estado do Rio de Janeiro, mas em outros estados do país. Esperamos, ainda, que os registros resultantes desta pesquisa possam servir de motivação para futuros aprofundamentos acadêmicos, sobre do tema dos desastres ambientais no Brasil. Além disso, que os argumentos aqui reunidos possam servir de base para a criação de novas políticas públicas no suporte básico às vulnerabilidades socioambientais e no desenvolvimento de trabalhos psicossociais relacionados.

1.1 ANTECEDENTES E IMPLICAÇÕES

Antes de procedermos à caracterização e contextualização do problema da pesquisa, consideramos importante nortear, de forma breve, o caminho percorrido até a escolha da pesquisa sobre desastres, já estabelecendo um território prévio de abrangência da pesquisa de doutorado. O percurso incluiu, em princípio, a pesquisa de dissertação de mestrado (SOUZA, 2009), a qual já indicava algumas estratégias psicossociais para o trabalho em comunidade, como uma possibilidade de um olhar diferenciado e maior compreensão do ponto de referência das questões do grupo com quem se trabalha.

A pesquisa de mestrado focou em registros de história oral de mateiros, erveiros e cultivadores locais do bairro do Sapê, Pendotiba, Niterói, RJ, levantando a problemática da crescente perda do saber local, relacionada à coleta e cultivo de plantas medicinais e ornamentais. Mudanças físicas e sociais e consequente fragilização das relações identitárias comunitárias e familiares, aconteceram a partir de uma crescente urbanização a que vem sendo submetida a região de Pendotiba ao longo dos anos. A região, que no passado era predominantemente rural, hoje permanece com um importante remanescente de mata atlântica, tendo seu cenário social e econômico progressivamente alterado a partir de uma política municipal de expansão imobiliária desenfreada. Na referida pesquisa de mestrado, a história oral do bairro do Sapê, Niterói, RJ foi registrada a partir da memória oral de antigos moradores da região, entrelaçando-se os conceitos de enraizamento e desenraizamento (POLLAK, 1995; BOSI, 1987), territorialidade (HAESBAERT, 2001) transmissão/produção cultural de conhecimentos e significados para a comunidade e dos impactos socioambientais, a partir da urbanização do bairro e redução do acesso às matas e áreas verdes de lazer - entre outros conceitos e questões problematizados, a partir da história oral dos entrevistados. Cabe, ainda, ressaltar que a região de Pendotiba também inclui áreas de risco ambiental, em especial o bairro do Maceió, local bastante castigado por deslizamentos de terra no período das chuvas ao longo dos anos. As questões relativas aos desabrigados e desalojados da chuva na região do Maceió estão muito próximas às relacionadas aos moradores antigos do bairro do Sapê. A desocupação arbitrária dos terrenos e casas vem sendo exigida pelo poder local, já que eles não possuem documento de posse de suas terras junto à prefeitura de Niterói. A construção de condomínios de classe média e alta acarreta às famílias mais antigas da região do Sapê, a retirada de suas terras e muitos passam à condição de desalojados ou desabrigados,

buscando moradia em áreas insalubres ou de risco em Niterói. Este é um dos *links* principais entre a pesquisa de mestrado (SOUZA, 2009 e 2012) e a presente tese de doutorado.

E este *link* traz a relação com o segundo item do percurso, até o tema proposto na presente pesquisa de doutorado, acontecendo durante um dos encontros de nosso grupo de pesquisa LIEAS/UFRJ – *Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade* (CNPq). As reuniões incluem discussões sobre a problemática ambiental, sob a ótica da complexidade do meio social, partindo-se do princípio de que o processo educativo deve-se pautar numa postura dialógica, problematizadora e comprometida com as transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório. Em uma das reuniões do LIEAS, recebemos a visita de dois pesquisadores da área de Geotécnica, professores na área de Engenharia Urbana da UFRJ, os quais apresentaram um projeto submetido e aprovado pelo *Programa Prioridade Rio* da FAPERJ, sob o título *Metodologia Educacional para a Redução de Riscos Associados a Deslizamentos de Terra* (FAPERJ, 2010). Os pesquisadores da engenharia buscavam uma parceria com o grupo de participantes do LIEAS para o desenvolvimento de metodologia educativa com os moradores do bairro do Maceió, Niterói, Rio de Janeiro (área de risco ambiental). A idéia era trabalhar não somente as questões físicas e de geotécnica, relacionadas aos deslizamentos de terra ocorridos na região - como medida preventiva para os próximos períodos de chuva intensa - mas, prioritariamente, um trabalho com base educativa ambiental.

A grande dificuldade do grupo da Geotécnica era encontrar metodologias e estratégias que considerassem, não somente as questões geofísicas (a equipe já possuía este *know-how* técnico) relacionadas às áreas de risco, mas que envolvesse uma maior participação da comunidade nas ações preventivas. A autora desta tese participou ativamente de reuniões no bairro do Maceió, com a equipe geotécnica, na busca de metodologias que considerassem o contexto da comunidade envolvida para a construção de um trabalho sócio-educativo e ambiental diferenciado. Esta foi, de fato, a experiência que trouxe a motivação inicial para o doutorado EICOS/UFRJ e o tema escolhido para a presente tese.

Um outro item, que levou ao tema da pesquisa de doutorado, aconteceu a partir do registro de educadores ambientais e professores, participantes do mini-curso, intitulado

Estratégias para o Trabalho de Educação Ambiental com Adolescentes (SOUZA, 2009), durante o VI Fórum de Educação Ambiental em 2009, no Rio de Janeiro. A grande maioria dos participantes enfatizou a carência de estratégias e recursos metodológicos, que possibilitassem suporte ao trabalho nas instituições onde atuam, principalmente na participação e envolvimento de adolescentes e jovens nas questões ambientais locais. Comentaram que, até mesmo os participantes na faixa etária adulta, sentem-se desmotivados com um trabalho, onde educadores ambientais e agentes comunitários utilizem-se apenas do recurso verbal, em detrimento do enorme universo de estratégias envolvendo arte, reconhecimento da cultura local e um maior contato com o corpo, muitas vezes marcado pelo *estresse* a que estão sujeitos em seu cotidiano.

Apesar de reconhecerem que diversos projetos de ação social utilizam-se das mencionadas oficinas de arte, etc, a maior parte deles ainda trabalha de forma dissociada da realidade material e imaterial dos moradores, apenas focando o aspecto cognitivo dos recursos utilizados (QUINTAS, 2002). Poucos conectam os mencionados recursos educativos às especificidades de cada contexto ambiental e cultural das populações envolvidas e ainda menos com estratégias de suporte psicológico em momentos críticos. Em grande parte, focam apenas nas práticas classificadas como “ecologicamente corretas” e preventivas, muitas vezes fornecendo alternativas previamente formatadas e uma série de comandos a serem executados de forma não crítica.

Em paralelo a tudo o que foi descrito acima, a autora² iniciou um curso de formação de 3 anos em Experiência Somática (*Somatic Experiencing*, “SE”), pela Associação Brasileira de Trauma, ABT, onde pesquisas sobre *trauma*³ de choque e *trauma* de desenvolvimento vêm sendo realizadas no âmbito nacional e internacional. Além do contato fundamental com a metodologia de resolução traumática na prática e na teoria, desenvolvida por Peter Levine (1999), conversas informais com terapeutas de “SE”, que já haviam participado de trabalhos relacionados aos desastres ambientais em outros países, como Haiti, Japão, EUA, entre outros, possibilitaram uma troca de informações

² A formação profissional da autora é Psicomotricista e Educadora, com vasta experiência em projetos comunitários, especialmente com adolescentes e jovens, o que também colabora para a escolha de abordagem psicossocial sobre os sujeitos em situação de desastres;

³ A discussão acerca de traumas psicológicos data de cerca de 100 anos. Não é a intenção desta tese, o aprofundamento deste conceito, mais focado nos estudos psicanalíticos. De forma geral, os eventos traumáticos são aqueles nos quais os sujeitos são atingidos por vários estímulos intensos, impossíveis de serem controlados (THOMPSON et al, 1987);

valiosas sobre estratégias relacionadas a desastres naturais e situações extremas. Assim, observamos, durante a trajetória da formação em “SE”, que, muito embora algumas pessoas trabalhem diretamente com populações que vivem em área de risco, poucas experiências foram registradas no Brasil, com vistas a um compartilhamento das estratégias e métodos utilizados.

Conversas informais com os participantes revelaram que, além da metodologia proposta para a resolução de trauma do SE, outras estratégias vem sendo empregadas em áreas de desastres ambientais no Brasil e no mundo, entre elas o *EMDR* (*Eye Movement Desensitization and Reprocessing/Dessensibilização e Reprocessamento por Movimentos Oculares*), o *TRE* (*Trauma Releasing Exercises/Exercícios para Alívio do Trauma*), *TFA* (*Trauma First Aide/Primeiros Socorros no Trauma de Choque*), a *Teoria Comunitária* e o *Psicodrama*. Grande parte dos participantes do *SE* também receberam formação nestas outras técnicas de resolução traumática, especialmente em traumas de choque e altos níveis de *estresse*⁴. Todavia, no Brasil poucas destas experiências vêm sendo registradas de forma sistemática, especialmente nas universidades e entre os profissionais que já lidam diretamente com os desalojados e desabrigados pós-desastre.

Desta forma, reafirmamos nesta pesquisa a lacuna considerável referente a estratégias para trabalho em área de risco e desastres no Brasil, tanto na área acadêmica, quanto nos projetos de ação social, em geral. Uma reflexão acerca das contribuições de quem já viveu a experiência em campo – ainda que de forma experimental, intuitiva ou formal – pode representar em rico material para os futuros trabalhos nestas comunidades, incluindo acertos e desafios. Ela possibilita uma abertura para a compreensão da dimensão cultural e das diferenças de referencial, posições sociais, percepções e interpretações dos grupos pesquisados, sendo parte fundamental de um trabalho, que vise a um maior foco nas questões específicas de cada localidade (THIOLLENT & SILVA, 2007).

⁴ O estresse é uma resposta de adaptação do organismo a qualquer situação de mudança ambiental, que poderia ser capaz de agredir esse organismo, num movimento de busca pela homeostase (equilíbrio corpóreo), com o objetivo de melhora da capacidade do indivíduo, para que sua sobrevivência seja garantida (BENEVIDES-PEREIRA, 2002).

1.2 CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades (ABRAMOVAY, 1992).

Como já mencionado no item anterior, as questões relacionadas ao meio ambiente atraem uma atenção cada vez maior nos dias de hoje tanto, da mídia quanto nos debates no mundo acadêmico no Brasil e no exterior. Os temas variam desde catástrofes naturais, efeito estufa, aquecimento global, poluição, até a reciclagem de materiais, sustentabilidade, entre outros. Conforme estatísticas do ISRD (2010), em 2009, os desastres meteorológicos relacionados à água corresponderam às taxas de 11% na Europa, 49% na Ásia, 4% na Oceania, 15% na África e 21% nas Américas.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD, 2004), em seu documento *La Reducción de Riesgos de Desastres – Un Desafio para el Desarrollo, Informe Mundial*, cerca de 75% da população mundial vive em zonas que, ao menos uma vez, foram afetadas por um desastre natural: terremotos, ciclones tropicais, inundações e secas. Esses dados referem-se ao período compreendido entre 1980 a 2000, do qual resultaram mais de 184 mortes diárias e um significativo contingente de desabrigados em várias partes do globo.

1.3 INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS DE TERRA

É importante considerar que nesta pesquisa, faremos um recorte de discussão apenas relacionado a deslizamento de terra e inundação, ao tratarmos de risco/desastre ambiental, muito embora ciclones, terremotos, a seca, entre outros desastres ambientais, façam parte do tema de riscos ambientais no Brasil e no mundo. Há que ressaltar que as inundações, enxurradas e alagamentos afetam todos os Estados, nas cinco regiões do país. Praticamente, pouquíssimos municípios não são afetados. As perdas econômicas, os danos materiais e às propriedades, bem como o sofrimento das populações atingidas, alcançam um volume impossível de ser expresso em valores monetários.

O termo *deslizamentos de terra* é, segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil, SEDEC (2007) usado para designar os processos de movimentos de massa, envolvendo, basicamente, deslizamentos de terra propriamente ditos, movimentos de corpos rochosos, corrida de detritos e rastejos. Entre os desastres ambientais, que afetam a humanidade, sabe-se que os deslizamentos são um dos desastres que mais causam vítimas fatais, estando muito próximos dos provocados por terremotos e inundações (Fernandes e Amaral, 1996). Os deslizamentos de terra são considerados de evolução súbita, mais freqüentes, de acordo com a Defesa Civil (2007) nas cidades de Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro (foto abaixo), Florianópolis, acontecendo, também, em muitas outras cidades.



**Figura 4. Foto: Petrópolis volta a ficar em estado de atenção.
Fonte: CBN, 27 de abril de 2013**

As inundações acontecem em todo o País e têm quase sempre características e periodicidade diferentes em cada região. De acordo com a Defesa Civil (2007) a seca, as inundações e os deslizamentos são desastres de evolução crônica e gradual, constituindo os desastres mais freqüentes e de maior importância no Brasil. Na região Sudeste, todos os Estados são afetados por inundações nos seguintes rios: Paraná, em Minas Gerais e São Paulo; o rio Tietê, em São Paulo; o Paraibuna, em Minas Gerais; o rio Doce, no Espírito Santo, e muitos outros, causando danos à população Mas, há que chamar a atenção para dois tipos de problemas bem caracterizados nesta região: as enxurradas,

que alagam em minutos as cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e outras, com mortos, pânico e tremendos danos econômicos e, também, os grandes e sérios alagamentos dos municípios da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. (DEFESA CIVIL, 2007)

O Rio de Janeiro é um dos estados com maior número de desastres no Brasil, sendo o segundo maior em 2007 e o terceiro maior, entre 2009 e 2010. Os principais desastres do estado estão relacionados a inundações e deslizamentos de terra (Figura 5).

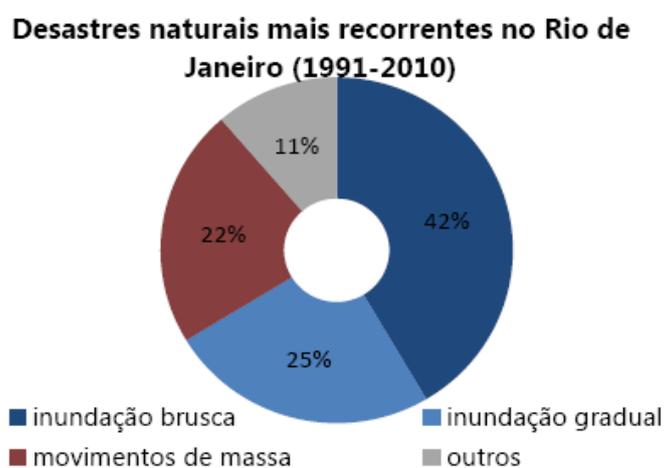


Figura 5. Desastres naturais no estado do Rio de Janeiro entre 1991 e 2010.
Fonte: UFSC (2011).

Segundo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2011), os desastres mais frequentes no Rio de Janeiro são as inundações bruscas e graduais, sendo que 94% dos registros deram-se na última década, de acordo com a Figura 6, a seguir.

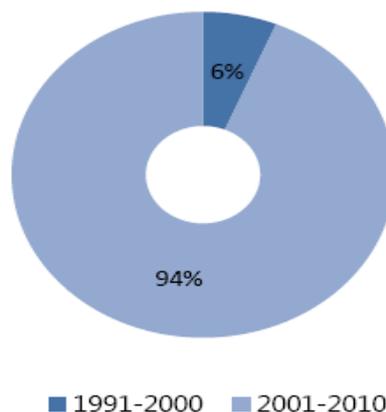


Figura 6. Desastres naturais no estado do Rio de Janeiro, registrados das décadas de 1990 e 2000. Fonte: UFSC (2011).

Após as chuvas severas nas regiões de Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Angra dos Reis e Xerém – cidades do estado do Rio de Janeiro – importantes discussões sobre a estrutura urbana do estado foram iniciadas, mas ainda considerando, especificamente, os aspectos geofísicos relacionados aos desastres, o que não necessariamente inclui questões subjetivas envolvendo a comunidade. A estimativa da Defesa Civil é de que 200 mil pessoas, em todo estado do Rio de Janeiro, tenham sido atingidas pelas chuvas em oito municípios, quatro na Baixada Fluminense, dois na Região Serrana e dois na Costa Verde (Defesa Civil, 2013).

As chuvas no estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2013 estiveram presentes nos noticiários, revistas e jornais de todo Brasil e do mundo. O assunto trouxe à tona graves problemas de nossa estrutura urbana, dentre eles a ocupação desordenada em áreas de risco ambiental, juntamente ao incentivo da administração pública quanto à expansão imobiliária. No município de Niterói, RJ, a liberação pelo governo da construção de residências em área insalubre e de alto risco – o caso do Morro do Bumba, Niterói, Rio de Janeiro, em 2010, teve ampla repercussão na imprensa e é um triste exemplo desta realidade.

Apontado como o maior desastre, desde 1967, o temporal de abril de 2010 ocasionou 165 mortes no município de Niterói, sendo 47 na área do Morro do Bumba, com cerca de 200 desabrigados. As residências foram construídas na área de um antigo lixão, com a autorização da prefeitura local e da secretaria municipal de serviços públicos. Ambos foram notificados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), e

poderão ser responsabilizados criminalmente por homicídio culposo, caso seja comprovada negligência do governo municipal com relação à tragédia. De acordo com o MPRJ (Agência Brasil, 2014), a prefeitura de Niterói havia recebido, em setembro de 2003, um estudo técnico da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulado *Relatório Final da Comissão Especial de Políticas Públicas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Niterói*, entre outros documentos, alertando as autoridades para os riscos no Morro do Bumba. As informações foram negligenciadas.

Após o desastre, foi construída uma praça no local e um conjunto habitacional para abrigar 140 famílias provenientes do Morro do Bumba, estando com diversas rachaduras e infiltrações (após menos de dois anos de construção). As fissuras são visíveis nas fachadas dos blocos. Dentro dos apartamentos, entregues sem piso e sem janelas, também há problemas semelhantes. De acordo com reportagem do jornal O Globo (2014), moradores do Morro do Bumba reclamam que, quando chove ainda nos dias de hoje (início de 2014), a água escorre pela parede dos quartos. Eles temem, além disso, uma encosta localizada nos fundos do condomínio, o qual foi construído sem muro de contenção - prometido pelo estado e ainda não construído. Percebemos, ainda com o conjunto habitacional construído para os desabrigados da tragédia de 2011, o clima de insegurança, desamparo e a possibilidade de novos desastres:

“A gente sai do Bumba para não morrer debaixo dos escombros e vem para outro lugar com risco de acontecer uma coisa séria” (moradora de 65 anos, antiga do Morro do Bumba, que hoje vive no apartamento citado acima, JORNAL O GLOBO, 2014)

Segundo o presidente da Associação dos Moradores do Morro do Bumba, o Estado foi omissivo ao permitir e incentivar a construção de infraestrutura, a ocupação do morro por cerca de 1,7 mil pessoas (Agência Brasil, 2014).

“A verdade é que há muita burocracia, muito falatório e um total desprezo pelas pessoas. Em quatro anos, houve a possibilidade de se fazer muito mais pelas vítimas e também pelos moradores que ficaram no Bumba” (Francisco Carlos, presidente da Associação de Moradores do Morro do Bumba, AGÊNCIA BRASIL, 2014)



Figura 7. Foto panorâmica do Morro do Bumba, após a tragédia

Fonte: Agência Brasil, abril, 2010

Muito embora a questão das chuvas já seja um antigo assunto para as regiões serranas como Petrópolis⁵ e Teresópolis, de acordo com algumas entrevistas, realizadas em nosso período inicial de pesquisa com profissionais destas áreas, somente agora os noticiários estão despertando para este assunto. Abaixo, apresentamos na Figura 8, uma imagem de helicóptero sobre as chuvas em Teresópolis em 12 de janeiro de 2011, indicando uma série de deslizamentos de terra, que deixaram 392 mortos confirmados, além de 180 desaparecidos, nas 80 localidades atingidas no município. Uma das áreas mais prejudicadas foi o bairro do Caleme, Teresópolis, RJ. Casas inteiras foram varridas do morro pela força das águas, veículos foram revirados e muros ficam destruídos. Quedas de postes e crateras interrompem a circulação de carros e moradores.

O córrego do Príncipe, que vem do bairro de Campo Grande e corta o bairro da Posse, em Teresópolis, depois das inundações ganhou volume e força, ficando com mais de um metro de profundidade. No dia da tragédia, no entanto, o córrego deu lugar a uma enxurrada de lama e rochas, que vinham da direção do bairro do Campo Grande. Para as famílias do bairro de Santa Rita, ainda no município de Teresópolis, a ligação com outros bairros era feita por helicópteros, que ajudavam o resgate de doentes e feridos. O acesso a pé era possível por trilhas, onde comida, água e remédio eram levados. Quando

⁵ Ressaltamos que, durante a escrita da pesquisa, as chuvas voltaram a atingir de forma drástica a região de Petrópolis, nos dias 17 e 18 de março de 2013, com 34 mortos e 1.500 desabrigados e vários pontos de deslizamento em diversas áreas da cidade. Segundo o último levantamento da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, 14 famílias permanecem desabrigadas e estão alojadas em três pontos de abrigo da cidade (*G1 SERRA, LAGOS e NORTE, 4 de abril de 2013*).

avistavam os helicópteros, os moradores agitavam lençóis e abanavam, na esperança de serem atendidos. Eles permaneciam sem comida e água, ilhados, desde o dia do temporal.



Figura 8. Foto deslizamentos de terra nos morros em Teresópolis, RJ, após chuvas, 12.01.2011 Fonte: EFE, Antonio Lacerda

Alguns desastres ambientais envolvem uma cidade inteira, como no caso de Duque de Caxias (Xerém), em janeiro de 2013. A destruição causada pelo temporal que atingiu o distrito de Xerém levou a muita destruição e deixou centenas de pessoas desabrigadas. O temporal fez os rios e córregos da região subirem rapidamente e um grande número de moradores deixou as casas. A força da correnteza arrastou casas inteiras, deixou carros empilhados e destruiu quatro pontes. De acordo com um especialista do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Católica do Rio de Janeiro, a tragédia poderia ter sido evitada. Ele citou “a falta de fiscalização do poder executivo, a leniência do judiciário em julgar crimes ambientais e o populismo dos integrantes do legislativo, que buscam se promover em troca da facilitação da ocupação de áreas irregulares” (Agência Brasil, 2013). Além disso, ressaltou que a estrutura geológica da serra, em Xerém, é também encontrada em outras formações geológicas no estado do Rio de Janeiro, com maciços rochosos cobertos por camadas finas de solo e vegetação, o que favorece deslizamentos.

Os escorregamentos acontecem por causa de três fatores: camada fina de solo, forte inclinação e grande quantidade de chuva. Outro fator que pode ter contribuído para a tragédia de Xerém é a quantidade de lixo que deixou de ser recolhida, nas últimas semanas pela gestão passada da prefeitura de Duque de Caxias e que acabou sendo carregada para dentro dos rios e riachos, ajudando a barrar o fluxo da água e causando transbordamentos. (Alberto Sayão, PUC RJ – AGÊNCIA BRASIL, 2013)



Figura 9. Foto restauradora de arte e sua família, em Xerém, aguardam aluguel social. Fonte: Tânia Rego, Agência Brasil, 2013

Na região de Nova Friburgo, ainda no estado do Rio de Janeiro, as chuvas de janeiro de 2011 alteraram o mapa geográfico do município. Mais de 208,6mm de chuvas em apenas dois dias. O vento, a chuva e os deslizamentos de terra modificaram o curso do córrego Dantas, que percorre os bairros de Conquista até o Centro, num trecho de 8 quilômetros. De acordo com o presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, EMOP, houve um grande aumento da extensão do rio, que passou de quatro metros de largura para dez metros, o que provocou o desabamento de pelo menos 50 casas. A bacia hidrográfica foi modificada devido às fortes chuvas:

Houve um deslocamento de material, que assoreou o córrego Dantas, que passou de córrego a rio Dantas. Criaram-se ilhas onde não existiam e as que existiam sumiram. O ecossistema mudou completamente. (Ícaro Moreno, Presidente da EMOP, ACERVO NOVA FRIBURGO, 2011).

Os moradores de Nova Friburgo ficaram sem água, gás, comida, remédios, equipamentos de resgate, etc. Algumas ruas e estradas desapareceram, casas e prédios desabaram, matando os residentes e carros retorcidos estavam por toda parte, inclusive dentro dos rios e o único meio de locomoção possível era a caminhada a pé. O número de desalojados e desabrigados passou de 20 mil e duas semanas após a inundação, sete pequenas comunidades onde o nível da água não baixou ainda estavam isoladas. Em alguns casos, os cursos dos rios foram desviados e passaram por locais onde antes moravam famílias e a água se acumulou nos vales. De acordo com o jornal O Estado de São Paulo (O Estado de São Paulo, 2011), o alagamento das comunidades localizadas em vales pode ser causado pelo acúmulo de terra dos deslizamentos no fundo dos rios. O assoreamento teria provocado um aumento no nível da água e a área se tornaria vulnerável a inundações constantes.



**Figura 10. Foto inundações de 2011 em Nova Friburgo,
Fonte: Acervo Nova Friburgo, 2011**

Com todo este contexto, as chuvas na região serrana do estado do Rio de Janeiro foram consideradas a maior tragédia natural registrada no país, em número de mortes, com mais de 600 vítimas fatais. De acordo com o meteorologista do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE), Giovanni Dolif, as chuvas que causaram tragédias no Brasil, como as do Morro do Bumba, RJ, em abril de 2010, Angra dos Reis, RJ, em 2012, Vale do Itajaí, em Santa Catarina, em 2008 (foto 11), juntas, não chegaram ao número de mortos registrados na região serrana nas inundações de 2011. As chuvas de 2008 em Santa

Catarina deixaram 137 mortes em mais de 60 cidades afetadas e mais de 1,5 de pessoas foram afetadas.



Figura 11 – Foto enchentes no Vale do Itajaí, SC, 2008

Fonte: Enchentes no Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2008 – disponível em <<http://www.gazetapress.com/busca/fotos/valedoitajai>> Acesso em 2011.

O estrago material, com queda de barreiras e deslizamentos, deve ter sido maior em Caraguatatuba, em 1968. Mas o número de mortos foi menor, afinal, a cidade tinha uma população menor naquela época. A tendência desses desastres naturais é sempre piorar, por causa da maior ocupação, mais construções, etc. (ROSSETO, 2011)

Ressaltamos, por outro lado, que a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), Rio de Janeiro divulgou, em novembro de 2013, o Plano de Ação Comunitária de Prevenção e Enfrentamento de Acidentes e Desastres Naturais, elaborado com apoio técnico de especialistas. O plano objetiva contribuir em uma eventual necessidade de desocupação, em caso de eventos climáticos extremos, como as fortes chuvas de 2011. De acordo com o secretário Carlos Minc (SEA, 2013), o trabalho reúne, entre outros, mapas com detalhes de rotas de fuga, pontos de apoio, levantamento de pessoas que necessitam de cuidados especiais em momentos de alerta, mapeamento dos recursos materiais e humanos disponíveis de ajuda (como motosserras, barcos, bombeiros, médicos, enfermeiros), kits contendo imãs de geladeira com orientações para

desocupação imediata (como desligar o gás para evitar risco de explosão) e pasta plástica para guardar documentos pessoais, que possam ser carregados em situações emergenciais. O trabalho foi apresentado em encontro com representantes das Defesas Cívicas Estadual e Municipal e de lideranças comunitárias, na sede do Consórcio Vale do Cuiabá, em Itaipava, distrito de Petrópolis – uma das regiões mais castigadas pelas fortes chuvas de 2011. Muito embora estas sejam medidas preventivas básicas e essenciais – já há muito tempo sendo realizadas em outros países com histórico de inundações e deslizamentos de terra, só agora sendo iniciadas no Brasil – lembramos que um trabalho preventivo também inclui as questões imateriais e subjetivas, relativas à fase de preparação para os desastres. Em outras palavras, a etapa de prevenção deve também incluir a participação da comunidade e de profissionais, que trabalhem com enfoque socioambiental e psicossocial, para que o trabalho não seja desenvolvido apenas com enfoque estrutural (abordagem tecnológica, referente às estruturas), ainda que saibamos que este seja fundamental.

“A gente acha que a população pode colaborar bastante para a redução de risco, com trabalhos não estruturais⁶, através de um trabalho sócio-educativo da população. Mas como fazer? Os trabalhos quando são impostos de fora para dentro, sem a participação da população, não há o retorno esperado. (...) A gente percebe uma deficiência na área técnica para tornar eficiente este trabalho sócio-educativo.” (Entrevistado E1)

O ambiental não deveria ser visto sem serem consideradas as questões sociais, políticas, culturais e econômicas relacionadas à realidade que se encontram hoje os sujeitos em situação de risco e/ou desastre ambiental. Sabemos que há lacuna considerável em relação a políticas sociais e de habitação, que possam garantir à população de baixa renda e aos grupos minoritários condições dignas de moradia e de vida. Dentro desta linha de raciocínio, desabrigados, em geral, são estigmatizados pelo fato de residirem em área de risco ambiental, sendo enfatizada a questão da ocupação desordenada destes moradores, sem levar em consideração toda a complexidade e as contradições econômico-sociais que envolvem a “escolha” por este tipo de moradia. O

⁶ As medidas não estruturais são aquelas que não envolvem construção física ou abordagem tecnológica, mas que utilizam o conhecimento de diferentes áreas das ciências humanas e da saúde, em prol de ações concretas para as populações vulneráveis e em situação de risco.

que se observa, ainda, é um direcionamento das questões ambientais sem a devida consideração da realidade social objetiva das comunidades em área de risco e um enorme descaso em relação aos sujeitos em situação de desastres, após o momento emergencial.

Não ter para onde ir e revelar sua condição estigmatizante é um aspecto do dano severo à auto-imagem e identidade do desabrigado. Um mínimo de dignidade pessoal torna-se difícil na rotina pós-desastre (...). (VALÊNCIO, 2009).

É no território físico, mas, principalmente, no simbólico, que se estabelecem valores e são produzidas as práticas cotidianas dos moradores, suas rotinas. Se esse território é desorganizado numa situação de desastre, rompendo-se aquilo que é entendido como a normalidade do local. Desarrumam-se, ainda, as rotinas e as referências daquela população. Isto inclui um extenso processo de danos imateriais, de sofrimento pessoal e social. Se por um lado os desalojados contam, em parte, com a solidariedade de parentes e amigos, os desabrigados são afetados pela privação e estigmatização do pós-desastre. Perdem suas moradias e torna-se pública a ausência de laços comuns, a ausência de condição econômica para provimento de domicílio provisório.

2 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Investigar acerca das questões socioambientais e psicossociais relativas aos sujeitos em situação de risco e/ou desastre ambiental, com enfoque especial à vulnerabilidade e resiliência dos desabrigados e desalojados pelas inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir sobre conceitos relacionados à questão de desastres ambientais, incluindo revisão em literatura nacional e internacional sobre os desafios sociais, econômicos, materiais e imateriais que envolvem o tema;
- Contribuir para a literatura nacional na área de desastres, dando visibilidade aos conflitos socioambientais que envolvem o tema, tanto no contexto das inundações e deslizamentos de terra do estado do Rio de Janeiro (2010-2013), quanto com a experiência de países diferentes, mas com desafios semelhantes;
- Identificar estratégias psicossociais no período pós-desastre e de mobilização social com os grupos relacionados, a partir dos dados da pesquisa de campo, tornando visível a experiência de profissionais voluntários, envolvidos de forma “silenciosa” com os mencionados sujeitos;
- Criar uma sistematização dos dados de referência, possibilitando ampliar um canal interdisciplinar de comunicação e interação entre as áreas de Psicologia, Sociologia, Educação Ambiental, Ecologia Social, Biologia, Serviço Social, Geografia, entre outras.

3 METODOLOGIA

Grande parte das pesquisas relacionadas ao tema dos desastres ambientais enquadra-se na linha das pesquisas quantitativas e com abordagem técnica e estrutural, não só no Brasil, mas também em outros países. Muito embora os processos quantitativos sejam úteis para uma compreensão em nível macro do assunto, elas são bastante limitadas, se levarmos em conta os aspectos qualitativos socioambientais e psicossociais de todo processo que envolve os sujeitos em situação de desastres. Esta percepção nos levou a uma escolha de base metodológica qualitativa (MINAYO, 2003) e exploratória (GIL, 1999) para a presente tese, buscando uma maior compreensão do contexto envolvido, rastreando mais detalhadamente as questões associadas de vulnerabilidade e resiliência dos sujeitos envolvidos. Por outro lado, sua natureza qualitativa não pretende reforçar questões dicotômicas que envolvem a discussão sobre pesquisas quantitativas ou qualitativas, mas demonstrar que a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes.

Desta forma, sendo a pesquisa qualitativa e exploratória buscamos desenvolver, esclarecer e ampliar conceitos e idéias para a formulação de novas abordagens futuras. A vertente exploratória justifica-se, ainda, pelo tema foco desta pesquisa ainda ser um campo acadêmico bastante inexplorado no Brasil, seja nos registros de pesquisas sobre desastres ou sobre registros relacionados a projetos e ação concreta, com os sujeitos envolvidos em situações de risco/desastres ambientais. De acordo com Gil (1999), explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões, até então não conhecidas. Com este intuito, a pesquisa incluiu levantamento bibliográfico nacional e internacional sobre o tema, entrevistas prolongadas com profissionais que vivenciaram experiências práticas em situações de desastres ambientais, observação de campo e discussões conceituais e metodológicas sobre as experiências práticas vividas pelos entrevistados, estimulando uma maior compreensão das estratégias utilizadas.

3.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS

Entrevistado	Caracterização	Comentários
<p>Entrevista 1</p> <p>Entrevistado E1</p>	<p>Sexo masculino, 47 anos, Engenheiro Civil, da área de Geotécnica, especializado em desastres associados a movimento de massa. Professor da UFRJ. Trabalhou em projetos de percepção de risco associado a deslizamentos de terra por parte da população moradora na comunidade do Maceió, RJ. O projeto teve característica interdisciplinar, integrando as áreas de engenharia e educação, com vistas a estratégias socioambientais para o trabalho com sujeitos em situação de risco ambiental. O trabalho realizado com a comunidade foi de caráter preventivo para as inundações e deslizamentos de terra, tendo como recurso a produção de maquetes interativas.</p>	<p>Local: campus da UFRJ. Observações de campo: bairro do Maceió, Niterói, RJ. A pesquisadora desta tese participou do momento de implantação do projeto e das discussões, com sugestões para a criação de metodologia socioambiental para área de risco no bairro do Maceió, Niterói, RJ.</p>
<p>Entrevista 2</p> <p>Entrevistado E2</p>	<p>Sexo masculino, 47 anos, é Professor de Educação Física e Psicomotricista e atua elaborando e coordenando workshops na área da Terapia Somática, especificamente com atuação direta em área de desastres ambientais. Esteve trabalhando com vítimas de enchentes e deslizamento de terra no Brasil e de terremoto e tsunami em diversos países (Haiti, Tailândia, Japão, Estados Unidos), oferecendo atendimentos de grupo durante a fase pós-desastre para os sujeitos em situação de desastre, assim como para os profissionais envolvidos.</p>	<p>Local: consultório no Rio de Janeiro. Observações de campo: workshop de atendimento a crianças; workshop de atendimento a adultos; palestras oferecidas na cidade do Rio de Janeiro.</p>
<p>Entrevista 3</p> <p>Entrevistado E3</p>	<p>Sexo feminino, 42 anos, é Psicóloga, moradora da comunidade do Morro do Bumba, tendo atuado com a população afetada por desastre ambiental no período pós-desastre. A abordagem de trabalho foi a Psicoterapia Sistêmica, com trabalhos envolvendo a família dos desabrigados e desalojados do Morro do Bumba, considerando os efeitos que o alto nível de estresse gerou na população local. Atua, ainda, em trabalho social como voluntária, sendo a coordenadora dos trabalhos que envolvem, também, assistência social, artes, esportes entre outros.</p>	<p>Local: residência da entrevistada, localizada no Morro do Bumba, Niterói, Rio de Janeiro.</p>
<p>Entrevista 4</p> <p>Entrevistado E4</p>	<p>Sexo feminino, 60 anos, é Psicoterapeuta Corporal e atua ministrando formações em Experiência Somática (SE, todos os níveis) no Rio de Janeiro, em outros estados do Brasil e em diversos outros países. Já realizou diversos atendimentos terapêuticos pós-desastre, em sujeitos em situação de desastres ambientais, incluindo tsunamis, terremotos, furacões, inundações/deslizamentos de terra. Atuou durante a fase imediatamente após o incêndio de Santa Maria, RS, com estratégias de autorregulação do SE, atendendo não somente às famílias envolvidas, mas profissionais que prestavam serviço no momento da tragédia (enfermeiras, bombeiros, taxistas, voluntários)</p>	<p>Local: Rio de Janeiro, após workshop intermediário do SE, que ministrou para profissionais no Rio de Janeiro. A pesquisadora desta tese participou de formação completa em SE (iniciante, intermediário e avançado), tendo realizado suas observações participantes durante os workshops e palestras com a entrevistada.</p>

Entrevistado	Caracterização	Comentários
<p>Entrevista 5 Entrevistado E5</p>	<p>Sexo feminino, 54 anos é formada em Pedagogia da Ciência na Tanzânia e trabalha como Missionária de Congregação Internacional de Ajuda Humanitária. Terapeuta de Experiência Somática (<i>SE</i>). Ministra formações em <i>SE</i> (nível iniciante e intermediário) no Brasil e no Uruguai. Trabalha como voluntária, especialmente com sujeitos economicamente e socialmente desfavorecidos, durante a fase pós-desastre. Atuou no Japão, Coréia do Sul, Uruguai e no Haiti trabalhou com jovens de 12 a 19 anos, após terremoto ocorrido em 2010, com ferramentas do <i>SE</i> e outros trabalhos comunitários.</p>	<p>Local: Rio de Janeiro após um Workshop do <i>SE</i>.</p> <p>A temática dos desastres ambientais e as alterações neurofisiológicas relativas a eventos extremos foram assuntos abordados.</p>
<p>Entrevista 6 Entrevistado E6</p>	<p>Sexo feminino, 53 anos de idade, é Psicóloga e Psicodramatista. Atua com a abordagem de <i>EMDR</i> (<i>Eye Movement Desensitization and Reprocessing</i>) e Sociodrama em clínica e em projetos sociais. Coordenou equipe de trabalho para o momento pós-desastre junto às comunidades serranas do estado do Rio de Janeiro, que passaram por inundações e deslizamentos de terra após as fortes chuvas que atingiram estas regiões. Participou de trabalhos terapêuticos integrativos no momento emergencial na comunidade do Morro do Bumba e, anteriormente, em Santa Catarina.</p>	<p>Local: consultório em Niterói, Rio de Janeiro.</p> <p>Foi realizada observação em workshop oferecido para profissionais, no trabalho com <i>EMDR</i> e Sociodrama para orientação ao trabalho com população em situação de desastre ambiental.</p>
<p>Entrevista 7 Entrevistado E7</p>	<p>Sexo masculino, 48 anos de idade é Psicoterapeuta Corporal e atua ministrando cursos nas abordagens integrativas <i>Trauma Releasing Exercises</i> (<i>TRE</i>) e Terapia Comunitária Integrativa (<i>TCI</i>) para profissionais em diversos estados no Brasil, incluindo trabalho em favelas do estado do Rio de Janeiro. Os projetos que coordena estão relacionados ao contexto de estresse agudo crônico, pós-desastre ambiental ou decorrente de violência da própria rotina de vulnerabilidade das cidades, em sujeitos em situação de fragmentação social. A capacitação para multiplicadores de ambas as abordagens trabalhadas acontecem no contexto brasileiro e também em outros países, com contextos sociais semelhantes. Possui, também, formação em <i>SE</i>, integrando as estratégias de <i>SE</i>, <i>TRE</i> e <i>TCI</i> em seus trabalhos de grupo.</p>	<p>Local: Salvador, Bahia, durante seminário de nível avançado de <i>SE</i> para profissionais.</p> <p>Foi realizada observação participante durante workshop para capacitação básica em <i>TRE</i> e durante palestra no estado do Rio de Janeiro.</p>

Quadro 1 – Dados dos Entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de Pesquisa de Campo, em 2011

Como podemos observar pela tabela acima, os entrevistados possuem formações bastante heterogêneas, mas com uma importante característica em comum: o interesse e atuação constante e voluntária com comunidades em situação de desastres ambientais, especialmente relativos ao trabalho com sujeitos desabrigados e desalojados no estado do Rio de Janeiro. Muito embora as experiências de trabalho dos entrevistados possam partir de abordagens distintas, todas buscam focar num olhar diferenciado, no contato e acolhimento dos sujeitos em situação de desastres ambientais, distanciando-se de protocolos terapêuticos cristalizados, mecanizados e fechados em si mesmo e que não considerem a particularidade dos grupos em situação de desastre.

Desta forma, os participantes entrevistados realizaram projetos de natureza psicossocial ou socioambiental com os sujeitos desalojados e desabrigados das inundações/deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro (o que se amplia, ainda, a outros estados brasileiros e outros países em eventos extremos). Eles estiveram bem próximos à realidade que se apresenta em campo, seus desafios e possibilidades. Atuam como terapeutas, educadores, psicólogos, cuidadores, consultores, alguns deles elaborando projetos tanto para prevenção em áreas de risco, quanto nas situações pós-desastres. A experiência da maior parte dos entrevistados em ações em comunidades nacionais e internacionais foi crucial para a escrita sobre o tema. Isto reforça a importância e o ineditismo da proposta deste trabalho e acreditamos que o armazenamento de dados resultantes desta tese possa servir de suporte e motivação para outras pesquisas acadêmicas ou mesmo projetos de ação comunitária, que possam ter passado pela mesma dificuldade, pela falta de registros sistematizados.

Na pesquisa de campo, somente durante o trabalho de produção das entrevistas é que o número de entrevistados, necessários para o trabalho, foi sendo estabelecido. Este é o chamado recurso metodológico “bola de neve” (WEISS, 1994; SEIDMAN, 1998), onde um entrevistado indica o próximo profissional a ser entrevistado - em nossa pesquisa dada a dificuldade de encontrar profissionais que tivessem trabalhado na área de desastres ambientais no Rio de Janeiro⁷. Isto envolveu imenso trabalho artesanal na busca dos entrevistados, o que acabou sendo muito aquém do número de profissionais que imaginamos encontrar inicialmente, pelas poucas iniciativas de ações concretas

⁷ Trabalhos que sejam direcionados aos grupos desalojados ou desabrigados envolvidos. Os profissionais, como já mencionado nesta pesquisa, atuam de forma silenciosa, com pouca ou nenhuma divulgação acadêmica de seus trabalhos terapêuticos durante a fase pós-desastre;

sendo realizadas com os sujeitos em situação de desastre. O fato é que pouquíssimos profissionais realizaram trabalho psicossocial e terapêutico em momento pós-desastre com os sujeitos desabrigados e desalojados no estado – o que não é uma realidade diferente do restante do Brasil, infelizmente. Por outro lado, é importante esclarecer que o critério inicial para a escolha dos profissionais entrevistados levou em consideração a contextualização mencionada no *item 1.1 (Antecedentes e Implicações)* desta tese.

3.2 PROCEDIMENTOS E TRATAMENTO DOS DADOS

Muito embora esta pesquisa não seja classificada como *participativa*, podemos afirmar que ela contém *premissas de metodologia participativa*, já que os depoimentos dos entrevistados foram utilizados como um recurso metodológico para a construção do próprio texto da tese de doutorado, na escolha da prioridade de cada capítulo e temática apresentada. Assim, os capítulos foram construídos, a partir das discussões levantadas nas entrevistas realizadas, com ênfase para o ponto trazido da experiência concreta dos entrevistados durante suas ações com os sujeitos em situação de inundações e deslizamento de terra.

As questões socioambientais foram despertadas a partir da primeira entrevista, E1, o qual citou, ainda, a busca por estratégias para o trabalho psicossocial em comunidade, pela falta de trabalhos sistematizados para os desabrigados, desalojados ou moradores de área de risco. A entrevistada E5, juntamente com o entrevistado E2 trouxeram comentários essenciais para a busca de literatura sobre a perspectiva de outros países e as diferentes (muitas vezes semelhantes) realidades encontradas em suas práticas pós-desastre. Ambos mencionaram a grande vulnerabilidade observada nos profissionais envolvidos, não somente no Brasil, mas em outros países nos quais já realizaram trabalhos em campo. A entrevistada E3 trouxe discussões preciosas sobre as vivências traumáticas dos moradores do Morro do Bumba, após o desastre ocorrido e a condição de vulnerabilidade de uma comunidade a qual ela também é moradora, além de ter trabalhado diretamente com os desabrigados na ocasião. A entrevistada E4 trouxe a possibilidade bem sucedida de trabalho terapêutico durante a etapa imediata de resposta, em casos de extrema necessidade, onde um grande número de pessoas foi afetado (ainda que alguns entrevistados não escolham iniciar seus trabalhos psicossociais

imediatamente após o desastre). O entrevistado E2 despertou o interesse sobre a discussão fundamental sobre as etapas de um desastre ambiental e os desafios encontrados em cada uma delas, colaborando para a questão do trabalho com crianças em situação de desastres. E6 e E7 focaram na capacidade de resiliência dos sujeitos em situação de desastres e a importância de um olhar diferenciado, respeito aos valores e o reconhecimento da história das comunidades envolvidas.

Todos os entrevistados (E1-E7) colaboraram para que o foco desta pesquisa permanecesse nas questões relacionadas à vulnerabilidade e resiliência, sendo este o ponto de encontro entre todas as abordagens realizadas pelos mesmos. Porém, o grande desafio da escrita desta tese concentrou-se na sistematização dos dados isolados da experiência destes profissionais⁸ em entrelace com o vasto campo literário envolvendo o tema dos desastres na literatura internacional.

Além da base técnica das valiosas discussões levantadas durante as entrevistas, a metodologia escolhida para esta pesquisa de doutorado buscou, ainda, suporte na observação participante, que pode ser definida como:

Uma estratégia de campo que combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação direta, e a introspecção. Os aspectos principais do método consistem no fato de o pesquisador mergulhar de cabeça no campo, de ele observar a partir de uma perspectiva de membro, mas, também de influenciar o que é observado graças à sua participação (DENZIN apud FLICK, 2002, p. 152).

Considerando que esta pesquisa iniciou-se no ano de 2011 e seu término em fevereiro de 2015, pontuamos que poucas pesquisas acadêmicas foram publicadas na área das ciências humanas sobre a temática, sendo, ainda, a maior parte dos trabalhos publicados no Brasil na área de engenharia ambiental, geotécnica e biologia. Buscamos, assim, proporcionar visibilidade a algumas ações que vêm sendo realizadas ainda de forma isolada, de trabalho voluntário, independente e, por isso nomeamos de “invisíveis”, de

⁸ Os dados das entrevistas foram, também, relacionados aos dados de observação durante as palestras e workshops realizados por estes profissionais em seu campo de trabalho. Isto aconteceu, em especial, durante os cursos de formação (SE), workshops vivenciais e palestras (SE, TRE, EMDR, Terapia Somática), com atendimentos oferecidos pelos mesmos. A autora desta tese teve participação nestes 4 anos de doutorado nestes eventos, incluindo o *Trauma First Aide*, tendo sido habilitada para o trabalho como *Terapeuta em Experiência Somática* (SE) em 2013. Todas as abordagens citadas incluem as estratégias psicossociais citadas nesta tese.

profissionais com experiência em estratégias para o trabalho na fase do pós-desastre no Brasil.

A interação do pesquisador, pesquisado e dados da literatura possibilitaram uma identificação maior de sentimentos, experiências, valores e estratégias observadas, juntamente com a narrativa do pesquisador sobre eles (CHO & TRENT, 2006). Assim, as etapas de revisão de literatura e levantamento bibliográfico foram realizadas, a partir do tema risco e desastres ambientais, permitindo o diálogo das principais temáticas acadêmicas relacionadas sobre o assunto no Brasil e em outros países, onde as pesquisas encontram-se mais avançadas. De acordo com a pesquisa realizada por Nascimento (2012) - bairro de Canabrava, Salvador, Bahia, sobre *percepção e risco ambiental* - o entendimento do risco, através da ótica de quem o percebe e a vivência é extremamente importante para o sucesso de uma ação educativa e que vise à prevenção de acidentes.

Em relação ao tratamento dos dados, a metodologia de análise de conteúdo proporcionou objetividade, sistematização e inferência, relativos às estruturas semânticas, em conjunção às estruturas sociológicas (BARDIN, 1979). Priorizamos as *entrevistas temáticas* (MINAYO, 1992) como técnica específica para o tratamento dos dados, para uma melhor organização das unidades de significado, dividindo o tratamento dos dados em três momentos: pré-análise (diferentes leituras, escuta das gravações das entrevistas); exploração do material (transcrição das entrevistas, organização da teoria e dos dados empíricos de campo) e tratamento dos resultados (integração dos dados tratados previamente, com a dinâmica das relações culturais⁹, sociais e ambientais no Brasil).

Os registros do trabalho de campo foram realizados através de *entrevistas prolongadas*, combinando observação¹⁰ e relatos introspectivos¹¹ com profissionais que já tivessem proposto estratégias psicossociais ou socioambientais de grupo pós-desastre no Brasil,

⁹De acordo com Alexander (2014), a cultura é importante para qualquer entendimento do significado e do papel dos desastres no mundo, uma vez que determina a forma como a percepção é interpretada, podendo mesmo determinar o que não é percebido. Assim, a compreensão dos desastres acontece através de um filtro perceptual e cultural, através da família, amigos, organizações, comunidade até as formas éticas da cultura popular. As formas de redução de desastres baseadas na comunidade devem levar em conta o modo como os membros dessa comunidade se associam uns aos outros, as estruturas de poder que a constituem e os pontos de origem da autoridade. Todos estes elementos são, até certo ponto, culturalmente determinados;

¹⁰ No momento da fala do entrevistado, percebendo sentimentos, pausas e expressões durante as entrevistas e durante a observação em campo de seus trabalhos em workshops, cursos e palestras;

¹¹ Relativo às vivências do entrevistado e sua história de vida (MINAYO, 1992);

envolvendo as chuvas (deslizamentos e inundações). Observamos, ainda em menor escala, uma relação importante da temática com a biografia dos entrevistados, que aconteceu durante a narrativa de suas vivências e experiências.

Desta forma, trabalhamos para que o registro dos dados pudesse contribuir para: (1) o compartilhar das discussões no contexto da vulnerabilidade e resiliência dos sujeitos em situação de risco/desastres ambientais socioambientais e psicossociais trazidas durante as entrevistas e dados da literatura; (2) a visibilidade de iniciativas voluntárias e estratégias socioambientais ou psicossociais, na esfera acadêmica, a partir dos registros de campo. No momento da entrevista, os tópicos do roteiro geral foram sendo ajustados, por vezes, adquirindo valores diferentes dos previstos inicialmente. Portanto, os dados do roteiro foram úteis para o acompanhamento da narração e, em nenhuma hipótese, constituíram perguntas prontas a serem respondidas.

Elaborou-se um caderno de campo, como mais um instrumento complementar para a pesquisa de campo, incluindo alcance e limitações relacionados às condições de sua produção, onde foram registradas observações em relação ao entrevistado e da relação estabelecida, para uma compreensão mais ampla do contexto das entrevistas; os motivos que levaram o pesquisador ao entrevistado; como o entrevistado reagiu ao primeiro e demais contatos com do pesquisador; reações do entrevistado durante entrevista; as características do ambiente onde foi realizada a entrevista, possíveis interrupções e comentários registrados na gravação; o que mudou, à medida que a relação foi-se aprofundando entre entrevistado e pesquisador; contatos posteriores com o entrevistado; etc..

As entrevistas prolongadas¹² foram registradas em gravação digital e, posteriormente, transcritas para o registro referente à tese de doutorado. Os registros digitais possibilitaram uma maior reflexão e ampliação da discussão sobre as estratégias metodológicas utilizadas e o enfoque metodológico utilizado em sua atividade profissional, suas lacunas e seus acertos durante o trabalho de campo. As entrevistas foram gravadas em dois CD's: um destinado à preservação dos dados e outro para o

¹² De acordo com Thiollent (1982), entrevistas denominadas *prolongadas* são aquelas onde a interação entre o pesquisador e o pesquisado se dá de forma contínua. Desta forma, o entrevistador mantém-se em uma 'situação flutuante, que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural, sem questionamento forçado'.

acesso, escuta e consulta. As mesmas foram transcritas, também, para o arquivamento dos registros na língua escrita, preservando a linguagem de cada entrevista.

O processamento dos dados, ou seja, a passagem para a forma escrita envolveu transcrição, conferência de fidelidade e revisão final. Além disso, as entrevistas foram arquivadas na forma de escuta, as quais foram consultadas diretamente, a partir do CD de gravação. Tanto na forma de transcrição/processamento, como na forma de escuta, o procedimento foi a elaboração de um instrumento de auxílio à consulta, para que os dados servissem posteriormente à pesquisa acadêmica. O instrumento de auxílio à consulta escolhido foi o sumário, cuja função foi informar, de forma clara, sobre o que foi dito durante o depoimento de cada entrevistado. Assim, cada tema abordado pelo entrevistado foi registrado sob forma de tópico, incluindo uma pequena biografia do entrevistado (de acordo com sua própria descrição sobre sua aproximação subjetiva à temática).

Com a abordagem de entrevistas temáticas, as mesmas foram analisadas, a partir das narrativas dos participantes e o índice temático construído por cada entrevistado, o qual nem sempre correspondeu ao roteiro geral inicialmente formulado pela pesquisadora. Algumas questões de base para o início das entrevistas prolongadas foram:

- O que o levou ao interesse pelo trabalho com desalojados e desabrigados de inundações (e de outros desastres)?
- Em que momento foi construída sua proposta de trabalho: na prevenção, na emergência ou no momento pós-tragédia?
- Que contexto encontrou em campo?
- Quais as dificuldades e desafios encontrados?
- O que você citaria como estratégia essencial para a realização de trabalhos psicossociais ou socioambientais com sujeitos em situação de risco/desastres?

3.3 PESQUISAS INTERNACIONAIS SOBRE DESASTRES AMBIENTAIS - PROGRAMA ANDROID (*Academic Network for Disaster Resilience to Optimise Educational Development*)

Além dos procedimentos descritos acima, um recurso metodológico estratégico para a ampliação da discussão do tema dos desastres ambientais na presente pesquisa foi a participação da autora desta tese (SOUZA, 2014) no *Doctoral School: Academic Network for Disaster Resilience to Optimise Educational Development - ANDROID* - Programa de Doutorado sobre Desastres e Resiliência de 2014, no Reino Unido. Isto permitiu uma visão mais abrangente das questões que envolvem os desastres em outros países, onde o tema já vem sendo estudado de forma mais focal pelos últimos 30 anos.

Muito embora o contexto escolhido para a pesquisa tenha sido inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro, observamos poucos registros na literatura nacional de dados socioambientais ou psicossociais sobre os eventos de desastres ocorridos (2010-2013) - como já descrito antes. Isto nos levou a buscar dados internacionais de países com experiência de até 30 anos com desastres, mas, no entanto, com desafios bastante semelhantes aos da realidade brasileira.

O programa *ANDROID*, foi organizado por professores das Universidades de Salford e Northumbria, tendo sido dividido em duas etapas: *Online Doctoral School*, em março de 2014 e *Residential Doctoral School*, em setembro de 2014. O programa *online* incluiu uma série de workshops com especialistas em *Desastres Ambientais e Resiliência* de países como Itália, Inglaterra, Austrália, Canadá, Sri Lanka, entre outros, onde doutorandos de diversos países participaram com suas pesquisas acerca do tema em comum. Nesta etapa, participamos de trabalhos em grupo virtual, com discussões e perguntas diretamente aos especialistas sobre questões relativas à vulnerabilidade; resiliência; trabalhos de ação comunitária com sujeitos em situação de risco/desastre; possibilidades e desafios encontrados em sua área de atuação; gerenciamento dos abrigos temporários; atual situação dos sujeitos desabrigados e desalojados após tsunamis (Indonésia, Sri Lanka, Índia), tremores de terra (Nova Zelândia, Austrália), inundações e deslizamentos de terra (Portugal), tornados (Filipinas), entre outros assuntos.

Na segunda etapa do programa, foram disponibilizadas 15 bolsas para a participação presencial no *Residential Doctoral School*, setembro de 2014, no Reino Unido, de um total de 40 participantes, de 26 diferentes países. Sendo contemplada com uma das bolsas, a autora desta tese apresentou a presente pesquisa aos demais participantes (todos participantes eram doutorandos de diferentes continentes, pesquisando sobre desastres ambientais e resiliência, conforme no Programa *Online Doctoral School*, mas apenas alguns participantes contemplados com a bolsa do Programa ANDROID), também tendo acesso ao conteúdo da pesquisa de cada um deles. O Programa de Doutorado ANDROID, ainda, integrou-se à *Conferência Internacional sobre Desastres (4th International Conference on Building Resilience)* e à campanha das Nações Unidas *Making Cities Resilient (Tornando as Cidades Resilientes)*, UNISDR (*The United Nations Office for Disaster Risk Reduction/Setor das Nações Unidas para Redução de Risco e Desastres*), com participantes de 68 países e suas experiências sobre o tema de gerenciamento de risco/desastres, impactos sociais e resiliência.

Muito embora, a maior parte dos doutorandos esteja desenvolvendo pesquisas quantitativas e de gerenciamento de riscos em países com experiência de longos anos em desastres ambientais, o contexto de grande parte dos países participantes ainda apresenta questões socioambientais e psicossociais tão desafiadoras quanto às questões do contexto brasileiro. Isto inclui toda a complexidade que envolve a vulnerabilidade, a injustiça ambiental, a falta de interesse dos governos no incentivo de políticas públicas direcionadas aos sujeitos em situação de desabrigo ou desalojamento, a programas no pós-desastre, além de lacuna considerável no reconhecimento dos movimentos sociais.

Porém, é importante ressaltar que apenas a presente pesquisa e mais duas das apresentadas utilizavam uma abordagem *socioambiental*¹³, incluindo questões psicossociais e pesquisa qualitativa. Isto chama nossa atenção e aponta, ainda, para a desvalorização de abordagens qualitativas - tanto no ambiente acadêmico, quanto em instituições de âmbito internacional – ou que remetam a ações comunitárias locais, mais diretamente relacionadas: à situação dos sujeitos envolvidos; às questões mais complexas de sua vulnerabilidade e à importância da participação da comunidade local. A ênfase maior ainda concentra-se no estudo de materiais e estruturas de construção resilientes, em estudos geofísicos, nas estratégias de controle estruturais, etc.. Ainda

¹³ Vide página 72 sobre a abordagem Socioambiental.

assim, consideramos importante incluir os registros disponibilizados pelas pesquisas e discussões mais significativas, compartilhadas durante o Programa de Doutorado ANDROID, já que a proposta metodológica de nossa pesquisa propõe uma possibilidade de aprendizado com as experiências vividas anteriormente na área de risco/desastres ambientais, seja no Brasil ou no exterior.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir das considerações anteriores, buscamos uma compreensão menos limitante sobre a temática a ser pesquisada, incluindo uma abordagem teórica com discussões sobre Desastre e Risco Ambiental, juntamente a questões envolvendo os conceitos de *Justiça Ambiental* (ACSELRAD, 2004; LOUREIRO, 2009; QUINTAS, 2002; LAYRARGUES, 2005), *Territorialidade* (HAESBAERT, 2001), *Enraizamento/Desenraizamento* (FROCHTENGARTEN, F, 2005; POLLAK, 1995; BOSI, 1987), *Reconhecimento* (SANTOS, 2006; FRASER, 2003), *Vulnerabilidade* (WISNER, 2004; COLLINS, 2014; ALEXANDER; ACSELRAD) e *Resiliência* (CYRULNIK, 2003; ALEXANDER, 2014; LEVINE, 2012).

Ainda que não seja o foco principal desta pesquisa, gostaríamos de ratificar a importância de estudos geotécnicos e acadêmicos, sérios e aprofundados, que auxiliem no zoneamento de susceptibilidade, perigo e risco, entre outras áreas tecnológicas para a prevenção dos desastres. O levantamento sistemático dos desastres naturais oferece subsídios de grande suporte para ações de planejamento, prevenção e a urgência na tomada de providências do poder público, democratização destas ações e consolidação de uma política de prevenção, preparação, mitigação, recuperação e reconstrução, de segurança e utilização dos espaços. Entretanto, devemos sempre lembrar que as questões tecnológicas devem ser consideradas, incluindo-se os sujeitos envolvidos, suas vulnerabilidades e necessidades psicossociais, para que o conceito de meio ambiente seja visto em sua amplitude natural, cultural, social, econômica e política.

4.1 DESASTRE AMBIENTAL

De acordo com a *Conferência Geral sobre Desastres*, promovida pela *Secretaria Nacional de Defesa Civil* (2007), o Brasil ocupa o 1º lugar mundial em acidentes de trânsito e rodoviários, em acidentes de trabalho, além de inúmeros outros importantes desastres como inundações, deslizamentos, incêndios, enxurradas, vendavais, chuvas de granizo, epidemias, pragas e desastres tecnológicos. Desastres seriam o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre uma população vulnerável, causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e conseqüentes

prejuízos econômicos e sociais. Nesta perspectiva, os desastres são quantificados em função dos danos e prejuízos, em termos de intensidade, enquanto que os eventos adversos são quantificados em termos de magnitude. Em geral, o fator preponderante para a intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor. Ainda, de acordo com a defesa civil, os desastres naturais são aqueles provocados por fenômenos e desequilíbrios da natureza e produzidos por fatores de origem externa, que atuam independentemente da ação humana (SEDEC, 1988).

É evidente que, se os desastres atuam e afetam a população, deduz-se que evitar e minimizar, os mesmos, é também uma obrigação da população. Daí ampliar o conceito de Defesa Civil, completando com a seguinte frase: **É um dever de todo cidadão e um direito da sociedade** (DEFESA CIVIL, 2007).

Se por um lado observamos ainda uma tendência à culpabilização dos sujeitos envolvidos em situação de desastres pela citação acima, é importante ressaltar que no mesmo documento, registrado a partir da *Conferência Geral sobre Desastres* (2007), pontua-se que no Brasil não há ainda cultura sobre Defesa Civil. De acordo com Calheiros (SEDEC 2007), quase na totalidade dos municípios brasileiros evidencia-se um *alto grau de despreparo, pânico da população, a improvisação e um tremendo desgaste econômico, físico e mental*. As perdas econômicas, os danos materiais, bem como o sofrimento das populações atingidas alcançam um volume impossível de serem expressos em valores monetários. Ainda persiste uma idéia de que o controle dos desastres deva ser apenas na iminência de o mesmo ocorrer ou ainda depois que o mesmo acontece. Evidencia, ainda: a não prioridade por um trabalho preventivo ou de preparação no país; pequena e quase inexpressiva atividade de treinamento de pessoal em todos os níveis; a falta de treinamento de voluntários da população e a ausência acentuada¹⁴ do papel das universidades do país, no processo de ensino e pesquisas sobre desastres.

¹⁴Em relação às pesquisas no Brasil, gostaríamos de pontuar um número crescente de pesquisas sendo desenvolvidas no *Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres* – NEPED da UFSCar SP, a partir do trabalho intitulado *Sociologia dos Desastres* (2009). E, ainda, BRUCK (2007) com o trabalho *A Psicologia das Emergências*, em tese desenvolvida na PUC RS. Nós pesquisadores na área de desastres no Brasil devemos nossas reverências a estes dois trabalhos pioneiros no enfoque socioambiental e psicossocial com os sujeitos envolvidos. Ainda assim, ratificamos o reduzido volume de pesquisas nesta área no Brasil, no período que compreende a escrita desta tese.

Observa-se que, em muitas situações, algumas administrações, com a melhor das intenções, criam suas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. No entanto, essas Coordenadorias, na maioria dos casos, não passam de um órgão fantasma, burocrático, criado apenas no papel - por decreto. Por que isso acontece? Falta de apoio, orientação e assessoria técnica do órgão estadual de Defesa Civil e de outras instituições do Sistema Nacional de Defesa Civil do Estado; falta decisão política em considerar o problema dos desastres como de alta prioridade; (...) falta um plano de trabalho para a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (...) (SEDEC, 2007).

Buscando outras referências sobre a terminologia dos desastres, Marchezini (2009) aponta que desastre é a vivência, segundo um consenso social, de uma crise que afeta a comunidade humana. Mattedi (2009) inclui, na definição de desastres, a combinação de fatores sociais aos naturais. Ou, mais precisamente, afirma serem as características físicas do evento que determinam a probabilidade de ocorrência do fenômeno e as condições sociais de vulnerabilidade as que determinam a severidade do impacto. Na pesquisa de Freitas e Campos (2010), a maior parte dos relatórios analisados sobre recursos hídricos, ainda indica um predomínio de abordagens fisicalistas - derivadas das ciências básicas e da terra - e estruturais - derivadas das ciências exatas, engenharia, arquitetura e das ciências aplicadas com ênfase na administração. Complementa ainda que há um domínio das ciências naturais e exatas nos dados das pesquisas acadêmicas, relacionados a situações de desastres no continente latino-americano.

As contribuições de áreas como a Sociologia, Psicologia e Serviço Social ainda seguem limitadas e marginalizadas, segundo o estudo citado. Há tendência de buscar soluções que levem a sociedade a aprender a “conviver” com inundações e deslizamentos, através da adoção de “novos padrões de comportamento” veiculados, inclusive pela educação ambiental, como se apenas as questões comportamentais pudessem transformar uma realidade dos sujeitos residentes nas áreas de risco. Complementamos as definições acima citadas, ressaltando que, apesar de reconhecermos uma crescente articulação em torno das medidas preventivas necessárias, para as questões do desastre, especialmente nestes últimos anos, há, ainda, uma tendência – inclusive da mídia - em considerar os desastres naturais como algo “incontrolável e imprevisível”, provocando impactos sobre as populações “despreparadas”. Com este ponto de referência, o desastre tenderia a se tornar algo que define o problema, contrastando com o cotidiano “normal” dos sujeitos, com isso, negligenciando os fatores sociais, econômicos e políticos

presentes no processo. Em locais como Blumenau, Santa Catarina, por exemplo, as ocorrências de desastres remontam ao século passado e acompanham o desenvolvimento socioeconômico da região. Apesar de cerca de 150 anos de convivência com situações de desastres, os mesmos continuam intensificando-se e tornando-se cada vez mais devastadores (SANTOS, 2012).

ETAPAS DOS DESASTRES AMBIENTAIS

Já que mencionamos as fases de um desastre ambiental, achamos conveniente incluir neste item com um quadro resumo das etapas que perpassam um desastre, não só de acordo com a Defesa Civil nacional, mas também de acordo com as convenções internacionais (UNISDR, 2009):

ETAPAS DOS DESASTRES AMBIENTAIS	CARACTERIZAÇÃO
Prevenção	Intenção de evitar, por completo, os possíveis impactos adversos, mediante diversas ações planejadas e realizadas antecipadamente (EIRD, 2009, p.25).
Mitigação	É a diminuição ou a limitação dos impactos adversos, das ameaças e dos desastres afins. Seria a possibilidade de reduzir consideravelmente sua escala e severidade, mediante estratégias e ações (EIRD, 2009, p.21);
Preparação	Conhecimentos e capacidades desenvolvidas pelos governos, profissionais e organizações, envolvendo comunidades e pessoas para prever, responder e se recuperar de forma efetiva dos impactos dos eventos. O objetivo maior é o gerenciamento desde a resposta até a recuperação sustentável. (EIRD, 2009, p.24);
Resposta	Prestação de serviços de emergência e de assistência pública durante ou imediatamente após a ocorrência de um desastre, com o propósito de salvar vidas, reduzir os impactos sobre a saúde, garantir a segurança pública e satisfazer as necessidades básicas de subsistência da população afetada (UNISDR, 2009, p.28);
Recuperação	Melhoramento, quando necessário, das instalações, dos meios de sustento e das condições de vida das comunidades afetadas por desastres, incluindo esforços para reduzir fatores de risco (EIRD, 2009, p.26);
Reconstrução	Tarefas incluídas no processo de recuperação, devendo ser iniciadas imediatamente após a finalização da fase de emergência, com base em estratégias e políticas previamente definidas para facilitar o estabelecimento de responsabilidades institucionais, que permitam a participação pública.

Quadro 2. Etapas dos Desastres Ambientais

Fonte: Tabela produzida pela autora, a partir dos dados do UNISDR, 2009

De acordo com Collins (2014), o gerenciamento de emergências inclui avaliação, gestão e governança apropriados do risco, sendo de extrema importância o envolvimento dos especialistas em desastres, mas também das universidades, escolas e educação informal. O momento da preparação deve incluir alertas prévios, mitigação, sistemas de suporte à resposta, recuperação e restauração, conhecimento, além da avaliação de risco (COLLINS, 2014). É importante a participação da comunidade no processo de mitigação, de forma mais ativa.

Focando um pouco mais no processo de mitigação, é fundamental que os seguintes elementos façam-se presentes: planejamento; assistência econômica; subsídios para equipamentos de segurança e materiais de construção mais seguros (construções resilientes); provimento de instalações resilientes (que suportem grandes impactos) para abrigos; disseminação de informação pública, para uma ampliação da conscientização; suporte para a presença de voluntários com segurança e a criação de organizações comunitárias (HAYLES, 2014). Sobre a presença e participação de voluntários é fundamental acrescentar que as equipes de voluntários vêm sendo no Brasil muito importante para um acolhimento dos sujeitos envolvidos, muitos deles sendo, ainda, médicos, enfermeiros, entre outros – já que o acesso à rede de saúde nem sempre comporta o número de desabrigados. Porém, há de se ressaltar que a necessidade de orientação criteriosa para uma atuação segura, relacionada ao próprio sujeito voluntário, reconhecendo suas limitações físicas e psicológicas, em paralelo à ampliação de sua resiliência.¹⁵ Ainda que na etapa de recuperação estejam incluídas ações não estruturais (que envolvem conscientização da população), importantes para o ciclo de gestão de risco, ainda não vemos contemplado nenhum item relacionado às questões psicossociais¹⁶ que envolvem os sujeitos destas áreas, nas ações com a comunidade.

¹⁵ Em relação à segurança e atuação dos sujeitos voluntários no período pós-desastre, maiores comentários serão feitos no próximo capítulo da tese.

¹⁶ É importante pontuar que encontramos no site da Defesa Civil RJ, em junho de 2014, uma chamada de capacitação de *Agentes para Ações Psicossociais*, de 40 horas. De acordo com o site, o curso teve por finalidade propiciar aos profissionais da Defesa Civil e voluntários, que trabalham em abrigos temporários e em atividades de assistência humanitária, noções de práticas que levam em consideração a atenção *psicossocial* aos afetados. Seria recomendável que esta capacitação pudesse se tornar uma formação para voluntários, que pudessem ser supervisionados durante suas ações iniciais para um acompanhamento mais contínuo das práticas psicossociais, incluindo suporte financeiro para a permanência dos mesmos nos trabalhos pós-desastre.

Hettige (2014) pontua que seria fundamental que os profissionais responsáveis pela fase de mitigação consultassem as vítimas de desastre em relação às suas necessidades e preferências. Elas possuem um papel significativo no gerenciamento das questões que surgem durante todo o processo, não apenas por possuírem conhecimento bastante íntimo dos impactos reais de um desastre e das questões que já enfrentam, mas essencialmente por terem o direito de decidir como gerenciar suas vidas, após um evento desta natureza. Assim, torna-se fundamental planejar estrategicamente políticas que possam guiar o processo de recuperação pós-desastre. Tais políticas asseguram a natureza e a extensão da compensação, os direitos e escolhas das vítimas, em relação à natureza do reassentamento. A análise criteriosa de um pós-desastre pode ser um importante instrumento de auxílio na prevenção e gerenciamento de eventos futuros.

De acordo com a pesquisa de campo desta tese, um dos itens primordiais para a eficácia das considerações e estratégias psicossociais na prática da vida dos envolvidos é a continuidade a médio e longo prazo dos trabalhos de ações psicossociais propostos e não apenas no momento da crise maior. Durante o momento da emergência maior e imediata, até três dias após o desastre, há presença substancial das equipes de resgate, bombeiros, defesa civil, equipes de saúde para emergências, mídia, voluntários da comunidade e de outros espaços geográficos do país.

“Após este período, que chamamos de ‘fase do herói’, aproximam-se grupos religiosos, políticos, mais voluntários...isso, juntamente com inúmeras doações, de todas as partes do estado...muitas vezes, de outras partes do país e de outros países... com a presença diária da mídia, em cobertura diária na TV, rádio, etc.etc.” (Entrevista E2)

Já por volta do final do primeiro mês da tragédia, a configuração muda. É comum nestas comunidades um sentimento de desilusão total da população envolvida, onde o noticiário já não cobre mais diariamente o evento dramático, os políticos locais – como no caso das inundações na região serrana do Rio de Janeiro - muito constantemente envolvem-se em corrupção e desvio das verbas e das doações financeiras recebidas. Os trabalhos iniciados são interrompidos (mídia, principalmente), não continuados ou não concluídos e as ações de suporte emocional fragmentam-se. Muitas vezes não há planejamento, organização e gestão das doações de materiais não perecíveis, roupas, colchões, entre outros artigos pelo governo local, o que leva os mesmos a se deteriorarem ou se perderem em locais nunca acessados pelos voluntários que auxiliam

nos abrigos. A fase da desilusão total dos sujeitos desalojados e desabrigados pelas inundações e deslizamentos de terra ocorridos leva ao colapso físico e psicológico dos mesmos.

POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS PARA ENFRENTAMENTO DOS DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL

Muito embora, as questões sobre desastres ambientais, incorporadas às políticas públicas no Brasil, ainda sejam bastante limitadas, os últimos quatro anos vêm apresentando ações do governo federal acerca de identificação de áreas de risco, mapeamento de áreas vulneráveis, investimentos de forma estrutural na prevenção de riscos e de atuação imediata no caso de desastres. Há, no entanto, grandes lacunas em ações comunitárias e políticas públicas que garantam suporte psicossocial aos grupos severamente afetados por desastres. As iniciativas em relação à etapa de prevenção no Brasil ainda são basicamente estruturais, como confirma o texto abaixo:

Na etapa de prevenção, as ações são planejadas e, normalmente, são representadas por medidas estruturais, que podem ser conceituadas como qualquer construção física para evitar ou, pelo menos, reduzir (mitigar) os possíveis impactos das ameaças, ou a aplicação de técnicas de engenharia, para alcançar a resistência e a resiliência das estruturas e dos sistemas frente às ameaças (DEFESA CIVIL, 2012).

As medidas não estruturais são aquelas que não envolvem construção física ou abordagem tecnológica, mas que utilizam o conhecimento de diferentes áreas das ciências humanas e da saúde em prol de ações concretas para as populações vulneráveis e em situação de risco. Mesmo quando as pesquisas estruturais e estudos geofísicos são realizados pelas universidades e órgãos técnicos competentes, incluindo parâmetros técnicos essenciais e recomendações de ações políticas de preparação das cidades aos desastres ambientais, muitas vezes são negligenciados pelo poder público local.

Ainda quando há acesso a estas informações e conhecimentos, uma parcela da população é ignorada pelos gestores de riscos e afetada pelos desastres, concretizando-se os riscos negligenciados, como no caso do Morro do Bumba¹⁷.

De acordo com Carvalho (2014), apesar da intenção de minimizar os efeitos causados pelos desastres urbanos, a criação de legislações no Brasil ainda apresenta-se de forma reativa, isto é após a ocorrência dos desastres. Isto expõe as deficiências de planejamento das políticas públicas de defesa civil. As informações produzidas não são reconhecidas como acervo de conhecimento para o uso da municipalidade, gerando descontinuidade e ruptura nas ações políticas (em especial durante a troca de governo) e perda dos recursos investidos. Por outro lado, a implementação das políticas proposta junto aos municípios brasileiros não tem sido tarefa fácil até o presente momento, já que falta estrutura suficiente para criar condições mínimas de aplicação da gestão de risco, isto é pessoal, equipamentos, etc..

As propostas governamentais pautam-se na instituição da nova política de proteção e Defesa Civil¹⁸, através da lei 12.608 de 10 de abril de 2012, juntamente à implementação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta a Desastres Naturais – CEMADEN (em 2011) e a reestruturação do Sistema de Defesa Civil e incentivo à criação/reestruturação das defesas civis estaduais e municipais. A Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC é responsável por capacitar os municípios que possuem dentro de sua estrutura secretarias de Defesa Civil na identificação de riscos e construção do Plano de Municipal de Contingência, para a minimização de desastres ambientais. Registramos, ainda, a criação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNDEC (Lei 12.608/2012), a implantação do Plano Nacional para Gestão de Riscos – PNGR e a construção do Banco de Dados de Registros de Desastres e do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais.

¹⁷ Como já citado antes, os dados científicos gerados por pesquisas da Universidade Federal Fluminense e os parâmetros técnicos de estudos de viabilidade da área do entorno em suportar ocupação não foram considerados pela prefeitura de Niterói. O excesso de chuvas e os “efeitos naturais” foram os únicos responsáveis pelo desastre, segundo a prefeitura da cidade de Niterói naquele momento;

¹⁸ A política nacional de enfrentamento de desastres segue as diretrizes do Marco de Hyogo. Ele é o instrumento em um plano mundial para implementação da redução do risco de desastres, cujo objetivo geral é aumentar a resiliência das nações e das comunidades aos desastres para atingir até 2015 uma redução significativa de perdas provocadas por desastres (EIRD, 2009). De acordo com Carvalho (2014), por conta do Marco de Hyogo, a política nacional estabeleceu aparato institucional e o arcabouço jurídico instituído pela lei 12.608/2012, a qual dispõe sobre a PNPDEC e pelas normas recepcionadas Lei 12.340/2010 e o Decreto 7.257/2010.

Como podemos observar acima, o direcionamento das políticas públicas federais para o enfrentamento a desastres concentra-se fundamentalmente em mapeamento de área de risco e monitoramento e alerta e ainda bem pouco na fase de *preparação e recuperação* – onde estariam incluídas de forma mais pontual as abordagens socioambientais e psicossociais consideradas por esta tese:

Como visto, há o privilégio ao conhecimento científico exposto na PNPDEC e Marco de Hyogo, por isso é importante associar o aprimoramento do gerenciamento dos riscos ambientais no território ao conhecimento e gerenciamento das vulnerabilidades socioambientais que atingem a população. Neste diapasão, o sucesso das políticas de gestão de riscos ambiental depende da conexão entre os institutos jurídicos e urbanísticos, necessários para uma urbanização mais coerente no sentido social e ambiental em nosso país (CARVALHO, 2014).

REFUGIADOS AMBIENTAIS: BREVE COMENTÁRIO SOBRE UMA CRESCENTE REALIDADE

Logo, a depredação do meio ambiente, a seca, a desertificação do território e outros desastres naturais, assim como a miséria extrema, formam novas categorias de “refugiados ambientais” e “refugiados da miséria e da fome” (PINTO, 2014).

Muito embora o conceito de *refugiado*, juridicamente, ainda não esteja relacionado ao tema dos desastres ambientais, de acordo com a ONU estima-se que existam cerca de 22 milhões de refugiados ambientais no mundo inteiro, em situação severa de desabrigo. O tratado de Genebra sobre refugiados estabeleceu um critério de seleção limitado na definição do termo, sendo reconhecido, apenas, para os que necessitam sair do país por problemas de raça, religião, nacionalidade, convicção política.

Após inundações e deslizamentos de terra, parte dos moradores retorna para seu ambiente, reconstruindo suas casas – como no caso de Petrópolis, Teresópolis e Nova

Friburgo, por exemplo – muito embora ainda haja grandes possibilidades das chuvas novamente provocarem uma nova situação de desabrigo ou desalojamento. Por outro lado, há situações extremas, que inviabilizam o retorno dos moradores, como no caso das secas contínuas, construção de barragens, catástrofes nucleares, contaminação do ambiente, guerras biológicas e terremotos. Ainda, após catástrofes, que configuram desastres ambientais de maior impacto por terremotos, tsunamis, furacões, inundações e deslizamentos de terra, vulcões, entre outros - muitas vezes, onde a infraestrutura social, política e econômica já se apresentava frágil e vulnerável mesmo antes do evento – o território de alguns países não consegue ser reestruturado e reconstruído. É o caso do Haiti, ainda que recebendo apoio internacional e de voluntários do mundo inteiro, o número de refugiados ambientais, inclusive solicitando entrada no Brasil, ainda cresce. De acordo com o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA*:

Refugiados ambientais são pessoas que foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente o território onde tradicionalmente viveram, devido ao visível declínio do ambiente (por razões naturais ou humanas), perturbando a sua existência e/ou a qualidade da mesma, de tal maneira que a subsistência dessas pessoas entra em perigo. O declínio do ambiente (transformação no campo físico, químico e/ou biológico do ecossistema) faz com que esse meio ambiente temporária ou permanentemente não possa ser utilizado (PNUMA, 1985, tradução).

Isto é, inclui ameaças por mudanças físicas, químicas e biológicas nos ecossistemas ou diretamente relativas aos recursos naturais, tornando o ambiente impróprio para manter ou reproduzir a vida humana. Assim, acompanhamos o surgimento de uma nova classe de migrantes, obrigados a saírem de seus países, não por uma questão relacionada a guerras ou perseguições políticas, mas em função de ameaças de vida e segurança por questões relativas ao ambiente.

O termo *refugiado ambiental* foi usado pela primeira vez por Essam El-Hinnawi, pesquisador do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). De acordo com Pinto (2014), o conceito de refugiado ambiental ainda precisa ser ampliado, para que um maior número de pessoas nesta situação tenha seus direitos e garantias assegurados. Apesar da discussão sobre desabrigados ambientais não ser novidade a nível internacional, ainda não há reconhecimento jurídico em relação a sua situação. Os

instrumentos internacionais ainda não reconhecem seus direitos, o que aumenta a necessidade de aprofundamentos na área de direito internacional para garantir a elaboração de políticas, que possam dar visibilidade ao problema, ratificando sua relevância, garantindo segurança material e jurídica para os refugiados ambientais.

4.2 RISCO AMBIENTAL

De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil (2007), *risco* refere-se à: (a) medida de danos ou prejuízos potenciais, expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis e (b) relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinados se concretize, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos. De acordo com o Comitê Técnico de Escorregamentos e Encostas Artificiais (JTC1, 2008), das Associações internacionais ISSMGE, IAEG e ISRM, risco seria:

(...) Uma medida da probabilidade e severidade de um efeito adverso à saúde, propriedade e meio ambiente. O risco é frequentemente estimado pelo produto da probabilidade de um fenômeno de uma dada magnitude multiplicado por suas consequências. No entanto, uma interpretação mais geral de risco envolve uma comparação da probabilidade e consequências numa forma que não calcule o produto. Para Análise Quantitativa de Risco o uso da intensidade do escorregamento é recomendado (JTC1, 2008).

Barcelos e Oliveira (2010) destacam, que nos estudos apresentados pelo IBGE pode-se verificar que o risco ambiental não se distribui de forma aleatória entre os diferentes grupos sociais, mas obedece aos padrões de desigualdade e segregação social que marcam a estruturação das cidades. Assim, constata-se que as populações menos favorecidas, por características de renda, escolaridade, cor, gênero, que residem ou utilizam os territórios de maior vulnerabilidade ambiental encontram-se mais expostas ao risco de desastres, já que se sobrepõem as vulnerabilidades sociais à exposição a riscos ambientais. Um estudo feito na região do Vale do Itajaí, Blumenau, Santa Catarina observa que, quanto mais vulnerável uma população, maiores serão as

consequências e a devastação no período posterior ao desastre (BARCELOS & OLIVEIRA, 2010).

Rowe (1987, p.2) cita a *análise de risco* como ferramenta de análise política, que utiliza uma base composta do conhecimento científico e da ciência da informação política, para auxiliar na tomada de decisões. Marandola et alli (2004) advertem que este auxílio deveria ser realizado, a partir da participação dos cientistas na construção dos conhecimentos, juntamente com as populações afetadas e o poder público, e não estabelecendo um processo de cima para baixo¹⁹.

Os autores se dedicam em excesso à matemática do risco, deixando em segundo plano um estudo mais cuidadoso e aprofundado das razões que movem as atitudes e as condutas humanas. No entanto, a percepção do risco tem sido abordada de maneira muito mais ampla, principalmente enriquecida com desenvolvimentos oriundos da Antropologia e da Sociologia, que dão ênfase à cultura e aos processos socioconstrucionistas. Nesta abordagem, o risco recebe um tratamento mais subjetivista, embora não fique totalmente descolado dos processos sociais (MARANDOLA, 2007).

4.3 JUSTIÇA AMBIENTAL

O conceito de Justiça Ambiental vem da experiência inicial dos movimentos sociais dos Estados Unidos e do clamor dos seus cidadãos pobres e etnias socialmente discriminadas e vulnerabilizadas, quanto à sua maior exposição a riscos ambientais por habitarem nas vizinhanças de depósitos de lixo químicos e radioativos ou de indústrias com efluentes poluentes (...). Como definiu Robert Bullard, Justiça Ambiental é “a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais (HERCULANO, 2002).

A justiça ambiental, ainda, é um conceito relativamente novo, no Brasil. Começamos a discutir sobre o assunto a partir do *Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania* e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental foi criada em 2001, no

¹⁹ Vide Estratégias *Top Down* e *Bottom Up*, no item 7.4 desta tese.

pós-encontro. De acordo com declaração da RBJA²⁰, a injustiça ambiental é definida, complementarmente, como um mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários e às populações marginalizadas e vulneráveis (RBJA, 2001).

Para Acselrad (ACSELRAD, 2004), as *injustiças ambientais* incluem políticas de desenvolvimento excludentes, que aumentam os níveis de desigualdade e marginalização. E, mesmo nos núcleos de desenvolvimento urbano-industrial, persistem as baixas condições de vida e trabalho para grande parte da população. Enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará (ACSELRAD et al., 2009).

Desta forma, o termo *injustiça ambiental* vem sendo utilizado para designar este fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais. Como contraponto, apresenta-se a noção de *justiça ambiental* para denominar um quadro de vida futura, no qual a dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Esta seria uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais, uma busca alternativa aos modelos de desenvolvimento excludentes. A força política de um grupo vai dizer que ele existe, mas somente a partir do momento que se reconhece individualmente e culturalmente.

A transição para o local é obrigatória. É a única maneira de garantir a sustentabilidade, produzindo todos os bens essenciais da vida, a partir de recursos de seus territórios (SANTOS, 2005).

No Brasil, podemos observar que o “desenvolvimento” promovido no país vem afetando, quase inevitavelmente, os pobres. No estado do Rio de Janeiro, muito embora questões de injustiça ambiental envolvam mais diretamente os que moram em áreas desvalorizadas, o crescimento imobiliário desenfreado vem provocando grande pressão sob os moradores mais antigos na desocupação de suas terras, e os megaprojetos do desenvolvimento e a especulação imobiliária crescem, cada vez mais invasivos. De

²⁰ Em anexo, ao final desta tese.

acordo com Acsehrad (2006), os mecanismos que levam à injustiça ambiental são duplos. Primeiro, populações de menor renda se instalam em áreas de maior risco. Depois, empreendimentos tendem a se instalar em áreas que se concentram os mais pobres.

O que era sem interesse para o capital, como as margens dos rios, os manguezais ou o cerrado, pode se tornar a nova fronteira econômica a atrair os empreendimentos turísticos, a construção de barragens hidrelétricas ou a produção de grãos. Na cidade, quando as áreas de risco ficam saturadas, a longínqua e árida periferia passa a ser opção. Mas, ninguém vai estranhar que lixões, rebatizados de aterros sanitários, se instalem nessas periferias e jamais nas áreas que reúnem os clubes campestres (ACSELRAD, 2006).

Com esta citação, abrimos um parêntesis, lembrando de ações realizadas nos últimos anos, onde foi possível dar visibilidade às questões locais de comunidades vulneráveis de regiões do Rio de Janeiro. Uma delas foi o encontro com líderes de movimentos sociais e grupos de pesquisas de universidades públicas, situadas no estado do Rio de Janeiro. Durante grande parte do ano de 2012, participamos junto ao nosso grupo de pesquisas LIEAS/UFRJ (Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade) de atividades, que reuniram vários representantes de movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro e academia, antes, durante e após a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20* - que aconteceu de 20 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

A nossa participação foi tanto como integrante do grupo de pesquisas LIEAS/UFRJ, quanto como moradora da comunidade do Sapê²¹, Niterói, RJ, situada na mesma cidade onde aconteceram os grandes desastres com as chuvas em 2011, em nossa cidade, incluindo comunidades como o Morro do Bumba, bairro do Maceió, entre outros.

²¹ A comunidade do Sapê foi objeto da pesquisa de mestrado da autora (SOUZA, 2009), onde já indicava questões de injustiça social, envolvendo moradores antigos da região – mateiros, erveiros e cultivadores de plantas ornamentais. Nos anos de 2011 e 2012 foram “solicitados” pela Prefeitura de Niterói a desocuparem seus terrenos, para a construção de casas para os desabrigados das chuvas de outras áreas do Rio de Janeiro. Foi iniciado um movimento social com os moradores do Sapê, onde grande parte conseguiu resistir à desocupação, com passeatas, reuniões com a comunidade, entrando com processo judicial contra a Prefeitura de Niterói, ainda em andamento (gestão anterior).

Organizamos e participamos, então, com o LIEAS/UFRJ, GEPEADS/UFRRJ e GEASUR/UNIRIO, do seminário *Rio+20 em questão: A Agenda do Capital na Perspectiva dos Movimentos Sociais e do Pensamento Crítico* que reuniu professores, alunos, grupos ligados às Universidades e representantes de movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro, discutindo sobre as consequências socioambientais do vigente padrão de acumulação do capital e as lutas de resistência, protagonizadas pelos principais atingidos por este processo. Questões teóricas importantes sobre gestão ambiental, justiça ambiental, territorialidade, entre outras foram trazidas. Foram registradas as denúncias dos moradores destas regiões vulneráveis do Rio de Janeiro e já atingidas pela desocupação, por solicitação do governo do estado e municípios.

Redigiu-se, enfim, documento final com as causas dos movimentos sociais participantes - entre eles o bairro do Sapê, Niterói – sob o título: *Expropriações e Conflitos no Meio Urbano: Grandes Empreendimentos no RJ*. O documento foi distribuído durante o encontro não governamental, paralelo à Rio+20 - *Encontro Internacional da Cúpula dos Povos* - e também enviado, oficialmente, para a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20*, durante o evento. Acreditamos que iniciativas como estas reafirmam nosso compromisso e respeito pelos movimentos sociais e suas lutas, em aproximação ao pensamento crítico que trazemos em nossas questões acadêmicas.

Fechando o parêntesis e voltando ao conceito de *Justiça Ambiental*, citamos o conceito de *Gestão Ambiental*, o qual propõe um espaço privilegiado de construção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores (LOUREIRO, 2009), no qual, por meio de um processo educativo, assume-se a intenção clara de estimular os grupos sociais – em especial os de cunho popular em situação de vulnerabilidade – a atuarem conscientemente na realidade para transformá-la em favor dos interesses coletivos e comuns do cidadão.

Esta mediação define e redefine, continuamente, o modo como diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente, e, também, como se distribuem na sociedade os custos e benefícios decorrentes da ação destes agentes (PRICE WATERHOUSE, GEOTÉCNICA, 1992).

De acordo com Quintas (2002), o conceito de gestão ambiental sugere que o homem seja entendido como ser social e histórico. As relações sociais explicam as práticas de apropriação e uso dos recursos ambientais – inclusive a atribuição de significado econômico. Em outras palavras, as referências históricas do grupo estudado, sua noção de território e os valores construídos em comunidade devem ser considerados em qualquer processo pedagógico, dentro do conceito de gestão ambiental. Este processo de mediação de interesses e conflitos traz o caráter multidimensional do conhecimento: a sociedade está presente em cada indivíduo, na sua linguagem, no seu saber e nas suas obrigações, nas contradições e disputas inseridas no processo de gestão ambiental em comunidade.

4.4 TERRITÓRIO, ENRAIZAMENTO E RECONHECIMENTO

Para muito além do sentido geográfico e econômico, o conceito de *territorialidade*, na presente pesquisa, é utilizado de forma complementar ao conceito de *enraizamento*, referindo-se, o primeiro, a um produto histórico, compreendido pela relação simbólica e imaterial, social e cultural construída pelos grupos. Se considerarmos, por exemplo, o caso dos refugiados ambientais, citados no item anterior, os mesmos seriam considerados sujeitos em situação de desenraizamento e desterritorialização. O conceito de *desterritorialização* pode ser visto como a perda de referenciais concretos, *desenraizamento* e enfraquecimento de identidades territoriais, onde as pessoas, por dificuldades ou por proibição, não mais desenvolveriam laços simbólicos e afetivos com os lugares que antes frequentavam ou viviam, e que foram importantes na construção de suas identidades culturais (HAESBAERT, 2001).

Por outro lado, as fronteiras vêm se tornando cada vez mais dinâmicas e não convencionais. Henriques (2005) adverte que há aspectos contemporâneos que transcendem a territorialidade: se até um dado momento o reconhecimento identitário

era obtido dentro de fronteiras mais ou menos demarcadas, hoje estas fronteiras não existem mais ou, quando existem, possuem menor precisão. Hoje é possível estabelecer laços de identidade e pertencimento, que operam sob forma de convívio virtual, não necessariamente, em lugar de uma produção de sentido comum.

A noção de comunidade, confinada dentro de fronteiras territoriais e onde se poderia encontrar certa homogeneidade cultural foi sendo progressivamente desafiada. A emergência de novos sujeitos e de novas formas de organização coletiva desses sujeitos (formas estas descentradas, deslocadas, fragmentadas), traz à cena o problema de lidar com a diversidade que se forma dentro dos mesmos limites geográficos (HENRIQUES, 2005).

Apesar da fragmentação das fronteiras relacionadas acima, observamos que, tanto o conceito de *territorialidade* quanto o de *desenraizamento* são fundamentais para as discussões desta pesquisa, onde laços simbólicos e afetivos dos moradores mais antigos vêm sendo rompidos, a partir dos desastres ocorridos. Não temos, ainda, uma política e um padrão de atuação em eventos extremos, além do oferecimento de colchões e cestas básicas. Em grande parte, os próprios abrigos oferecidos são estabelecidos e administrados, a partir de iniciativas da própria sociedade, sem a participação de gestores públicos e muito menos com qualquer proposta de trabalho psicológico e social com os desabrigados ou desalojados. A Figura 12, a seguir, traz a foto de um abrigo, improvisado em um ginásio em Teresópolis para as famílias desabrigadas no ano de 2011.



Figura 12. Foto abrigo improvisado em um ginásio, para famílias desabrigadas em Teresópolis, Rio de Janeiro, 2011. Fonte: g1.globo.com

O *reconhecimento* (SANTOS, 2005) é uma categoria que vem sendo utilizada para realizar debates sobre a questão da identidade e da diferença. Fraser (2003) enriquece o debate com sua preocupação de se ajustar as pautas do reconhecimento com o da *distribuição* material. Segundo a autora, o reconhecimento cultural não deve tomar o lugar da redistribuição econômica, como remédio para a injustiça e objetivo da luta política. Consideramos que a justiça hoje exige tanto a *redistribuição*²² quanto o *reconhecimento*.

O reconhecimento passa por uma necessidade de referência de identidade local, que até hoje, no Brasil, vem sendo construída através das resistências. O ato de alguém reconhecer-se como tal – *eu sou este* - refere-se a um outro reconhecimento – o de que *eu também sou um destes*. Igualdade e singularidade caminham juntas, assim como a liberdade individual passa pela liberdade coletiva. E esta é a complexidade dos processos identitários. Somos agentes individuais e coletivos na história (LOUREIRO et. al., 2006, p.120). Questões de cultura local e identidade entrelaçam os referenciais de reconhecimento. Projetos comunitários, muitas vezes, abrem a possibilidade da produção de conhecimento na dimensão das redes e dos coletivos (PEDRO, 2003), facilitando discussões sobre temas de interesse local, favorecendo o compartilhamento

²² É importante ressaltar que o conceito de redistribuição é aprofundado por Fraser (2003) em seus estudos sobre o conceito de reconhecimento, sendo fundamental para a compreensão de sua abordagem e discussões. Muito embora ratifiquemos a importância deste entrelace para as questões sociais, políticas e econômicas consideradas nesta tese, por questões estratégicas metodológicas não aprofundaremos este conceito nesta escrita.

de histórias comuns e individuais. As interações sociais que acontecem a partir do encontro destes grupos, remetem a relações sócio-culturais de igualdade e diferença, ampliando a leitura de mundo dos participantes.

4.5 VULNERABILIDADE

Vulnerabilidade vem sendo um conceito empregado por diferentes áreas do conhecimento – desde serviço social, engenharia ambiental, psicologia até educação – cada uma delas com sua vertente de abordagem específica. Em termos gerais, a vulnerabilidade tem sido definida como o potencial para perdas e danos inerentes a uma pessoa ou a uma coisa (WEICHSELGARTNER, 2001). Na área dos estudos de desastres no sentido mais amplo, vulnerabilidade é uma palavra-chave para a compreensão dos impactos de um evento extremo.

Porém, já desde o final da década de 1970 na literatura internacional vem acontecendo uma disseminação gradual de que os perigos naturais, tecnológicos e sociais são apenas o detonador de um conjunto de reações complexas, governadas pela vulnerabilidade social, econômica, cultural e física da sociedade (HEWITT, 1983). Assim, o termo vem cada vez mais sendo utilizado em relação à vulnerabilidade humana aos desastres nas suas múltiplas e diferentes formas. Há de se ressaltar que a interpretação da questão da vulnerabilidade e dos riscos na abordagem das ciências ditas “duras” é fundamentalmente diferente da interpretação das ciências sociais. Nesta última, os fatores são dificilmente quantificáveis, já que envolve os sujeitos e suas relações (ALEXANDER, 2004).

De acordo com definição da Defesa Civil (2007), vulnerabilidade é a probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por uma ameaça ou risco potencial de desastre, estabelecida a partir de estudos técnicos. Corresponde ao nível de insegurança intrínseca de um cenário de desastre a um evento adverso determinado. Vulnerabilidade seria o inverso da segurança, neste referencial. Ainda, no mesmo ano de 2007, aconteceu a *Conferência Geral sobre Desastres*, para Prefeitos, Dirigentes de Instituições Públicas e Privadas e Líderes Comunitários, da qual extraímos o trecho abaixo, que completa a mesma perspectiva, que entende as ações de prevenção,

preparação, resposta e de recuperação aos desastres como um *dever do cidadão*, assim como do governo:

Assim, fica bem evidente que as ações de prevenção, preparação, resposta aos desastres e de recuperação, mais que um direito, são um dever da população, do cidadão, da comunidade e, portanto, da sociedade (entendida esta como o conjunto dos diferentes estratos da população, incluindo o governamental). A esse respeito, vale a pena comentar o conceito expresso pelo Dicionário de Português, Aurélio Buarque de Holanda, sobre **INÉRCIA** (grifo nosso): falta de ação, de atividade, letargia, torpor. Portanto, um dos conceitos básicos mais importantes é o referente ao “fenômeno de indiferença” - a inércia, seja da população ou das autoridades de governo à gravidade dos desastres a que está exposta a própria sociedade (DEFESA CIVIL, 2007).

De forma diversa e mais complexa, usamos o termo vulnerável, nesta tese, para significar aqueles sujeitos, que estão mais propensos a riscos. Consideramos que as características e a história de vida de uma pessoa ou grupo influenciam sua capacidade de antecipar, enfrentar, resistir ou recuperar-se do impacto de um evento extremo – o que vai muito além de uma questão da *inércia*, destacada na citação acima. Os sujeitos com grandes dificuldades em reconstruir suas vidas e meios de subsistência, após um desastre, encontram-se em situação de grande vulnerabilidade e isto os torna mais vulneráveis aos efeitos de eventos de risco posteriores.

Com todo o quadro social relatado até este ponto de nossa escrita, acreditamos que falas distantes da contextualização social, política, econômica e de exclusão a que estão expostos os sujeitos em vulnerabilidade em nada auxiliam ações locais ou conscientização da população envolvida. A abordagem desta pesquisa não nega o significado dos riscos ambientais como eventos provocadores, porém procura problematizar as várias formas nas quais os sistemas sociais também operam para “gerar desastres”, tornando as pessoas vulneráveis (HERCULANO et alli, 2006). E não estamos nos referindo apenas à vulnerabilidade relacionada a risco ambiental, por eventos naturais externos, isoladamente, mas outros exemplos de vulnerabilidade em suas vidas diárias, por si próprias difíceis de distinguirem-se de um desastre.

O termo vulnerabilidade socioambiental, portanto, inclui um repertório complexo e amplo de questões sociais, políticas, históricas, culturais, econômicas e psicológicas,

que certamente não seria possível aprofundar em uma única tese. Na presente pesquisa, acreditamos que a referência ao termo *vulnerabilidade socioambiental* possa contextualizar, minimamente, as implicações desta gama de questões, que também são determinantes das condições em que se encontram os sujeitos em área de risco ou situação de desalojamento ou desabrigo²³.

Os enormes impactos dos eventos ocorridos no estado do Rio de Janeiro, já citados, exigem abordagens que favoreçam visões mais amplas e interdisciplinares sobre questões que envolvem a vulnerabilidade dos envolvidos. Por outro lado, não devemos perder de vista que as necessidades dos sujeitos variam de acordo com as circunstâncias e particularidades culturais, econômicas e sociais das famílias e comunidades relacionadas. Portanto, não se trata de apontarmos um modelo único a ser considerado e estudado, para que surja uma solução mágica e “formatada” para os sujeitos em situação de desastres ambientais, de acordo com nossas referências acadêmicas. Tornar visível estas questões em uma pesquisa acadêmica pode significar um passo pequeno, mas fundamental para uma mudança de perspectiva sobre o tema, considerando, ainda, que o reverso da vulnerabilidade se apresenta sob a forma da forte resiliência²⁴ destes grupos, a partir de suas experiências. Estas discussões podem significar, ainda, um caminho para o aprofundamento das medidas de preparação para os desastres, incluindo os sujeitos, seus contextos e raízes sociais mais profundas. Quanto ao processo de vulnerabilização, Acsehrad (2006) comenta:

Consideradas, pois, as relações e contextos, há diferentes ‘vulnerabilidades’, diferentes situações e condições que se articulam nos distintos momentos e localizações. (...) Nesta perspectiva, para se captar a dimensão societal da vulnerabilização, a pretensão de mensurar estoques de indivíduos considerados em situação de vulnerabilidade social deveria ser acompanhada de um esforço de contextualização e ser associada à caracterização dos processos de vulnerabilização relativa, para os fins de sua posterior interrupção. (ACSELRAD, 2012)

²³ Em relação aos desalojados e desabrigados, cabe ressaltar que os maiores impactos recaem sob a população maior de vulnerabilidade sócio-econômica, já que para outros sujeitos é possível o deslocamento para a casa de familiares, de forma temporária e posterior retomada de suas vidas, com a mudança de imóvel, etc.. Na maior parte dos casos, o primeiro grupo permanece em abrigos ou retornam para o local do desastre em seu sofrimento silencioso, adaptando-se às situações de forma indesejada.

²⁴ O conceito de resiliência é apresentado no próximo sub-item da Fundamentação Teórica.

No processo de vulnerabilização estão incluídas não somente questões socioambientais, políticas e culturais, mas ainda questões psicossociais essenciais para a discussão sobre vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos. A vulnerabilidade emocional e psicológica a que estão expostos os envolvidos em uma situação de desastre, sejam eles os sujeitos diretamente afetados pelo choque (população em situação de risco e/ou desastres ambientais) ou mesmo profissionais no atendimento aos sobreviventes.

O suporte psicossocial pode representar acolhimento, um ponto de segurança e proteção para os sujeitos em fase de estresse potencialmente traumático, após o momento da emergência maior, onde bombeiros e profissionais de emergência já trabalharam para a manutenção da vida, no atendimento médico, fornecimento de abrigo e proteção física temporária. Em princípio, sob forma de *primeiros socorros emocionais*, o suporte psicossocial favorece: uma maior participação no contexto da comunidade assistida; a redução da desorientação fisiológica e emocional; o resgate dos recursos internos e externos do grupo e dos sujeitos envolvidos.

Em relação aos profissionais, ainda que nem sempre tenham presenciado o momento mais drástico de uma inundação ou deslizamento de terra, de forma semelhante estão vulneráveis aos transtornos de estresse pós-traumático, seja por excesso de trabalho, seja por falta de suporte mínimo para a realização dos trabalhos, seja por trauma vicariante, etc..²⁵. Entretanto, Giglio Jacquemot (2005) cita o descrédito de alguns profissionais, que trabalham em operações de emergência a tudo o que é considerado psicológico, reforçando, com este posicionamento, a não formação de vínculos em operações de segurança pública. Pontuamos, no entanto, que isto desfavorece um trabalho de prevenção a possíveis traumas, doenças mentais, síndromes e demais transtornos decorrentes de situação de desastre ou exposição a traumas de choque. Ainda que, na maior parte das vezes, um *trabalho psicossocial* com os sujeitos em situação de risco ou desastre não seja sua área fim (na maior parte das vezes, estes os profissionais trabalham com tarefas essenciais na fase de resposta aos desastres, na emergência maior), estratégias psicossociais podem significar um aprendizado importante de primeiros socorros emocionais e uma mudança na perspectiva destas relações com a comunidade.

²⁵ Em relação à Vulnerabilidade do Profissional, trauma vicariante, síndrome de *burn out*, fadiga por compaixão, etc. vide item 8.1 desta Tese, que ainda traz as definições destes termos.

Neste ponto, cabe uma distinção importante entre *estresse* e *trauma*, já que estes termos são correntes nos textos relativos à vulnerabilidade psicológica dos sujeitos envolvidos em desastres. São quadros em progressão, onde a fase mais aguda dos sintomas pós-desastre é denominada estresse e, caso evolua e passe para um estágio mais crônico, denomina-se trauma. No *estresse*, os sintomas tendem a diminuir ou desaparecer, assim que o evento estressor seja removido, já nos quadros de *trauma* os sintomas persistem, mesmo na ausência do elemento ou evento traumático gerador. Um exemplo disso é quando os sintomas iniciais (e esperados diante de uma experiência de choque) perduram e transformam-se em irritabilidade constante e agressividade exacerbada, em sujeitos que antes apresentavam um temperamento tranquilo e sociável.

O trauma também pode ser considerado um transtorno da memória, na medida em que fixa a carga afetiva residual de determinadas experiências, produzindo sucessivas revivências, além de aglutinar e agrupar temas correlatos em torno do evento traumático gerador, perpetuando no tempo a experiência traumática. (PASSOS, 2013)

Nos primeiros momentos pós-desastre ocorrem respostas agudas ao estresse (RAE), incluindo desorientação, agitação, ansiedade, desespero, diminuição de atenção, entre outros. Alguns sujeitos nesta fase podem apresentar força descomunal, sendo capazes de atos heróicos, o que posteriormente pode reverter em desorientação, dificuldade de manter a atenção, agitação, acompanhados por sintomas fisiológicos como taquicardia, transpiração, ondas de calor, entre outros (CID-10/F43.0) (OMS 2001). Estes sintomas podem evoluir, ainda, para uma fase mais crônica, onde o sujeito apresenta quadros de: transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, transtornos alimentares, compulsões e adições. Para ser diagnosticado como sofrendo de TEPT²⁶, o sujeito exposto a um evento traumático deve, segundo o DSM-IV²⁷, satisfazer inicialmente a dois itens: (1) Ter vivenciado, testemunhado ou sido confrontado com um ou mais eventos, que envolveram ameaça de morte ou de grave ferimento físico, ou ameaça a

²⁶De acordo com a literatura, é importante observar que não basta ter sido exposto a uma situação de risco de vida para se desenvolver o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), faz-se ainda necessário ter reagido a ela com “intenso medo, impotência ou horror” (critério A2 do DSM-IV-APA, 1994). De acordo com esta norma, os sintomas são considerados TEPT, quando persistem por quatro semanas, após a ocorrência. Isto reforça a importância de estratégias psicossociais de cuidados no pós-desastre, em média após o primeiro mês do ocorrido.

²⁷ DSM é o Manual de Diagnóstico e Estatística, da Associação Norte-Americana de Psiquiatria, neste caso o DSM IV (APA, 1994).

sua integridade física ou à de outros; (2) Ter reagido com intenso medo, impotência ou horror.

Em seus estudos sobre os diferentes tipos de trauma, Peter Levine²⁸ (2012) vem ampliando o referencial sobre o conceito, destacando que o trauma não deve ser reduzido a um diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), mas considerado um fato da vida. De acordo com seus estudos em neurofisiologia, os mesmos sistemas que governam o estado traumático, também servem de mediadores dos sentimentos essenciais de bem-estar e pertencimento. E é este o referencial de suporte para as estratégias psicossociais de trabalho com os sujeitos em situação de desastre, já que as mesmas não necessitam estar associadas ao diagnóstico de TEPT para que sejam trabalhadas com os sujeitos envolvidos²⁹. A vulnerabilidade emocional é, por vezes, pontual no pós-desastre, o que pode trazer respostas instintivas e fisiológicas, as quais nem sempre temos o controle sobre elas em determinados momentos de maior nível de estresse.

Um exemplo disso acontece no processo de luto das famílias, que perderam seus entes queridos após os desastres ocorridos, a *culpa de sobrevivente* é um sentimento recorrente. Mesmo que não esteja presente ao local, o sujeito por vezes sente-se culpado pela morte de alguém muito próximo, especialmente em situações como: ser o único sobrevivente de uma família; ter perdido seu filho, entre outras. Muitas vezes, o sujeito presenciou a morte de alguém próximo, o que foi uma carga emocional muito grande para o sistema neurofisiológico e o corpo “congelou”, sem conseguir tomar nenhuma atitude.

²⁸ Peter Levine é terapeuta, que se especializou em pesquisas sobre o estresse crônico e a imobilidade crônica (mais comumente denominado transtorno de estresse pós-traumático - TEPT). Ele é PhD em Biofísica Médica e Psicologia, idealizador do método *Somatic Experiencing* (SE). O entendimento do trauma como fenômeno gerado pela impossibilidade de retomada da autorregulação – que seria natural a um organismo, após um evento estressor – está na constituição do método. Estudos mais extensos em etologia animal e outros relativos a rituais indígenas para a resolução do trauma, novas visões e pesquisas das neurociências, bem como uma vasta prática clínica, ampliaram conceitos e apuraram o enfoque. Através de recursos internos e externos nós, seres humanos, podemos restaurar o equilíbrio e retomar a vida em sua potência realizadora de si mesma, após termos sido atingidos por experiências devastadoras.

²⁹ Muito embora, as estratégias psicossociais, citadas nesta tese, possam funcionar de forma bastante satisfatória, complementar e integrativa em paralelo a atendimentos médicos, psiquiátricos ou psicoterapêuticos em situação de TEPT.

Observei que uma pré-condição para o desenvolvimento de transtorno pós-traumático é que a pessoa esteja com medo e, ao mesmo tempo, se sinta aprisionada. A interação de medo intenso com a imobilidade é fundamental na formação do trauma, em sua manutenção e em sua desconstrução, resolução e transformação (LEVINE, 2012).

A raiz da culpa, na perspectiva de Levine (2009) está no conflito entre dois impulsos diferentes: auto-sacrifício em prol do “outro” e auto-preservação, já que estamos “programados” biologicamente como seres humanos e animais racionais, em nosso instinto de sobrevivência para a preservação da vida em situações extremas. Ainda que de forma inconsciente, há o conflito: ele ou eu? O impulso de auxiliar o outro pode pôr em risco minha própria sobrevivência. A culpa pode estar acoplada à sensação de impotência e um possível trabalho psicossocial seria trabalhar recursos que trouxessem mais estabilidade para o sujeito, proporcionando um pouco de segurança para o ambiente interno e externo.

“(…) Depois de tremer por mais de meia hora, a primeira palavra que o rapaz pronunciou foi ‘culpa’. Os sentimentos seguintes foram culpa, vergonha, tristeza. O trabalho girou em torno de reconhecer nas sensações e imagens, que há uma impotência, mas ao mesmo tempo há uma emoção por estar vivo! -‘Eu estou vivo!’ Nestes casos, trabalho pedaços pequenos...não podemos nos perder no ‘grande’, sem passar pelo ‘pequeno’” (Entrevistado E5)

“Vocês, profissionais da emergência, fizeram a coisa mais linda que aconteceu! Imaginem a força que tiveram para ir até lá, salvando aquelas vidas! Esta é a força da sobrevivência!! Ninguém está totalmente preparado para isso, que vocês enfrentaram (...). Usem este recurso para retomarem, também, a vida de vocês, afastando qualquer sentimento de culpa.” (Entrevistado E4, no atendimento aos profissionais de emergência em Santa Maria, 5 dias após a tragédia³⁰)

³⁰Foi solicitada a presença da profissional entrevistada para atendimentos emergenciais, logo após incêndio na *Boate Kiss*, acidente que matou cerca de 242 pessoas e feriu 116 em uma discoteca em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 27/01/2013. O incêndio foi considerado a segunda maior tragédia no Brasil, em número de vítimas em incêndio, sendo superado apenas pela tragédia do *Gran Circus Norte-Americano* em 1961, em Niterói. Muito embora, o recorte desta tese seja *inundações e deslizamentos de terra*, entendemos ser importante incluir esta fala, já que o suporte psicossocial foi solicitado em caráter de emergência pelos próprios profissionais (bombeiros, defesa civil, policiais, enfermeiros, taxistas, etc.) 5 dias após a tragédia, diante da gravidade da situação apresentada e do desgaste emocional das famílias e profissionais em toda a cidade. O trabalho foi realizado de forma voluntária em 6 dias ininterruptos de trabalho (SE), de acordo com a entrevistada, com auxílio de uma outra profissional, também voluntária. Este foi seu primeiro trabalho na fase aguda de resposta a um desastre, considerado ainda preventivo a maiores complicações psicológicas crônicas dos envolvidos.

Um trabalho de estabilização, como estratégia psicossocial integrativa, implica ações que visam a restabelecer a qualidade de orientação no tempo e espaço presentes e a capacidade de engajamento social dos sujeitos em situação traumática. Porém, é importante pontuar que nem todos os sujeitos necessitarão de um trabalho de estabilização após um desastre ambiental, já que algumas reações imediatamente após a emergência³¹ são esperadas no período do estresse agudo. Porém, nos casos acima citados, os sintomas iniciais levaram a uma ativação extrema neurofisiológica e emocional, passando a interferir no sono, na alimentação, na motivação dos sujeitos, com reações tão intensas e persistentes que causavam grande impacto em sua vida cotidiana. A qualidade de ‘presença’ do cuidador, nestes casos, auxilia no suporte necessário, sem muitas palavras, já que muitas vezes já há uma sobrecarga física, emocional e cognitiva. Estar disponível para o auxílio é o foco em um primeiro contato. O reconhecimento e a ampliação da própria resiliência é um fluxo seqüencial de um trabalho psicossocial de qualidade.

4.6 RESILIÊNCIA

A questão da resiliência, nesta tese, encontra-se relacionada à abordagem *psicossocial*³² do tema dos desastres ambientais e, mais especificamente, sendo considerada na etapa da pesquisa de campo, a partir das entrevistas dos profissionais participantes³³. O trabalho que vem sendo realizado por estes profissionais - ainda que “invisíveis” em se tratando de pesquisas acadêmicas e de programas sociais - busca um reconhecimento e ampliação da resiliência dos sujeitos em situação de risco, desabrigados ou desalojados pelas inundações e deslizamentos de terra. Um olhar diferenciado para um grupo que, em sua maioria, já convive com a vulnerabilidade, com a insegurança e a impotência no cotidiano e que numa situação extrema de choque, por desastre, encontra-se ainda mais desestruturado, “sem chão”, desorientado e desestabilizado para os próximos desafios

³¹ Por este motivo, alguns profissionais preferem iniciar um atendimento psicossocial cerca de 20 a 30 dias após a emergência maior. No entanto, este dado torna-se importante para os profissionais que atuam nos períodos anteriores, para uma avaliação inicial da necessidade de um suporte psicossocial na fase da resposta imediata de um desastre.

³² Vide item desta tese *Onde as Questões Socioambientais e Psicossociais se Encontram*, sobre a abordagem Psicossocial;

³³ Muito embora, a questão da resiliência esteja incluída em toda a pesquisa, incluindo a revisão teórica. É importante lembrar, também, que todo o texto da tese foi redigido a partir das questões levantadas nas entrevistas aos profissionais, estabelecendo as prioridades a serem consideradas na tese.

que envolvem a situação. Palavras como resistência, superação, enfrentamento, recuperação, autorregulação e auto-organização vêm sendo vinculadas à questão da resiliência, um conceito ainda polêmico para muitos especialistas em desastres e estresse pós-traumático.

O termo resiliência vem sendo usado há muito tempo no campo da física, referindo-se à resistência dos materiais, à propriedade de alguns materiais de acumular energia, quando submetidos ao estresse, sem ocorrer ruptura. A origem do termo³⁴ vem do latim *resiliens*, particípio passado do verbo *resilire*, que quer dizer *saltar de volta*, sendo, primeiramente, mencionado na Idade Média por filósofos e só posteriormente entrando no campo da resistência de materiais (física).

Para grande parte dos escritos anglo-saxões, resiliência é um fenômeno relacionado à resistência ao estresse e, sendo assim, sujeitos resilientes seriam aqueles que não se abalam em situações adversas e demonstram o que eles chamam de competência. A noção de adaptação³⁵, em sentido de ajustamento social, estaria inserida nessa concepção. Na psicologia, o termo resiliência foi utilizado pela primeira vez pela norte-americana Emma Werner (1989), que acompanhou durante 30 anos o desenvolvimento de crianças carentes no Havaí, submetidas a inúmeros traumas, doenças e violências. O resultado da pesquisa revelou que um terço delas foi capaz de se recuperar, após vivenciar uma situação traumática, enquanto que dois terços tiveram dificuldades de adaptação. O conceito passava por uma idéia de invulnerabilidade, usada para descrever crianças que, apesar de expostas a prolongados períodos de adversidade e estresse psicológico, apresentavam saúde emocional e alta competência. Assim, resiliência seria sinônimo de invulnerabilidade, uma característica intrínseca ao indivíduo, imutável, constante e ilimitada no suporte das adversidades.

Com uma breve revisão na literatura sobre resiliência, percebemos que até o momento da escrita desta pesquisa, existem discordâncias sobre o conceito, mesmo se

³⁴ Pesquisada no site de Etimologia, Origem das Palavras; <http://origemdapalavra.com.br>, em 04.04.2013.

³⁵ O leitor observará a presença da palavra *Adaptação*, de acordo com as diferentes abordagens citadas. Faz-se necessário esclarecer que, no enfoque que seguimos nesta pesquisa, *Adaptação* é apenas um dos componentes da *Resiliência*, que inclui resistência aos impactos do risco e administração do colapso. *Adaptabilidade* é um conceito diferente de *Resiliência* (ALEXANDER, 2014). Porém, consideramos importante citar este confronto que se apresenta na literatura, levando a polarizações do conceito de resiliência: adaptação x superação; inato x adquirido; circunstancial x permanente.

considerarmos apenas o campo da psicologia, podendo ser considerada uma capacidade (potencialidade), um processo de enfrentamento ou como um resultado do mesmo. Ainda que o foco esteja na resiliência como um processo de enfrentamento, há diferença nas abordagens. Algumas consideram que o enfrentamento leva a um ajuste do sujeito à sociedade (LUTHAR, 1991; MASTEN, 1998); outros consideram o enfrentamento em relação à sobrevivência (PINHEIRO, 2004) e alguns autores focam no enfrentamento no sentido da recuperação e da reconstrução (CYRULNIK, 2003; FLACH, 1991; MURPHY, 1987; WALSH, 2005). Por outro lado, algumas abordagens referem-se à resiliência como uma capacidade humana, passível de ser desenvolvida em todos os sujeitos, diferentemente de outras abordagens, que a consideram como traço inerente a apenas alguns indivíduos, como uma característica inata e estática. Há também referências à resiliência como a soma dos *fatores de proteção* que influem no desenvolvimento do indivíduo (INFANTE, 2005). Os fatores de proteção “*referem-se às influências que modificam, aperfeiçoam ou alteram a resposta da pessoa aos riscos ambientais*” (RUTTER, 1985, p. 600).

Assim, a presença de fatores de proteção durante a trajetória de vida dos sujeitos, pode proteger ou melhorar a reação dos sujeitos a situações de estresse ou adversidade crônica (WERNER, et al., 2001). Porém, alertam Masten e Powell (2007), não é apropriado chamar, adjetivar ou “diagnosticar” uma pessoa como resiliente. Para as autoras, a resiliência é uma descrição de um padrão geral e diagnosticar uma pessoa como resiliente seria como encaixá-la em um padrão, de maneira permanente. De acordo com seus argumentos, seria mais adequado dizer: “essa pessoa mostra características de resiliência”.

É importante ressaltar que pesquisadores brasileiros e alguns da América Latina só começaram os estudos sobre resiliência cerca de 20 anos depois do despertar do interesse sobre o tema no exterior, o que levou os mesmos a ampliar esta noção, relacionando o termo não apenas aos fenômenos de resistência ao estresse, mas também aos de recuperação e de superação. As bases da resiliência seriam tanto constitucionais, quanto ambientais e o grau de resiliência poderia variar, de acordo com as circunstâncias. Buscando interpretações que não limitassem o termo a uma concepção individualista, onde não fosse interpretado como atributo pessoal ou traço de personalidade, um crescente número de autores considera, hoje, o termo resiliência sob um ponto de vista relacional. Um produto que se dá na interação social, identificável por

meio de redes de apoio sociais mais amplas. De acordo com esta concepção, resiliência seria um processo interativo entre a pessoa e seu meio, o qual fortalece o indivíduo a lidar positivamente com a adversidade (ASSIS et al, 2006, p.20).

O francês Boris Cyrulnik³⁶, um dos maiores expoentes mundiais em teoria e prática da resiliência, integra conceitos biológicos, psicológicos e éticos ao questionar a capacidade do sujeito em superar as adversidades da vida. Para ele, diante da perda, da adversidade e do sofrimento, inevitáveis em alguns momentos da vida, os afetos e a solidariedade são fundamentais e chave da resiliência. Resiliência, dentro desta perspectiva, seria “a arte de navegar na tormenta” (CYRULNIK, 2006), sendo todo sofrimento passível de ser superado, se o sujeito estiver rodeado de laços afetivos.

É importante mencionar que temos muito cuidado ao incluir o conceito de resiliência nesta pesquisa, já que na atualidade este parece ter-se tornado muito constante a utilização do mesmo sendo feita de forma nem sempre crítica. Em algumas abordagens são sugeridos “protocolos” a serem cumpridos, não somente em projetos sociais, mas também em empresas, na área de recursos humanos, entre outros, para a *produção de sujeitos resilientes*. Esta perspectiva iria de encontro a tudo que discutimos até então, já que buscamos conceitos que nos aproximem do campo com um “olhar” da pesquisa participativa, que não recaia em fórmulas fechadas e dissociadas da realidade dos participantes, indicando, apenas, o que representa para os teóricos “atitudes ecologicamente ou psicologicamente *corretas*”.

O referencial de resiliência que estaremos trabalhando, ao longo da pesquisa, não se aprisiona em uma única abordagem sobre o conceito, porém busca um fio condutor para a compreensão da resiliência como um conceito interdependente, processual e dinâmico, relacionado às esferas social, psicológica, física e cultural dos sujeitos. Consideramos que o processo, também inclui a resistência aos impactos do risco e a administração do colapso, em si (ALEXANDER, 2014), sendo que os mesmos sujeitos podem apresentar o processo de resiliência de formas diversas em situações diferentes. E, ainda que adversidades semelhantes podem não ser vivenciadas da mesma forma pelo mesmo sujeito.

³⁶ Boris Cyrulnik é neuropsiquiatra, psicanalista, etólogo, chefe de ensino da *Clinica do Apego*, na *Universidade de Toulon* e presidente do *Observatoire International de la Resilience*.

Um bom exemplo do exposto acima notamos, durante o trabalho de campo da presente pesquisa, onde, muitas vezes, os que foram mais profundamente abalados pela adversidade, mas passaram por um processo terapêutico de recuperação pós-desastre, apresentaram-se, posteriormente, melhor no campo emocional, nos sintomas físicos relacionados e nas relações sociais, se comparados a outros que, aparentemente, não haviam se abalado com a situação extrema vivenciada – mas que posteriormente desenvolveram sintomas. Walsh (2005) e também Cyrulnik (2001) acreditam no aspecto fortalecedor da vivência adversa. Observamos, ainda, que grande parte dos entrevistados e das pessoas que hoje trabalham com os sujeitos em situação de trauma de choque ou situação extrema, já vivenciaram em sua própria história situações de estresse intenso (não necessariamente um trauma de choque) e no momento presente compartilham os efeitos do reconhecimento e ampliação de sua resiliência.

O trauma poderia ser chamado de distúrbio na capacidade de alguém de estar ancorado no presente e de saber se relacionar com outros seres humanos. Junto com a restauração do equilíbrio dinâmico, a capacidade de presença, de estar no “aqui e agora”, se torna uma realidade. Isso acontece em conjunto com o desejo e a capacidade de interação social incorporado (LEVINE, 2012).

De acordo com Peter Levine (2012), cada um de nós possui internamente um sistema³⁷, direcionado a administrar a carga gerada pelo estresse (ou trauma de choque) podendo voltar à autorregulação fisiológica, inerente ao próprio funcionamento do sistema nervoso, independente de qual tenha sido a magnitude da experiência. O acesso ao que nos faz sofrer, adoecer e enrijecer acontece através de poder reconhecer as sensações agradáveis e desagradáveis, que constituem o todo da experiência vivida. A resiliência permite que, lentamente, nosso sistema nervoso possa absorver ou dispensar uma grande carga energética mobilizada por nossa fisiologia, no momento da emergência, onde foi necessário preservar a vida como um todo.

³⁷ Sistema, de acordo com Levine (2012), diz respeito ao todo que somos, à totalidade que nos constitui, nas dimensões física, psíquica e espiritual.

Abordagens³⁸ que atuam na fisiologia do trauma possibilitam uma reorganização do sistema nervoso (LEVINE, 1999) e, conseqüentemente, uma maior resiliência do organismo. Isto traz um novo ponto de referência para os moradores de área de risco ambiental, deslocando uma possível visão simplista de que eles são sujeitos passivos, vítimas aguardando socorro e oportunidades externas, subestimando sua capacidade de resposta frente à situação real em que vivem e de sua capacidade de acessar seus recursos e estratégias de enfrentamento³⁹ (WISNER et al, 2005).

Ratificamos a abordagem de Cyrulnik (2006), quando ele considera a resiliência é um processo diacrônico e sincrônico, já que as forças biológicas do desenvolvimento se articulam com o contexto social, o que permite uma historização de cada sujeito. Aqueles que vencem um trauma conseguem fazer coabitar sentimentos opostos, como: o horror e a poesia, o desespero e a esperança, a tortura gelada e o calor humano. O autor traz, ainda, a metáfora da *mola* e do *tricô*, para a resiliência. A mola, trazendo o impulso íntimo pessoal diante dos golpes da existência - a elasticidade e a criatividade, que fazem parte da reconstrução de um trauma – e o tricô, sendo o trabalho diário de tecer algo a partir do trauma, a recusa da resignação à fatalidade de um destino de vítima.

O tricô não é nada mais que o símbolo do tempo. Nos sujeitos que se apresentam resilientes há uma apreensão mais próxima e aguda da passagem do tempo, o que lhes outorga uma maior discriminação e rapidez em descartar o que é secundário ou fútil e focalizar o que é vital. Conseqüentemente, os sujeitos com maior resiliência passam a usufruir melhor as oportunidades mais significativas que surgem em seu horizonte. De acordo com Berkes et al. (2006), um grupo resiliente é capaz de absorver a perturbação e se reorganizar, por um processo de aprendizagem interna e, em um segundo momento, adaptar-se à mudança. Assim, a auto-organização de uma comunidade é facilitada pelo desenvolvimento de conhecimento de seu ambiente, de seus recursos internos e externos, favorecendo um aumento na resiliência.

³⁸ Citamos, no item seguinte, algumas entrevistas já realizadas, com abordagens que trabalham com foco na fisiologia do trauma, mais que na resolução por recurso verbal – em especial (mas não somente), no momento emergencial do trauma de choque.

³⁹ Neste ponto, o autor cita mecanismos de *Coping*, os quais envolvem mais do que o gerenciamento de seus recursos, mas como o fazem perante situações não usuais ou adversas. Eles podem incluir mecanismos de defesa e formas ativas de solução de problemas ou resolução de estresse (WISNER et al., 2005).

As experiências apreendidas pelo grupo durante o momento de crise e seus desafios podem, igualmente, fortalecer a resiliência dos sujeitos envolvidos, possibilitando uma melhor administração das mudanças provocadas em seu meio-ambiente. Os conceitos considerados nesta Fundamentação Teórica integram-se às questões socioambientais e psicossociais relacionadas nesta pesquisa, com vistas a uma convergência maior das abordagens interdisciplinares em referência e sua relação com o contexto dos diferentes grupos severamente afetados por desastres. O item seguinte considera mais detalhadamente o encontro entre as duas perspectivas, socioambiental e psicossocial, buscando uma definição mais próxima da temática dos desastres ambientais.

4.7 ONDE AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E PSICOSSOCIAIS SE ENCONTRAM

Neste ponto, é importante esclarecermos o que denominamos trabalhos socioambientais e trabalhos psicossociais com os sujeitos em situação de desastre, de desalojamento ou desabrigo. A palavra *psicossocial* (psico + social) caracteriza uma possibilidade de integração da dimensão social ao campo da psicologia e biologia. Dentro do enfoque desta pesquisa, refere-se às questões psicológicas - envolvendo tanto as esferas emocionais e do campo energético, construído a partir das histórias de vida de cada sujeito - quanto à esfera dos registros corporais - o que inclui todo o universo sensorial e de memórias registradas, a partir das experiências vividas pelo corpo físico (sejam elas de grande impacto para a mecânica do corpo ou de grande impacto psicológico, com marcas severas para as ações cotidianas).

A palavra *psicossocial* inclui, ainda, o *engajamento social* dos sujeitos considerados, o que pode estar bastante comprometido, com conseqüências na participação comunitária, especialmente após eventos de alto nível de estresse para os sujeitos, como no caso dos desastres ambientais. Quanto menor o engajamento social, mais vulnerável fica seu território material ou imaterial e, conseqüentemente, menor a participação do sujeito em sua comunidade e maior disposição para disfunções e doenças psicossomáticas, etc. Assim, os trabalhos psicossociais, aqui referidos nesta pesquisa, envolvem trabalhos terapêuticos ou psicoterapêuticos, em particular na fase pós-desastre, onde atuam não somente psicólogos, mas terapeutas, assistentes sociais, pedagogos, entre outros profissionais.

Por outro lado e de forma complementar e integrativa, a palavra *socioambiental* no contexto desta pesquisa refere-se a uma contextualização essencial e fundamental das implicações sociais, histórias, políticas, econômicas e ambientais, determinantes das condições em que se encontram os sujeitos em área de risco ou situação de desalojamento ou desabrigo. O trabalho *socioambiental* passa por uma possibilidade de abordagem crítica das questões sociais e ambientais, o que é fundamental não somente para os sujeitos envolvidos em situação de desastres por inundações ou deslizamentos de terra, mas essencialmente para os profissionais que trabalham nas mais diversas áreas de atuação nestas comunidades. Isto gera mais autonomia para os envolvidos, já que

suas referências locais e culturais, em sentido mais amplo, serão consideradas para um melhor desenvolvimento dos trabalhos realizados, sejam eles na educação ambiental ou em ações com participação comunitária efetiva.

Acreditamos que tanto o trabalho psicossocial, quanto o trabalho *socioambiental* apresentam recursos estratégicos essenciais para a redução da vulnerabilidade dos envolvidos em situações extremas, além de ser uma ferramenta essencial para uma melhor qualidade de vida dos mesmos e na preparação para futuros eventos traumáticos. A integração entre as esferas *socioambiental* e *psicossocial* pode significar a ampliação da compreensão tanto do pesquisador, quanto do profissional envolvido em relação às estratégias metodológicas para o trabalho em área de risco e desastre ambiental, em localidades onde houve ocorrência de desastres ou ainda catástrofes ambientais. A conexão entre estes saberes, ainda fragmentados mesmo dentro de nossas universidades, com efeito, possibilitará uma maior comunicação entre as áreas de conhecimento, envolvidas na complexidade que permeia as relações sociais, psicológicas e ambientais.

No próximo item, apresentaremos uma breve revisão sobre a situação dos desastres ambientais no mundo, já que as discussões que trazemos até aqui no contexto nacional, em muitos casos, assemelha-se nos desafios enfrentados em diferentes países. Por outro lado, o tema já foi bem mais amplamente pesquisado, não somente nas universidades estrangeiras, como também em ações sociais relativas às várias etapas que envolvem um desastre ambiental. A experiência vivida por outros países em situações extremas pode representar um maior acolhimento e reconhecimento das questões socioambientais e psicossociais envolvidas também em nosso contexto nacional.

Muito embora, os grupos de residentes em área de risco/desastre ambiental apresentem, em diversos países, uma melhor organização e resistência coletiva na luta por seus direitos territoriais, em comparação ao contexto brasileiro, ainda não alcançam reconhecimento pelos gestores públicos e dos órgãos financiadores internacionais. Assim, também encontramos grandes dificuldades no período da reconstrução pós-desastre, com o foco mais voltado para a reconstrução arquitetônica e física das cidades

afetadas⁴⁰, em detrimento a uma consideração maior sobre as questões psicossociais que envolvem os desastres ambientais. A diferença maior que traz a experiência de outros países acontece na fase da prevenção e preparação para os desastres ambientais, onde os investimentos são mais concentrados. Muito embora, a atenção ainda esteja concentrada na fase de preparação e prevenção de desastres ambientais e isto esteja sendo crucial para a redução do número de óbitos em diversas regiões do globo, há uma grande discussão sobre as conseqüências dos baixos investimentos na fase da reconstrução pós-desastre nos países afetados⁴¹.

⁴⁰ A partir do *Marco da Ação de Hyogo* (EIRD-2005/2015), os governos de diferentes países, dentre eles o Brasil, se comprometeram a tomar medidas de redução de risco de desastres, buscando que as comunidades tornem-se mais resistentes às ameaças sofridas pelos desastres “naturais”. O objetivo é que as comunidades sejam mais resilientes e menos vulneráveis aos desastres, com a indicação de dez itens a serem alcançados, para que as cidades sejam classificadas como *cidades resilientes*, sendo a maior parte deles ligados a ações estruturais, sem a explicitação da importância de estratégias psicossociais. Acreditamos que o reconhecimento e ampliação da resiliência *dos sujeitos envolvidos* seja fundamental para que as ações propostas aconteçam de forma mais integrada e menos fragmentada, em relação à realidade social, política e econômica que se apresenta no Brasil;

⁴¹ As agências financiadoras argumentam ser mais oneroso investir em reconstrução, já que os projetos pós-desastre necessitam de planejamento e acompanhamento a longo prazo - o que também representa menor repercussão de marketing para as empresas envolvidas (PROGRAMA ANDROID, 2014). Assim, parte delas aprova investimentos mais de prevenção do que de reconstrução nas comunidades afetadas, o que também fragmenta as ações, gerando um ciclo de repetições em determinados países.

5 BREVE PANORAMA DOS DESASTRES AMBIENTAIS EM OUTROS CONTINENTES

Achamos oportuno fazer uma breve revisão dos maiores desastres ambientais ocorridos no período de 2010 a 2013, em diferentes países afetados. Além dos desastres já citados no Rio de Janeiro entre 2010 e 2011, um número alarmante de desastres ambientais de diferentes categorias aconteceu em diversos países e continentes. Terremotos, tsunamis, ciclones, vulcões, inundações e deslizamentos de terra ocorreram, de forma dramática, deixando inúmeras vítimas no Haiti, Japão, Chile, México, Colômbia, Califórnia, Islândia, Portugal, Filipinas, Sri Lanka, Índia, Indonésia, Austrália, Nova Zelândia e, como já visto, no Brasil. Com grandes diferenças em relação à administração de situações de alto risco, prevenção, preparação e recuperação das áreas afetadas e com experiência e investimento muito maior do que acontece até os dias de hoje (2014), os países ainda enfrentam grandes desafios. Citaremos alguns dos eventos extremos, registrados a partir de 2010, nos países citados, com breve caracterização para uma contextualização internacional sobre o tema de desastres ambientais.

HAITI

Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto atingiu Porto Príncipe, Haiti, responsável pela morte de mais de 200.000 pessoas e 1,5 milhões de desabrigados. O terremoto aumentou tensões em falhas próximas, intensificando potencialmente o risco de outro grande tremor nas ilhas. Foi um terremoto catastrófico que teve seu epicentro na parte oriental da península de Tiburon, cerca de 25 km da capital haitiana, Porto Príncipe. O Haiti é um país localizado na América Central, sua extensão territorial é de 27.750 quilômetros quadrados, totalizando em seu território mais de 10 milhões de habitantes (BRASIL ESCOLA, 2014). Antiga colônia francesa, o país é a primeira república negra do mundo, sendo fundada em 1804 por antigos escravos. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha estima que cerca de três milhões de pessoas foram afetadas pelo sismo, sendo, ainda o Haiti considerado o país mais pobre do continente americano. Milhares de edifícios, incluindo os elementos mais significativos do patrimônio da capital, como o Palácio Presidencial, o edifício do Parlamento, a Catedral de *Notre-Dame de Port-au-Prince*, a principal prisão do país e todos os hospitais foram destruídos ou gravemente

danificados. A Organização das Nações Unidas informou que a sede da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), localizada na capital, desabou e que um grande número de funcionários da ONU havia desaparecido.



Figura 13: Fotos Terremoto no Haiti, 2010. Fonte: Wikipedia, A Enciclopédia Livre, acesso em 2011.

“Ao retornarmos ao Haiti, após 3 anos do desastre, encontramos ainda um número grande de pessoas, que necessitavam de auxílio, pela desorganização social, pelo desvio de verbas recebidas nas doações e pela corrupção do governo local. A realidade que encontramos confirmou o fato de que a questão da vulnerabilidade social daquele grupo já era grande, muito antes do desastre ocorrido”. (Entrevistado E5, após seu retorno ao Haiti para supervisão dos trabalhos de suporte psicossocial repassados aos voluntários locais)

CHILE

Em 27 de fevereiro de 2010, um terremoto de magnitude 8,8 atingiu o centro-sul do Chile. O tremor maciço mudou a paisagem do país, aumentando o solo mais de 2,4 metros perto da costa. O terremoto foi sentido na capital Santiago e os tremores foram sentidos em muitas cidades argentinas, incluindo Buenos Aires, Córdoba, Mendoza e La Rioja. Outros foram sentidos mais ao norte, como na cidade de Ica, no sul do Peru. Alertas de tsunami foram emitidos por 53 países e um tsunami foi registrado, com ondas superiores a 2,6 no mar de Valparaíso, Chile. Foram confirmadas pelo menos 723 mortes e muitos desaparecidos. Sismologistas estimam que o terremoto tenha sido tão poderoso que o sismo teria encurtado a duração do dia em 1,26 microssegundos e

deslocado o eixo terrestre em 8 cm. Alguns edifícios desmoronaram em Santiago e houve corte no fornecimento de energia. O governo contabilizou 214 mortes no fim do primeiro dia e quatro dias depois, as vítimas fatais já alcançavam 795. Em diferentes cidades ocorreram roubos e saques, de lojas, prédios e casas.



Figura 14: Foto Terremoto no Chile, 2010. Fonte: Wikipedia, A Enciclopedia Livre, acesso em 2011.

COLÔMBIA

Ainda no ano de 2010, na Colômbia, cerca de 2 milhões de pessoas foram afetadas em 28 de 32 áreas do país, a maior parte por inundações e deslizamentos de terra devido às fortes tempestades. As chuvas naquele ano foram particularmente fortes, de acordo com os meteorologistas, devido ao fenômeno climático La Niña, um resfriamento na região central e leste do Oceano Pacífico tropical.



Figura 15: Foto Inundações na Colômbia, 2010. Fonte: Wikipedia, A Enciclopedia Livre, acesso em 2011

CALIFÓRNIA

Tempestades severas de neve ocorreram no sul da Califórnia, com início em 16 de dezembro de 2010. As tempestades estão entre as piores da última década para a região. O governador declarou estado de emergência em seis municípios conforme as chuvas torrenciais e deslizamentos de terra provocaram desalojamento e desabrigo dos moradores das áreas afetadas.



Figura 16: Foto Tempestade de Neve Califórnia, EUA, 2010. Fonte: Wikipedia, a Enciclopedia Livre, acesso em 2011.

PORTUGAL

Em fevereiro de 2010, na Ilha da Madeira, em Portugal um forte temporal provocou inundações e deslizamentos de terra ao longo das encostas da ilha, em especial na parte sul. Esta foi considerada a pior catástrofe da história da Madeira em mais de dois séculos, com pelo menos 47 mortos, 600 desalojados e 250 feridos. Acredita-se que valores recordes de precipitação, erros de planeamento urbanístico - tais como o estreitamento de leitos das ribeiras e a construção legal ou ilegal dentro ou muito próximo dos cursos de água - falta de limpeza e acumulação de lixo nos leitos de ribeiras tenham tornado a situação ainda mais grave.



Figura 17: Foto Inundação Ilha da Madeira, Portugal. Fonte: Wikipedia, A Enciclopédia Livre, acesso em 2011

NOVA ZELÂNDIA E AUSTRÁLIA

Localizada entre as placas tectônicas do Pacífico e Indo-Australiana, a Nova Zelândia registra uma média de 14 mil tremores por ano, dos quais apenas 20 com magnitude acima de 5. Considerando, ainda, o ano de 2010, no mês de setembro um terremoto de magnitude 7,1 ocorreu na Nova Zelândia, em uma cidade com uma população de aproximadamente 342.000 pessoas. O epicentro do tremor ocorreu a cerca de 30 quilômetros de Christchurch, localizada na costa leste, sendo esta a segunda cidade maior do país. O terremoto foi seguido de outro forte tremor de magnitude 5,7, apenas 18 minutos depois, segundo o USGS – United States Geological Survey/Pesquisa Geológica dos EUA. O segundo abalo ocorreu a 47 quilômetros de Christchurch, a uma profundidade de 17,4 quilômetros.

Os esforços de recuperação foram derrubados por outro terremoto de magnitude 4,9 em 28 de dezembro de 2010. Em 2011, na Austrália, um dos maiores ciclones de sua história, o *Yasi* passou pela costa de Queensland, com ventos de 290 quilômetros por hora. Embarcações e propriedades foram destruídas e a Cruz Vermelha auxiliou na retirada das pessoas dos centros de auxílio. Apesar de ter sido considerado o pior ciclone da história da cidade, não houve vítimas fatais, já que o ciclo de preparação para o ciclone foi planejado e realizado, antes que o ciclone alcançasse as terras australianas. Os estudos sobre desastres ambientais na Austrália encontram-se bastante adiantados, com suporte de políticas públicas que apóiam ações de prevenção, preparação, mitigação e recuperação nas situações de desastres.



Figura 18: Foto Ciclone em Queensland, Austrália, 2011. Fonte: Wikipedia, A Enciclopédia Livre – acesso em 2012

INDONÉSIA

A Indonésia é uma nação com 238 milhões de habitantes e mais de 17 mil ilhas, das quais 6 mil são habitadas. Localizada no chamado Anel de Fogo do Pacífico, possui um longo histórico de atividade sísmica e vulcânica. Em 25 de outubro de 2010, três eventos naturais distintos – um terremoto, seguido por um tsunami e por erupções vulcânicas no Mount Merapi – devastaram o país. O terremoto de 7,7 graus de magnitude desencadeou um tsunami de 3 metros, matando pelo menos 113 pessoas. O

terremoto rompeu durante um processo chamado de impulso de falha, quando uma das placas tectônicas da Terra ocasiona “um mergulho” por baixo de outra.

ISLÂNDIA

Na Islândia, o vulcão *Eyjafjallajökull* entrou em erupção novamente em 21 de março de 2010. O tráfego aéreo de boa parte do norte da Europa foi prejudicado pela enorme coluna de fumaça expelida. Em 15 de abril, o espaço aéreo foi fechado em diversos países do norte e oeste da Europa para vôos comerciais, devido à precipitação de cinzas na atmosfera, que poderiam causar entupimento dos tubos de *Pitot* e falhas operacionais dos motores a jato dos aviões. A erupção do vulcão islandês *Eyjafjallajökull*, em abril de 2010, criou uma gigantesca nuvem de cinzas que cobriu a maior parte da Europa. A propagação das cinzas na atmosfera obrigou a aviação internacional a uma paralisação temporária, resultando em um caos no tráfego aéreo.



Figura 19: Foto Vulcão na Islândia, 2010. Fonte: Wikipedia, A Enciclopedia Livre, acesso em 2011.

CARIBE E GOLFO DO MÉXICO

O ano de 2010 também foi marcado por uma temporada de furacões no Atlântico e um número quase recorde de tempestades. A bacia do Atlântico, que inclui o Mar do Caribe e o Golfo do México, teve 19 tempestades tropicais e furacões. Porém, a estação registrada mais movimentada de furacões ainda data de 2005, ano em que aconteceram 28 tempestades/furacões - incluindo o furacão Katrina.

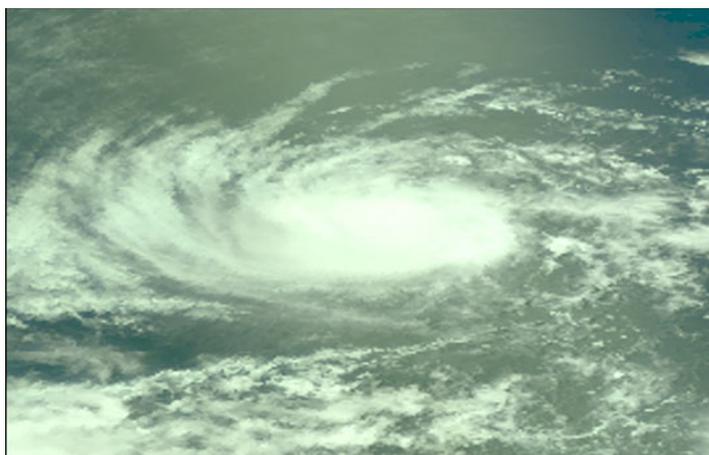


Figura 20: Foto Furacão Katrina, México, 2010. Fonte: Wikipedia, a Enciclopédia Livre, acesso em 2011

MIANMAR (BIRMÂNIA)

No Oceano Índico, a tempestade tropical *Jal* ocorreu no norte em 4 de novembro de 2010. *Jal* foi um dos cinco ciclones na região, onde o mais forte foi o ciclone *Giri*, uma tempestade de categoria 4, que atingiu Mianmar (Birmânia)⁴², no final de outubro de 2010. O temporal atingiu o estado de Rakhine (antigo Arakan), com ventos sustentados de até 160 km/h e sequências de mais de 200 km/h, de acordo com os serviços de emergência. As chuvas torrenciais foram acompanhadas de ondas gigantes de quase oito metros de altura, que destruíram milhares de casas e dezenas de escolas, templos budistas e navios pesqueiros.

⁴² Mianmar ou Birmânia é um país do sul da Ásia continental, limitado ao norte e nordeste pela China, a leste pelo Laos, a sudeste pela Tailândia, ao sul pelo Mar de Andamão e pelo Canal de Cocco, a oeste pelo Golfo de Bengala e a noroeste por Bangladesh e pela Índia.

Pelo menos 5 mil pessoas ficaram desabrigadas em cinco localidades do distrito de Kyaukpyu, onde vivem quase 200 mil birmaneses. Além disso, 75% das casas foram danificadas em uma das zonas mais pobres do país (AGÊNCIA EFE, 2011).



Figura 21: Foto Mianmar após Ciclone *Giri*, 2010. Fonte: Wikipedia, A Enciclopédia Livre – acesso em 2011

SRI LANKA

Mianmar já havia sido afetada, em 12 de Maio de 2008, onde ocorreram 31.938 fatalidades associadas à passagem do Ciclone *Nargis*. Ainda em 2008, no Sri Lanka, o ciclone *Nargis* produziu fortes chuvas, que levaram a enchentes e deslizamentos de terra sobre dez distritos. Os distritos de Ratnapura e Kegalle foram os mais afetados, onde mais de 3.000 famílias foram desalojadas. Milhares de residências foram inundadas, sendo que 21 foram destruídas. As chuvas deixaram 4.500 pessoas desabrigadas e mais de 35.000 pessoas foram afetadas na ilha. O Departamento Meteorológico da Índia recomendou aos pescadores a não navegarem no oceano durante a passagem do *Nargis*. Fortes ondas e rajadas de vento eram esperadas ao longo da costa de Andhra Pradesh e Tâmil Nadu, na Índia. Além disso, a influência do ciclone abaixou as temperaturas ao longo da costa da Índia, que tinha sido afetada por uma severa onda de calor.

JAPÃO

Já no ano de 2011, os registros mais alarmantes foram o sismo e tsunami de Sendai, no Japão. O epicentro foi a 130 km da costa leste da península de Oshika, na região de Tohoku, com o hipocentro situado a uma profundidade de 24,4 km. O sismo atingiu o grau 7 (magnitude máxima da escala de intensidade sísmica) ao norte da Prefeitura de Miyagi, grau 6 em outras prefeituras e 5 em Tóquio. O sismo provocou alertas de tsunami e evacuações, na linha costeira japonesa do Pacífico, e em pelo menos 20 países - incluindo toda a costa do Pacífico da América do Norte e América do Sul. Provocou também ondas de tsunami de mais de 10 m de altura, que atingiram o Japão e diversos outros países. Estima-se que a magnitude do sismo de Sendai faça deste o maior sismo a atingir o Japão e um dos cinco maiores do mundo, desde que os registros modernos começaram a ser compilados.

De acordo com as autoridades, houve 13 333 mortes confirmadas e cerca de 16 000 desaparecidos. Um gigantesco tsunami arrasou a costa do Japão e danificou 3 reatores nucleares da central nuclear de Fukushima. O sobreaquecimento dos reatores foi equiparado ao de Chernobyl, sendo mais de 100 mil pessoas retiradas da área circundante e 600 morreram durante a evacuação. Uma pesquisa do canal público *NHK* (Corporação de Radiodifusão Japonesa) mostra que 95% dos japoneses ainda estão preocupados com a situação da central de Fukushima Daiichi e 80% pensam que a energia nuclear no país deve ser reduzida ao mínimo possível.



**Figura 22: Foto Aeroporto de Sendai, Japão, destruído pelo Tsunami, 2011.
Fonte:Wikipedia, A Enciclopédia Livre – acesso em 2012**

FILIPINAS

Para finalizar o quadro dos maiores desastres ambientais internacionais, no período de 2010-2013, o tufão *Haiyan* atingiu a área das Filipinas no ano de 2013. O poderoso ciclone tropical⁴³ chegou a atingir máximas de ventos de 315 km por hora, sendo considerado o ciclone mais forte registrado na história. Causou destruição generalizada nas Filipinas, nas cidades de Tacloban e nas ilhas Samar e Leyte, onde se supõe que milhares de pessoas tenham morrido. *Haiyan*, conhecido como *Yolanda* nas Filipinas, foi o quinto supertufão da ativa temporada de tufões no Pacífico de 2013.

Antes da chegada do tufão, milhares de pessoas foram relocadas de áreas particularmente vulneráveis na cidade de Tacloban, situada na área costeira da região, onde foi iniciada a tempestade. As autoridades emitiram alerta para províncias do país, para que estivessem preparadas para possíveis inundações e deslizamentos de terra. Cerca de 125.000 pessoas de toda a nação foram removidas para os centros de evacuação. As famílias mais vulneráveis ocuparam abrigos temporários, na parte central da ilha das Filipinas, Bohol. O arquipélago das Filipinas, situado em área próxima da formação de ciclones tropicais no Oceano Pacífico, o país sofre regularmente com danos por tempestades severas e uma média de 20 tufões ao ano (CNN, 2013).

⁴³ Os tufões, assim como os furacões, são ciclones tropicais caracterizados pelos fortes ventos, com velocidades iguais ou superiores a 180 km/h. A diferença entre os dois termos é que os tufões ocorrem no Oceano Pacífico (caso do tufão *Haiyan*, 300km/h), enquanto os furacões formam-se no Oceano Atlântico. Quando o fenômeno se manifesta no Oceano Índico, recebe o nome de Ciclone, que é um termo mais genérico para descrever todos os fenômenos relacionados (pesquisado no site <http://www.brasilecola.com/geografia/a-devastacao-tufao-haiyan.htm>, 2013).

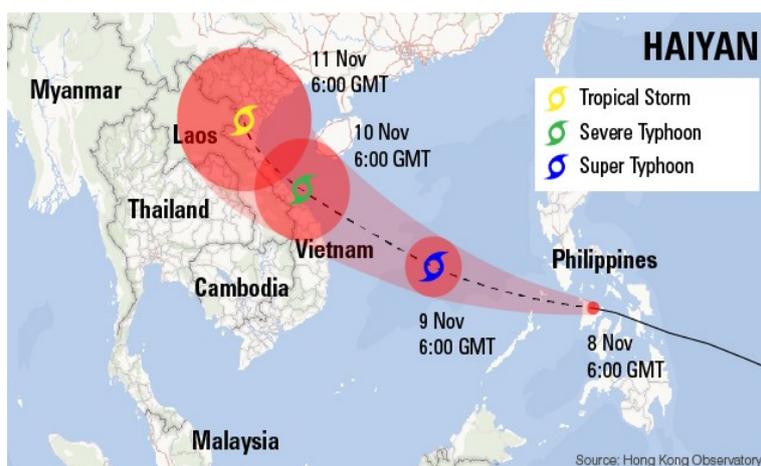


Figura 23: Imagem da Trajetória do Tufão Haiyan nos diversos países, onde o ponto mais severo foi as Filipinas em 2013. Fonte: <http://edition.cnn.com/2013/11/07/world/asia/philippines-typhoon-haiyan>), Acesso em 2013.

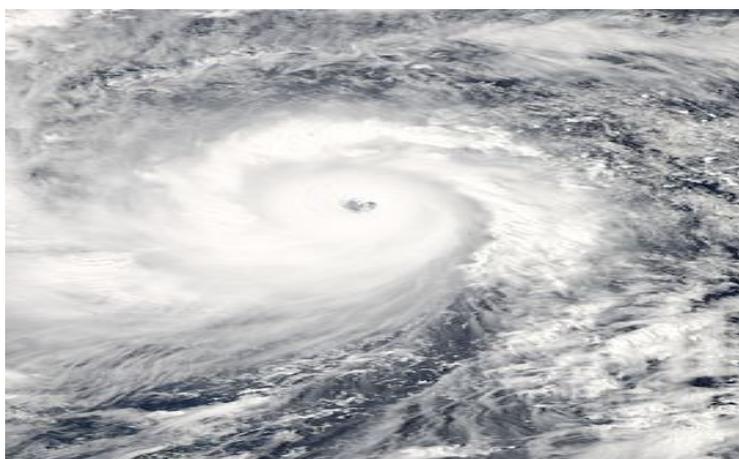


Figura 24: Foto Tufão Haiyan, antes de atingir as Filipinas, 2013. Fonte: Wikipedia, A Enciclopedia Livre – acesso em 2013

5.1 PAÍSES DIFERENTES, DESAFIOS SEMELHANTES

O desastre é uma situação de estresse coletivo, sendo considerado por alguns autores um fenômeno inerentemente social (QUARANTELLI, 2005). Para eles, o trabalho na área de desastres ambientais exige um aprendizado de como lidar com a transformação, já que a natureza dinâmica dos riscos requer estratégias igualmente dinâmicas de gerenciamento. Elas deveriam ser consideradas, a partir dos diferentes contextos locais, buscando uma compreensão não linear dos processos ambientais, focando tanto no impacto do evento quanto no processo (MEDING, 2014). Acredita-se que os especialistas em desastres são melhores sucedidos quando compreendem e incentivam o envolvimento comunitário, considerando a importância das pessoas para além das estruturas técnicas.

Trabalhar a solução mais adequada para determinado grupo e não a mais perfeita, depende da participação das lideranças comunitárias, considerando que os problemas individuais não podem ser resolvidos isolados dos coletivos. É importante considerar que a interação humana se dá a partir de diferentes grupos, diversos poderes de decisão, pressupostos, valores e crenças. Daí a importância, de acordo com Jamie Mackee (2014) da Austrália, de considerarmos os sistemas e subsistemas envolvidos naquele determinado contexto. Para o autor, adepto à teoria dos sistemas, as relações sociais são importantes e devem ser consideradas numa abordagem holística. Nos sistemas estariam incluídos, por exemplo: família, comunidade, escola e nos subsistemas: crianças, adolescentes, idosos, por exemplo, com suas qualidades relacionais, conectividade e interdependência. Desconsiderar a totalidade dos sistemas envolvidos pode significar o acúmulo de novos problemas, a partir de projeções supostamente “simples”, que não estabelecem relações da diversidade e conectividade dos sistemas com os subsistemas.

Andrew Collins (2014), do Reino Unido, considera que a forma mais relevante de trabalharmos questões de risco é focando a atenção na vulnerabilidade a que os moradores em situação de risco estão expostos no sentido mais amplo, defendendo a questão da resiliência centrada nos sujeitos. Ele ressalta que nenhum desastre é natural, argumentando que a essência do desenvolvimento não é sustentável, acrescentando que o desenvolvimento humano, portanto, está diretamente relacionado aos desastres. E, ainda, questiona: “quem impõe riscos a quem? Quem administra os riscos? A consciência do risco deveria estar mais direcionada a motivar o bem-estar das pessoas.

A construção da resiliência presente e para o futuro depende de: moradias sustentáveis; segurança para o ser humano; abordagens integradas centradas nos sujeitos; ações comunitárias, que considerem o envolvimento da comunidade; trabalho envolvendo motivação e bem-estar dos envolvidos como prioridade; boa governança; abordagens baseadas na educação e na saúde; consideração do contexto social e cultural; estratégias de redução de risco que envolvam os comitês locais; mudanças a partir de investimento na saúde das pessoas e suas necessidades; envolvimento político e econômico nas infraestruturas envolvidas. A questão da resistência está inserida na resiliência, já que as pessoas interagem mutuamente, gerenciam os riscos existentes e deveriam receber suporte *psicossocial* para exigirem seus direitos, reconhecerem sua resiliência e buscarem situações de vida mais seguras.

5.2. SRI LANKA E BRASIL: VULNERABILIDADES

A experiência de Sri Lanka (ANDROID, 2014), após Tsunami ocorrido em 2004, revelou procedimentos inadequados em relação ao processo de recuperação, após um desastre de tal magnitude. Questões relativas a um gerenciamento deficiente, governança ineficiente, políticas inadequadas ou não apropriadas (tanto no nível local quanto no nacional) fragilidade institucional e falta de participação comunitária demonstram que a preparação para futuros desastres depende da humildade em aprender com as falhas e experiências vividas anteriormente. Desastres como Tsunamis, diferentemente de outros desastres como inundações, por exemplo, são previstos com pouquíssima antecedência, na maior parte dos casos. Minimizar a vulnerabilidade da população costeira, nestes casos, inclui planejamento de uso da terra e planos de assentamento, conservação e medidas de proteção da área costeira, sistemas de alerta eficientes, códigos de construção apropriados, que respeitem o meio ambiente local, planos apropriados de evacuação, educação pública, entre outros.

Desastres provocam múltiplos impactos e, portanto, o processo de mitigação deve considerar estes diferentes impactos. Países diferentes, desafios semelhantes. O contexto de Sri Lanka muito se aproxima do contexto brasileiro, se considerarmos os seguintes itens:

- A vulnerabilidade tende a aumentar, durante o pós-desastre, por situações que acontecem na rotina dos abrigos, como: violência contra a mulher; discriminação de gênero; violação dos direitos humanos dos sobreviventes; falta de organização e interesse das autoridades locais em investigar abusos; não é incentivada a participação dos sujeitos envolvidos na administração dos abrigos;
- A corrupção e o descontrole na contabilidade dos recursos recebidos pelos órgãos governamentais aumentam a insegurança, diminuem a autonomia dos sujeitos desabrigados/desalojados e dificultam a retomada de suas vidas;
- A dependência de assistência externa faz com que grande parte dos sujeitos em situação de desabrigo ou desalojamento permaneça nos “abrigos temporários” por longos períodos – até por anos – sem uma infraestrutura adequada para a acomodação de tantas famílias diferentes em um mesmo espaço;
- Parte das famílias retorna para os antigos locais de moradia, pela total falta de perspectiva consistente, expondo-se, novamente, ao risco de desastres. A perda do lar onde vivia sua família, juntamente com a perda do território cultural de sua comunidade tendem a resultar em estado de privação e alienação;
- A falta de escuta aos sujeitos diretamente envolvidos em suas necessidades essenciais torna as vítimas “receptáculos” passivos da assistência mínima recebida, reforçando sua situação de vítimas. São considerados “invisíveis” no processo de recuperação pós-desastre;
- As crianças e os adolescentes podem levar anos sem o retorno às suas escolas;
- A qualidade das novas construções, quando recebida pelos desabrigados/desalojados, é precária, fora do contexto de seu local de moradia de origem. Novos problemas acontecem em relação à infra-estrutura das construções, casas/apartamentos com área muito reduzida para abrigar famílias numerosas;
- Pequenos empreendedores que viviam da pesca, por exemplo, e que não eram considerados em situação de pobreza, passam a morar longe da costa, tendo que buscar sub-empregos, passando a viver em situação de pobreza, já que não existe possibilidade de arcar com as despesas de transporte em seu novo local de moradia.

Gostaria de chamar a atenção do leitor, curiosamente, para observar que grande parte dos itens, listados acima, já foi citado nesta tese quando registramos o contexto relativo

às inundações no Brasil – mais especificamente, quando citamos a realidade do Morro do Bumba, Teresópolis, Nova Friburgo e de outras regiões do estado do Rio de Janeiro. Muito embora a Tsunami citada em Sri Lanka (que atingiu, ainda, parte da Indonésia e a Índia) tenha ocorrido em 2004 e o país tenha avançado bastante na pesquisa e ações concretas em relação aos desastres ambientais, ainda localizamos desafios bastante semelhantes ao Brasil, com um agravante: ainda não estamos nem próximo das discussões críticas que estão sendo realizadas por lá em amplo espectro.

6 CONFLITOS AMBIENTAIS E ÁREAS DE RISCO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Condições objetivas propiciaram que o ‘ambiental’ fosse incorporado pelos movimentos sociais, como elemento estratégico nas lutas populares e democráticas e para a explicitação dos conflitos ambientais, uma vez que a disputa por bens naturais e seu controle na apropriação e uso é inerente à propriedade privada capitalista. (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013).

Conforme apresentados no capítulo introdutório, os desafios relacionados à população de áreas em situação de risco ou desastres ambientais - mais especificamente após as chuvas de verão no estado do Rio de Janeiro, no período em referência - não foram apenas de ordem material e econômica, mas na esfera imaterial, o que inclui questões sociais, culturais, psicossociais, entre outras. Diante de uma enorme lacuna nos estudos acadêmicos e na literatura nacional sobre o tema dos desastres ambientais em território nacional, incluímos este capítulo, que traz uma discussão sobre ocupação em área de risco ambiental e sua relação com a realidade que se apresenta hoje em diversas cidades do Brasil: a expansão imobiliária. A mesma vem sendo um dos fatores para desapropriação de moradores antigos e conseqüente aumento da ocupação de populações em área de risco ambiental, não somente no estado do Rio de Janeiro, mas em outras cidades brasileiras.

É importante lembrar que as questões aqui trazidas possibilitam o entrelace entre as duas pesquisas, de nossa autoria: o elo da dissertação de mestrado e a presente tese de doutorado. Entendemos que o elo entre ambas as pesquisas está em considerar que os desafios ambientais não incluem somente conteúdos ecológicos e ambientais, mas essencialmente conteúdos sociais e culturais. A falta de planejamento urbano e políticas públicas eficazes, voltadas para questões socioambientais e ao respeito às populações em situação de vulnerabilidade, somente aumenta seus danos materiais e imateriais. E, as conseqüências recaem sobre a população que ocupa as áreas mais vulneráveis sobre o ponto de vista ambiental. Não é nosso intuito aprofundarmos a discussão nas questões de planejamento urbano, mas acreditamos importante pontuarmos questões indiretamente relacionadas aos moradores de área de risco. A “escolha” de suas moradias, em muitos casos, está associada à realidade acima mencionada. E neste ponto,

abrimos um parêntesis para trazer a conexão com a nossa pesquisa de mestrado, onde o bairro do Sapê, na região de Pendotiba, Niterói, Rio de Janeiro, foi considerado.

6.1 ONDE A DISSERTAÇÃO E A TESE SE ENCONTRAM

Durante todo o percurso do mestrado, realizamos um estudo de caso trazendo a história do bairro, com características rurais no passado e que, ainda hoje, ocupa um espaço importante na preservação do remanescente de mata atlântica da cidade (o que inclui toda a área de Pendotiba). A cultura local e a memória social do Sapê, relacionadas ao cultivo de plantas ornamentais e à coleta de plantas medicinais, por mateiros, erveiros e cultivadores locais, vêm sendo, a cada dia, atravessadas pela lógica do urbano. A especulação imobiliária desapropria antigos moradores, desconsiderando que a existência de uma cultura local, de um conhecimento tradicional, provocando em velocidade impressionante, a interrupção de suas atividades tradicionais de subsistência. Iniciados no Sapê, a partir da década de 1980, os grandes condomínios voltados para a classe média e alta foram construídos para atenderem à crescente demanda da população urbana, não somente no município de Niterói, mas também de diversas regiões do estado do Rio de Janeiro.

Após a expansão imobiliária desenfreada nos bairros da zona sul e no centro da cidade de Niterói, a procura por ocupação das áreas verdes da cidade cresce, em busca de melhor qualidade de vida. E, a área de Pendotiba inclui-se neste contexto. Em contraste, moradores antigos da região vêm sendo desapropriados de suas antigas terras, muitos por não possuírem nenhum documento oficial de registro de suas terras, passando a ocupar as favelas da região. Outros - possuindo o documento de posse, mas sem registro oficial pela prefeitura - receberam pequena quantia financeira, como compensação pela ocupação de suas terras para a construção dos condomínios. Estes últimos residem com suas famílias, hoje, reduzidos a pequenas casas no bairro ou partiram para a alternativa possível, considerando a pequena quantia que receberam das construtoras: as áreas de risco ambiental. De acordo com Kowarick (1993), a autoconstrução é para a maioria, a estratégia mais viável e, às vezes, a única possível, partindo para construção em áreas mais desvalorizadas e de maior vulnerabilidade ambiental.

Ainda que os entrevistados durante nossa pesquisa de mestrado tenham apontado algumas vantagens surgidas a partir da chegada dos condomínios - como oportunidade de emprego para moradores do bairro - o impacto da chegada dos condomínios no bairro do Sapê fica mais clara pelo registro oral abaixo, de um morador antigo da região:

“Há uns 30 anos atrás, a terra era mais barata no Sapê e as pessoas vinham para cá, atraídas pela facilidade para o cultivo. Existia terra mais fácil, aberta. Hoje, praticamente todos os sítios do passado viraram condomínio. Quem tinha um sítio vendeu para as construtoras de condomínios. Não que os condomínios venham devastar a região, mas ocupam as áreas melhores para cultivo. Onde havia um sítio com uma ou duas casas, se instalou um condomínio, com diversas pessoas. Ainda não é tão ruim por serem condomínios de casas e não de apartamentos! (...) O asfalto e a luz vieram antes dos condomínios – menos para a Fazendinha. Os moradores dos condomínios não utilizam ônibus, porque cada morador possui 1 a 2 carros. Os moradores antigos continuam andando a pé e nos ônibus, que hoje ainda é precário. Mas, imagina antigamente (...). Os condomínios trouxeram mudanças ecológicas, sim, pela geração de mais esgotos, uma quantidade maior de casas. Além disso, cercaram grandes áreas, o que interrompe as passagens tradicionais para a mata dos coletadores de ervas. (...) A questão da alimentação dos animais, por exemplo, os moradores dos condomínios começaram a dar comida para os micos e com isso eles foram proliferando na região e acabando com os pássaros. Eles acham bonito e tal...mas não conhecem a realidade local, do que acontece no dia-a-dia” (Entrevistado Nélio/pesquisa de mestrado EICOS/UFRJ). (SOUZA, 2009)

A entrevista acima foi realizada no ano de 2008, quando havia apenas condomínios de casas no bairro. Porém, hoje, a especulação ainda crescente no Sapê, já não inclui apenas na construção de condomínios de casas, mas de condomínios de apartamentos. O primeiro apartamento do Sapê foi construído no ano de 2013, dando partida ao processo de verticalização, aumentando ainda mais a demanda por infra-estrutura e serviços, ainda inexistentes no bairro. As consequências da substituição dos terrenos dos moradores antigos por prédios provocaram, ainda: a redução da permeabilidade do solo; o aumento na circulação de automóveis dos moradores dos condomínios; o aumento na temperatura local (pela expansão do concreto) e a redução das áreas verdes locais. Todas estas novas características do bairro vêm tornando inviável o cultivo de plantas ornamentais, o acesso às plantas medicinais e a subsistência dos grupos de cultivadores,

mateiros e erveiros locais. Portanto, o impacto acontece no âmbito material e imaterial, ainda por falta de políticas públicas que possam dar suporte à memória social dos antigos moradores de áreas, as quais já poderiam ser consideradas *áreas de proteção permanente* (APP), pelas características do Sapê – importante remanescente de mata atlântica e grande relevância ambiental para a cidade. Porém, a política urbana de Niterói prefere urbanizar e adensar o cinturão verde da cidade, em vez de efetuar planos de renovação urbana em zonas centrais mais urbanizadas, mas esvaziadas em virtude de um processo de desindustrialização (HERCULANO, 2013).

É preciso mais, muito mais, se desejarmos de fato mudar as relações de poder que determinam a “naturalização” e/ou a “invisibilização” da injustiça e do racismo ambiental. É preciso unir esforços e traçar uma estratégia que nos permita agir no sentido de mudar valores e ações, criando as condições necessárias, enfim, para alterar o atual estado de coisas (HERCULANO & PACHECO, 2006).

Citamos, abaixo, a título de ilustração dos conflitos ambientais aqui tratados neste item, notícia publicada no site oficial da Prefeitura de Niterói, transcrevendo notícia do Jornal *O Fluminense*:

O FLUMINENSE teve acesso, com exclusividade, à planta do Bairro Fazendinha, o maior projeto habitacional de Niterói que ficará localizado entre Sapê e Matapaca, em Pendotiba. O Projeto prevê construção de 5 mil unidades além da infraestrutura de educação, saúde e segurança, haverá ainda espaço para a instalação de um centro de geração de renda. [...] onde serão construídas 7 mil unidades habitacionais. Os apartamentos serão erguidos pelos governos municipal, estadual e federal, em uma área de cerca de 790 mil metros quadrados e serão voltados para famílias de duas faixas de renda diferentes. Os principais objetivos da iniciativa são reduzir o déficit habitacional da cidade e atender prioritariamente às famílias desabrigadas das chuvas do ano passado e a população em área de risco. Na última semana, uma audiência pública foi realizada na Câmara Municipal de Niterói para discutir o projeto, com a presença de aproximadamente 300 pessoas. Segundo a Prefeitura, o Bairro Fazendinha é um projeto de ocupação urbana planejada, desenvolvida em harmonia com o meio ambiente (...). Áreas já estão sendo desapropriadas e as obras devem começar no início de 2012. O projeto prevê 5 mil unidades para pessoas que ganham até R\$ 1, 6 mil (...). No Bairro Fazendinha também se prevê a construção de 2000 apartamentos, voltados para famílias com renda até nove salários mínimos (R\$ 5 mil). O prefeito deixou bem claro que não queria que

essas moradias fossem feitas na periferia da cidade e que o bairro modelo não fosse um conjunto habitacional, onde os moradores perdessem sua identidade. O objetivo é construir um lugar onde o cidadão se sinta seguro, que tenha oportunidades e ferramentas para construir uma vida mais digna”, afirmou um representante da Prefeitura. (PREFEITURA DE NITERÓI, 2011)

Como vimos através do texto acima (e também no Item Fundamentação Teórica, Justiça Ambiental, nesta tese), antigos moradores vêm sendo expropriados para ceder espaço para um bairro-modelo de Niterói, um mega conjunto habitacional, onde atenderia a demanda de Minha Casa Minha Vida do governo Federal, juntamente com parte da população desabrigada do Morro do Bumba, pelas últimas chuvas. Em debate⁴⁴, representantes do bairro do Sapê argumentaram que antigos moradores seriam expropriados de seus terrenos para a chegada de desabrigados e de moradores de área de risco, ressaltando a incoerência relativa a expor dois grupos vulneráveis de uma mesma cidade a este embate.

Se tivesse sido concretizada, a iniciativa das mega construções, proposta pela Prefeitura, acabaria por induzir ainda mais moradores a áreas de risco, já que seria a única alternativa possível para alguns antigos moradores do Sapê, a autoconstrução em área de risco. Isto gera um ciclo, onde não só a *identidade* dos antigos moradores, como também sua memória social são profundamente maculadas. A Associação dos Moradores do bairro buscou apoio na *Comissão de Regularização de Terras* da OAB e participou de audiência pública, em 29 de agosto de 2011, sobre o projeto do bairro modelo na Câmara de Vereadores. A promotoria de justiça do Estado do Rio de Janeiro entrou com liminar contra a mega construção no bairro e ainda não foi concretizada a intenção e o planejamento feito pelo poder público local.

⁴⁴ Como já citado nesta tese, representantes dos movimentos sociais da área do Sapê em Niterói, entre outros representantes de movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro reuniram-se durante o seminário paralelo a Rio +20, em 2012, intitulado *Rio +20 em Questão: a Agenda do Capital na Perspectiva dos Movimentos Sociais e do Pensamento Crítico* (2012), onde aconteceram discussões aprofundadas sobre a expropriação de terras e recursos naturais, a que grupos vulneráveis de nossa sociedade vêm sendo expostos.



Figura 25: Foto A Comunidade da Fazendinha não é Invasora
Fonte: Desabafos Niteroienses, 2011/12

A Figura 25 ilustra o caso da comunidade do Sapê (onde se encontra a área da Fazendinha), retratando parte da violência ambiental a que estão expostas populações vulneráveis, sejam elas de áreas rurais ou urbanas. A questão das desapropriações, ou melhor, *expropriações*, afeta não somente as populações de área com características rurais dentro dos grandes centros, mas também os povos indígenas, camponeses e ribeirinhos, tornando mais complexos os problemas socioambientais. Assim, entendemos não ser possível conceber os problemas ambientais dissociados dos conflitos sociais, afinal a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza, envolvendo as relações sociais, os modelos escolhidos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013).

6.2 E OS DESASTRES SÃO NATURAIS?

Como já mencionado no item introdutório, de acordo com pesquisa do *Instituto de Geografia e Estatística* (IBGE, 2014), quase metade dos municípios brasileiros não possuem gerenciamento de risco. Além disso, nos dados apresentados em 2013, 48% dos municípios brasileiros não possuem ações relativas ao gerenciamento de riscos e desastres. Além disso, uma série de ações humanas equivocadas potencializam as perdas, o que inclui sistemas de monitoramento de risco ineficazes, sistemas de alerta inexistentes ou ineficazes e falta de treinamento para as populações de área de risco antes, durante e após os eventos extremos.

Os argumentos acima apenas ratificam o que um grande número de especialistas em área de risco/desastre ambiental afirma: nenhum desastre é natural (COLLINS, 2014). Muito embora o termo “desastres naturais” seja utilizado em pesquisas e artigos acadêmicos, vinculando sua origem aos fenômenos naturais, pesquisadores consideram que a causa do aumento dos desastres a nível mundial está mais provavelmente vinculada à crescente vulnerabilidade de populações expostas a eventos físicos extremos e não às mudanças da natureza. Escolhas humanas, decisões políticas e valores distorcidos de nossa sociedade levam às vulnerabilidades, que causam os desastres. Desta forma, grande parte da literatura internacional (HEWITT, 1997; LEWIS, 1999; MILETI et al., 1999; OLIVER-SMITH, 1986; STEINBERG, 2000; WISNER et al., 2004) relaciona as questões do desastres a uma perspectiva mais do ser humano, do que uma perspectiva puramente “natural”. Eles são socialmente construídos, a partir das decisões humanas.

É, usualmente, aceito entre os geógrafos ambientais que não existem desastres naturais. Em cada fase e aspecto de um desastre – causas, vulnerabilidade, preparação, resultados e respostas e reconstrução – os contornos de um desastre e a diferença entre “quem vive” e “quem morre” são em maior ou menor proporção um cálculo social. (SMITH, 2005/traduzido pela autora da tese da língua inglesa para a língua portuguesa).

Muito embora a natureza, por vezes, imponha um evento ambiental necessário – como em alguns casos de chuvas torrenciais – são as decisões humanas, em grande parte limitadas às questões econômicas, que expõem pessoas e propriedades aos riscos, não priorizando medidas adequadas no gerenciamento das questões ambientais (KELMAN, 2010). Portanto, a redução de risco está diretamente relacionada à redução da vulnerabilidade a que as populações estão expostas e a urbanização das cidades determina, em grande parte, os impactos dos riscos e desastres sobre as pessoas.

Assim, a palavra “natural” (riscos naturais, desastres naturais, etc.) foi substituída pela palavra “ambiental”, implicando que os perigos só podem ser compreendidos, levando-se em conta o contexto natural e as formas pelas quais a sociedade tem se apropriado da natureza, produzindo perigos (JONES, 1993). Para Abramovitz (2001), o termo passa a ser utilizado como “desastres não naturais” em seus artigos, já que a urbanização aumenta o risco de desastres, incluindo as inundações e deslizamentos de terra em uma determinada região. Quando a terra é coberta por superfícies impermeáveis – como asfalto, cobertura – a frequência e magnitude das cheias aumentam. Em seu artigo intitulado *Averting Unnatural Disasters* (como evitar desastres não naturais), ele argumenta que urbanizar 50 por cento de corpos de água pode aumentar a frequência de inundações de uma vez a cada cem anos para uma vez a cada cinco anos e que a pobreza extrema “convida” os desastres (ABRAMOVITZ, 2001, pp 132). E, então, podemos considerar uma relação muito estreita entre pobreza extrema, vulnerabilidade e riscos/desastres ambientais.

Acreditamos que a compreensão da complexidade do tema exige visões integradas, envolvendo perspectivas inter e multidisciplinares, onde desalojados e desabrigados dos desastres sejam considerados, a partir da atenção e estudo de pesquisadores e profissionais, preocupados com questões sócio-ambientais e psicossociais.

6.3 A CONDIÇÃO DE DESALOJADO E DESABRIGADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Movendo o foco especificamente para a questão dos sujeitos desabrigados e desalojados após as inundações do estado do Rio de Janeiro, notamos a falta de políticas públicas no suporte às questões relativas ao período pós-desastre. E, neste ponto incluímos as questões pós-desastre dos municípios de Niterói (HERCULANO, 2013), Teresópolis (PEREIRA, 2013), Petrópolis (GUERRA et al., 2007), Nova Friburgo (COATES, 2013), Angra dos Reis, Xerém, entre outros. Implicações sócio-econômicas da vulnerabilidade das populações das áreas afetadas são fortemente negligenciadas (WISNER et al., 2005), sendo os sujeitos desalojados e desabrigados esquecidos ou, ainda, discriminados após o estágio de emergência - onde encontramos bombeiros, defesa civil, religiosos, políticos, imprensa, voluntários, entre outros grupos de suporte.

Além disso, há poucos ou quase nenhum projeto de abordagem ambiental crítica⁴⁵ ou pesquisas acadêmicas referindo-se às questões sociais e de suporte psicossocial aos afetados por desastres ambientais. De acordo com Krum & Bandeira (2008), os estudos acadêmicos sobre desastres no Brasil ainda estão dando os primeiros passos e Favero & Diesel (2008) ressaltam a necessidade de pesquisas que discriminem as reações psicológicas diante dos desastres naturais.

A escassez de pesquisas empíricas em nosso país é mencionada por Bruck (2007), enfatizando que as poucas publicações nacionais sobre o tema focam em repercussões específicas em relação à saúde física e aspectos sanitários. Dessa forma, em grande parte os sujeitos desalojados e desabrigados das inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro não contam com serviços de orientação e assistência

⁴⁵ Na abordagem ambiental crítica considera-se que o meio ambiente é construído através de um processo histórico, no qual a relação indivíduo-natureza é socialmente condicionada. Os problemas ambientais são analisados de forma crítica, dentro do contexto social e histórico, procurando determinar suas causas reais e não só os efeitos provocados. Busca-se o diálogo, sobretudo considerando a voz da população local envolvida, na mediação de interesses e conflitos entre os diferentes atores sociais envolvidos (LOUREIRO et al, 2005). Portanto, componentes culturais, políticos, ideológicos e coletivos são considerados pelo pesquisador;

psicossocial nas fases de preparação e recuperação, e nem mesmo recursos básicos para o gerenciamento dos abrigos temporários⁴⁶.

Em relação à vulnerabilidade nas situações de desastres ambientais, a Defesa Civil, em publicação da Secretaria de Direitos Humanos (2013), diferencia os sujeitos desalojados dos sujeitos desabrigados⁴⁷. Os desalojados seriam aqueles que conseguiram abrigo provisório em casa de vizinhos, parentes e amigos, enquanto os desabrigados perderam suas residências e deveriam receber suporte do poder público, inicialmente em abrigos temporários. Em ambos os casos, observa-se que a vulnerabilidade dos grupos aumenta, com a quebra do vínculo social com a vizinhança, após tantos anos de convívio.

Em meio às adversidades produzidas por desastres, as possibilidades de violações a direitos de crianças e adolescentes, de pessoas idosas e de pessoas com deficiência são ampliadas na medida em que as condições usuais de proteção se deterioram, a exemplo da exposição indevida da imagem na mídia, da negligência, por familiares ou pela sociedade, da falta de segurança e de privacidade, de estresse generalizado, de maior afluência de pessoal voluntário externo e do menor controle em relação às diversas formas de violência sexual, ao trabalho infantil, às práticas de ato infracional e ao uso de drogas (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

O distanciamento do referencial de participação em sua comunidade local ocorre, muitas vezes, em conjunto com a fragmentação da família - seja por morte de algum familiar na ocasião do desastre, seja pela separação causada pelo deslocamento de um familiar para outro abrigo; ou mesmo dentro do mesmo abrigo, pelas condições precárias de sobrevivência nestes lugares que seriam temporários, mas que muitas vezes

⁴⁶ Os quais deixam de ser temporários, muitas vezes abrigando por longo prazo os sujeitos, que aguardam por seus direitos de aluguel social ou de relocação, como no caso do Morro do Bumba já mencionado;

⁴⁷ De acordo com a Defesa Civil, o termo *desabrigado* refere-se à pessoa desalojada ou cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provisório ou acampamento provido pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Já o termo *desalojado* refere-se à pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente carece de abrigo provisório ou acampamento provido pelo Sistema Nacional de Defesa Civil (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

se tornam permanentes⁴⁸. A citação acima é parte do *Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres*, instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 6 de dezembro de 2012, cujo principal objetivo é assegurar a proteção integral e reduzir a vulnerabilidade desses sujeitos de direito nas situações de riscos e desastres (IDEM).

Embora a escrita do documento já indique avanços importantes na reflexão sobre os sujeitos em situação de riscos e desastres, considerando um contexto maior sobre a questão da vulnerabilidade e os direitos dos que necessitam de atenção diferenciada, pontuamos que as “condições *usuais* de proteção” ainda não estão incluídas no cenário prévio ao desastre. Com toda a discussão já trazida nesta tese, nos itens anteriores – em particular do item *Contexto e Caracterização do Problema* da pesquisa, as condições de vulnerabilidade estão incluídas no cotidiano destas pessoas em situação de risco, não somente em âmbito ambiental, mas no contexto sócio-econômico e *psicossocial*. A matéria abaixo, publicada em abril de 2014, sobre a situação de antigos moradores do morro do Bumba, ratifica esta observação.

Morar no terreno contaminado por um antigo lixão e povoado por traficantes banidos nas favelas cariocas já representa um risco elevado. Mas quem vive na comunidade do "chorume", no morro do Bumba, vai além. São cerca de 30 famílias que moram hoje onde, na noite de 7 de abril de 2010, a terra engoliu barracos e matou 48 pessoas. Sem opções de moradia, elas vivem em casas condenadas, penduradas na encosta, cercadas por homens armados. Quatro anos depois, a tragédia ainda não é coisa do passado nem para quem insiste em permanecer ali, nem para as vítimas que perderam tudo. Já Leandra, de 41 anos, que perdeu a casa e parentes na tragédia, viveu mais de três anos vivendo com cinco filhos num abrigo improvisado em São Gonçalo, instalado no antigo 3º Batalhão de Infantaria (BI) do Exército. Em janeiro, ela saiu de lá com outras 91 famílias originárias também de outras comunidades que sofreram tragédias semelhantes: “Tratam a gente com descaso. Deviam olhar mais para a gente.

⁴⁸ Como no caso do Morro do Bumba, em Niterói, Rio de Janeiro, onde alguns antigos moradores desabrigados e deslocados para um abrigo “temporário”, em um prédio desativado do 3º Batalhão de Infantaria, no bairro do Barreto, continuam morando desde 2010 até 2014. Alguns moradores receberam o aluguel social, enquanto outros muitos ainda aguardam a aprovação do governo local em relação à documentação e outros sujeitos desabrigados retornam para o que restou de sua antiga casa no mesmo local do desastre, por falta de alternativa possível (dados fornecidos através da entrevista de campo com profissional que atuou durante a tragédia com os desabrigados e desalojados).

Ficamos quase quatro anos jogados num abrigo, numa situação muito difícil. Conseguimos sair com esse dinheiro que estamos recebendo. Mas não sabemos até quando isso vai durar. Deram prazo até julho para a entrega dos apartamentos. Mas toda vez que vou lá não vejo nada sair do lugar”, reclama. (JORNAL O GLOBO, 5 de abril de 2014).

O depoimento acima nos leva a refletir e reafirmar que o ambiente “escolhido” para moradia em área de risco é produto de nossas construções históricas, políticas e sociais brasileiras. A fragmentação destes grupos de pessoas, que antes conviviam na mesma localidade, leva à dissociação de seus vínculos afetivos e de suas referências de identidade local, os valores e afetos vinculados a histórias individuais e coletivas, construídas na vizinhança. Sendo o grupo a base destas memórias sociais (CHAUÍ, 1994), acontece um processo de desenraizamento (idem), interrompendo o fluxo da integração dos sujeitos com sua história, seus valores e tradições, conquistados durante os anos de convivência com sua família e sua comunidade. Isso, ainda, enfraquece e desarticula o reconhecimento de seu potencial como cidadãos e sujeitos de conhecimento e de ação política, já que se encontram em situação de desamparo físico, material, emocional, político e social.

A associação do descaso cotidiano do poder público em relação a eles, com a abordagem pontual dos serviços de emergência em épocas de chuvas, que buscam retirar as pessoas do lugar ameaçado é passível de tomar a compreensão de que a emergência não se trata de um resqúcio de proteção social, mas de um esforço público de deslocar a vulnerabilidade em vez de resolvê-la (...) Sobreviver é urgente, imediato. Colocada nesse plano, a sujeição a um possível risco, à noção de uma ameaça futura, se torna dado secundário. O risco é reinterpretado a partir de outra natureza de ameaça: a de expulsão. (VARGAS et al, 2009, pp 98).

Para Haesbaert (2004), a questão do território relaciona-se à dominação (jurídico-política) da terra que se traduz em terror, medo e impedimento de entrar e uma apropriação simbólica. Relaciona-se ao poder no sentido concreto (que serve de abrigo) de dominação, mas também ao poder simbólico, de apropriação (como espaço de pertencimento social, de intimidade e segurança). Para ele, a questão ambiental “afeta ou afetará cada vez mais nossa organização territorial (...) até mesmo os eventos de

amplitude temporal reduzida, mas de efeitos muitas vezes igualmente intensos” (HAESBAERT, 2004, pp. 368). De acordo, ainda, com o autor, nas situações onde as pessoas estão em situação de instabilidade ou fragilização territorial, impossibilitadas de exercer efetivo controle sobre seus territórios, existe uma forma de desterritorialização extrema, denominada aglomerados humanos de exclusão. Estas dimensões da desterritorialização caracterizam o desabrigo a que estão expostas as famílias em situação de deslocamento severo pelas chuvas, como argumenta Marchezini (2009).

O desabrigado perde o chão, o local da cidade que lhe é cabível o qual, em geral, teve de ocupar e resistir durante um tempo para lhe servir de direito, isto é, perde a dimensão política associada ao território. Mas também é desterritorializado do ponto de vista simbólico: perde a casa e a trajetória de luta que, em geral, envolve a sua construção; perde o passado, o presente e o futuro que o projeto familiar incorporou na casa e nos objetos que compõem o mundo privado. Está sujeito a perder o próprio exercício da família e os papéis à ela associados, tendo em vista que esta é uma construção social que se fundamenta a partir do mundo privado. Se, no início, o abrigo temporário adquire a conotação de área segura frente às ameaças de deslizamento, inundações – recebendo, portanto, pessoas de uma área de risco – num segundo momento, com a aglomeração das mesmas no abrigo, este passa a ser representado pelos órgãos públicos, como locais de riscos associados a epidemias, contaminação, violência, desordem. Num terceiro momento, após a interrupção das chuvas, a pouca cobertura dos meios de comunicação, o esfacelamento da comoção social em relação aos desabrigados e a desassistência social, o abrigo passa a ser exterminado da cena pública, ficando à própria sorte, à deriva (MARCHEZINI, 2009, pp. 68).

Consideramos, ainda, que a busca pelo reconhecimento dos grupos minoritários passa por uma possibilidade de encontrarem referências de identidade local, que possam dar suporte aos recursos e construções extraídos de suas vivências anteriores (POLLAK, 1995). A resiliência dos sujeitos envolvidos pode ser reconhecida e ampliada, especialmente quando são disponibilizados níveis essenciais de suporte social, o que pode atenuar os efeitos emocionais de uma situação de alto nível de estresse. Desta forma, a presença ou ausência de recursos essenciais básicos e de políticas públicas que garantam um suporte *psicossocial* contínuo são pontos cruciais para uma maior percepção da resiliência pelos sujeitos em situação de desabrigo ou desalojamento.

Relações de suporte no grupo familiar, fontes de apoio na vizinhança, escola, local de trabalho, movimentos sociais, amigos, entre outros níveis de suporte social também constituem recursos importantes, construídos a partir da história de vida dos sujeitos.

Funcionam como atenuantes de proteção sob os efeitos emocionais, os quais interagem, ainda, com o impacto dos fatores socioeconômicos, do contexto individual e social da comunidade, das histórias traumáticas anteriores e do suporte sociopolítico de estratégias de proteção ao risco. Diante da complexidade e das variáveis que devem ser levadas em conta nas interações humanas, a questão da resiliência e dos riscos no contexto dos desastres ambientais deve ser considerada de forma não linear. Trabalhar com desastres é aprender a lidar com a transformação, com a compreensão não linear dos processos ambientais, focando tanto no impacto quanto no processo. Portanto, é importante considerar que a interação humana se dá a partir de diferentes grupos, diferentes poderes de decisão, pressupostos, valores e crenças.

Os problemas dos sujeitos desalojados ou desabrigados pelas inundações e/ou deslizamentos de terra não devem, desta forma, ser considerados de forma isolada. Em outras palavras, cada processo de enfrentamento de adversidades acontece de uma determinada forma, que dependerá de quem enfrenta, do que se enfrenta e de quais circunstâncias envolvem o processo. De acordo com Yunes (2001) cada pessoa pode apresentar resiliência de uma maneira diferente. Os mesmos sujeitos podem apresentar o processo de resiliência de formas diversas em situações diferentes, podendo usar de mecanismos de enfrentamento diferentes, podendo sofrer mais ou menos em cada situação e, ainda, reagirem de forma diferente a adversidades semelhantes. Assim como alguns sujeitos sobrevivem com sequelas psicológicas crônicas, sem jamais superar emocionalmente o encontro com a adversidade, há os que parecem nem se abalar com a maior das adversidades (BRANDÃO, 2009). Por outro lado, há alguns que são profundamente abalados pelo encontro com a adversidade, mas passam por um processo de recuperação e apresentam-se, em seguida, melhor emocionalmente e socialmente do que os que nunca se abalaram. O que pode se dever ao poder fortalecedor da adversidade, como acreditam Walsh (2005) e também Cyrulnik (2001).

6.4 A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO – ABORDAGENS BOTTOM-UP

Os sujeitos não sofreram impacto de forma homogênea. Alguns grupos são mais adversamente afetados que outros, apenas por uma situação econômica já vulnerável, mas também porque alguns sujeitos apresentam-se mais imediatamente resilientes que outros. Estas diferenças e os impactos diversos necessitam ser amplamente entendidos, para a tomada de medidas adequadas. Em outras palavras, a mitigação de desastres requer planejamento e intervenção com base local, respeitando as diferentes vulnerabilidades e resiliências. Lembramos a necessidade de um olhar para a diferença entre os grupos, os diferentes poderes de decisão e pressupostos, crenças e valores. O trabalho envolvendo a comunidade afetada por desastres deveria objetivar a construção de estratégias mais adequadas para aquele grupo, respeitando suas especificidades e não a mais perfeita, em termos teóricos.

Isto refere-se às abordagens chamadas “*bottom-up*”, que são abordagens que partem da *base para o topo*, levando em conta o empoderamento dos sujeitos em situação de risco/desastres. Este novo referencial para o acolhimento a estas comunidades e instituições locais gera autonomia e força para os envolvidos, levando em consideração o histórico daquele grupo específico e das necessidades dos indivíduos, das famílias e da cultura que se apresenta. O monitoramento de implementação deste novo olhar é realizado de forma mais significativa a nível comunitário, com o máximo possível de participação dos sujeitos e líderes locais. A vantagem desta estratégia metodológica na fase de mitigação dos desastres não se relaciona apenas às questões de perspectivas de direitos humanos, mas essencialmente como ferramenta sensata nas ações comunitárias diretas, sob um ponto de vista prático e pragmático: os conflitos existem e a realidade dos sujeitos apresenta-se de forma dinâmica e não linear.

Se o objetivo maior da mitigação de desastres é assegurar o bem-estar e qualidade de vida das vítimas após desastres, a melhor abordagem a ser considerada é que leva em conta a necessidade sentida (não imaginada na teoria) pelas vítimas, de forma a atender às suas expectativas concretas e subjetivas. (HETTIGE, 2014/traduzido pela autora da tese da língua inglesa para a língua portuguesa).

Desta forma, a participação ativa das vítimas de um desastre, de acordo com Hettige (idem) em seu próprio processo de recuperação - indivíduos, famílias e comunidade - pode prevenir sua alienação no processo e, ainda, diminuir sua desorientação e dissociação, se considerarmos a complexidade das questões sociais e emocionais envolvidas.

Por outro lado, as abordagens que vêm sendo mais realizadas, que chamamos de gerenciamento “*Top Down*” (do topo para a base) relegam aos sujeitos desalojados e desabrigados o papel de vítimas passivas, reforçando sua baixa auto-estima e alienação, abrindo espaço para que outros grupos gerenciem seus interesses, sem a devida transparência – isto é, agências centralizadoras das verbas por doações; autoridades públicas, que se apropriam do poder para fins de corrupção; e outros grupos de interesse de manipulação da opinião pública, que discriminam a comunidade envolvida, etc..

No trabalho com populações de baixa renda, modelos assistencialistas de intervenção assumem uma postura de ‘salvador da pátria’, procurando levar pseudo-soluções ‘de fora para dentro’, nutrindo a idéia e o sentimento de que a comunidade é incapaz de apontar soluções seus próprios problemas (Entrevistado E7)

A hierarquia burocrática centralizada deixa pouco espaço para as adaptações locais e inovações coletivas, impossibilitando que a assistência externa vá ao encontro das necessidades e aspirações das famílias locais. Um exemplo disso são as construções entregues a um, ainda, pequeno número de desabrigados, onde o objetivo esteve mais concentrado na margem de lucro do que na qualidade da construção. O resultado disso são unidades que necessitam de reparos emergenciais, com risco de desabamento, em alguns casos, logo no início da entrega do imóvel.⁴⁹

⁴⁹ Estamos nos referindo à realidade de Sri Lanka. Mas, a situação se assemelha à citada, anteriormente, no contexto do Morro do Bumba, onde as famílias que haviam já sofrido o impacto da perda de todos os seus bens e até mesmo de familiares após o desastre, vêem-se diante de imóveis com paredes rachadas e encostas próximas ameaçando novos deslizamentos. Isto é, continuam revivendo diariamente o impacto do primeiro evento.

Por outro lado, encontramos alguns exemplos de reconstrução coordenados pela própria comunidade local, na falta do interesse governamental em tornar possível a participação mais ativa dos sujeitos envolvidos. Citaremos dois casos⁵⁰: em Ghana, Old Fadama, após incêndio em 2012 e na Indonésia, após terremoto *Yogyakarta*, em 2006, no distrito de Bantul, Java.

Em Ghana, os antigos residentes ao longo dos anos vêm sofrendo com constantes incêndios sobre as construções precárias de suas residências. Os incêndios acontecem nas matas próximas às moradias, na maior parte das vezes, por combustão espontânea na fase de estiagem. Sua resposta ao incêndio de 2012 demonstrou a capacidade comunitária de reconstrução, organização e gerenciamento pós-desastre, onde pouco ou nenhum suporte foi encontrado pelas autoridades locais ou centrais. Este descaso governamental acontece também por persistir discriminação quanto sua moradia em assentamentos precários, sendo os mesmos relegados à “invisibilidade” social e política.

No entanto, através de sua organização e fortes laços comunitários, eles iniciaram um movimento de liderar sua própria reconstrução, iniciando uma Associação de Moradores, buscando materiais não inflamáveis e iniciando com um sistema de multirão a reconstrução de novas casas. Como a questão financeira ainda é crítica no local, os membros da associação buscaram doações de parentes, amigos, patrões, para uma retomada coletiva.

O que esperamos das autoridades públicas é o reconhecimento de nossa liderança e do espírito de coletividade entre os habitantes dos assentamentos informais para canalizarmos nosso uso produtivo para a reconstrução do desastre. Na teoria, é dever das autoridades das cidades e das parcerias locais trabalharem com as comunidades para identificarem o que é de importância essencial para eles, e utilizar esta capacidade dos membros da comunidade para proporcionar o que é necessário. Mas, muito constantemente, os moradores são ignorados e maltratados pelas autoridades públicas (OWUSU, 2013, pp. 245, traduzido pela autora da tese da língua inglesa para a língua portuguesa).

⁵⁰ Os dois casos foram citados durante os estudos do Programa de Doutorado ANDROID, sendo a questão da Indonésia a pesquisa de doutorado de uma das bolsistas ANDROID, chamada Tri Yumarni, com escrita ainda em andamento. A citação foi autorizada pela mesma, por já ter sido apresentada como *Paper* no Reino Unido, 2014.

O segundo exemplo é o da Indonésia, onde durante o período da reconstrução, após o terremoto de 2006, as mulheres moradoras locais demonstraram sua capacidade de retomada profissional, gerenciando a produção de alimento, administrando o uso de água limpa e organizando a participação dos moradores voluntários do vilarejo na manutenção de infraestrutura mínima no ambiente. O potencial das mulheres no suporte da resiliência comunitária na reconstrução pós-desastre é raramente explorada (ENARSON et al. 2009), sendo as mesmas, frequentemente, relegadas à posição de vítimas mais vulneráveis dos desastres ambientais. Neste caso, elas revelaram-se agentes eficazes em relação às questões de mitigação e estratégias de pós desastre, muitas delas baseadas em suas habilidades e conhecimentos indígenas. Elas criaram Comitês locais para cooperar com a pouca ajuda governamental local, principalmente no controle de infraestrutura sanitária, na oferta de água potável e no monitoramento financeiro das doações recebidas.

A reconstrução pós-desastre pode ser vista como uma oportunidade de canalizar os investimentos para o melhoramento do padrão de moradia dos menos favorecidos da comunidade, dando oportunidade a este mais marginalizado socialmente à participação, estabelecendo um canal de comunicação entre os comitês locais e o governo, inclusive para o controle da contabilidade, evitando desvios de dinheiro e corrupção (YUMARNI et al., 2014/ traduzido pela autora da tese da língua inglesa para a língua portuguesa).

Como podemos observar, os exemplos acima citados demonstram que estratégias de planejamento que incorporem as demandas sociais de cada grupo trabalhado vêm sendo pouco consideradas na área de desastres não somente no Brasil, mas em outros países do mundo. Como mencionado anteriormente, países diferentes com desafios semelhantes: aspectos sociais, psicológicos e culturais são pouco reconhecidos na prática pelos responsáveis pelo gerenciamento ou mitigação dos mesmos. Isto demonstra o quanto precisamos ainda avançar nas pesquisas e trabalhos em campo, para minimizar os impactos adversos que sofrem mais intensamente os grupos de população em situação vulnerável. De qualquer forma, os dois exemplos acima servem para ratificar que a população pode e deve participar dos processos a que está vivenciando em seus territórios e, ainda mais, quando eles são desconstruídos de forma tão abrupta e impactante.

Iniciativas governamentais e de instituições de fomento, juntamente com a criação de políticas públicas em suporte às iniciativas conduzidas em comunidades são de extrema importância para a habilidade de uma comunidade vivenciar e recuperar-se de quedas econômicas, sociais e psicológicas (MATTHEWS, 2007). Grande parte dos entrevistados participantes de nossa pesquisa de campo mencionou sobre “os sujeitos invisíveis da área de risco no Brasil” e a ausência de políticas públicas de moradia e sociais para os sujeitos desabrigados e desalojados envolvidos em desastre ambiental. O item seguinte considera pontos importantes do relato dos profissionais entrevistados no trabalho de campo, em entrelace aos conceitos relacionados ao tema.

7 VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA DOS SUJEITOS: ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS PELOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS

Não há ação educativa ambiental que não seja simultaneamente afetiva, cognitiva, criativa, lúdica, dialógica e política. Na educação ambiental emancipatória, o desenvolvimento humano passa a ser visto e compreendido nas ações e relações e o corpo como a expressão material da dinâmica biológica, genética, psicológica, mental, cultural, social e econômica, em contextos específicos (LOUREIRO, 2005).

Se o contexto social e a história dos sujeitos influenciam o processo de resiliência, de forma semelhante são elementos cruciais para a manifestação de diferentes expressões da vulnerabilidade. Assim, vulnerabilidade e resiliência caracterizam polaridades que perpassam crise e deslocamento, injustiça ambiental e reconhecimento social, desenraizamento e territorialidade, doença e saúde, contração e expansão – desafios materiais e imateriais envolvidos. Possibilitar uma maior visibilidade destas questões contraditórias, mas complementares, pode significar um primeiro movimento de construção de estratégias psicossociais.

Em se tratando das questões psicossociais que envolvem o contexto em foco, consideramos que a relação do conceito de vulnerabilidade com o de resiliência manifesta-se de diferentes formas, em sujeitos de contextos históricos diversos e complexos. O sentimento de confiança de que os obstáculos podem ser superados, identificado em alguns sujeitos envolvidos em momentos de alto estresse emocional e físico, não os torna “invulneráveis”, como vimos no item de Fundamentação Teórica, mas mais próximos de uma possibilidade de “passagem pela tormenta” (CYRULNIK, 2006), sem se “afogarem” nela. Esta habilidade apresenta-se mais premente em alguns sujeitos, o que não necessariamente ratifica que esteja disponível apenas para sujeitos com determinadas características e histórias.

Porém, muitos sujeitos em condição de vulnerabilidade, após um evento extremo e devastador - como no caso dos desastres ambientais - vivem em um mundo com muito pouco ou nenhum apoio emocional, o que as torna ainda mais vulneráveis. Estas pessoas, em muitos casos, são privadas de proteção, de cuidado e de um clima saudável

de pertencimento, tendo sido seu território fragmentado pela perda de familiares, de amigos próximos, de seus lares e dos vínculos construídos pelo tempo. Seu estado de saúde e equilíbrio apresenta-se comprometido por uma resposta de imobilização⁵¹ - (isolando-se do contato social, deprimindo-se) ou em hiperativação (permanecendo em alerta de forma crônica, apresentando ansiedade e comportamento agressivo). A experiência em campo mostra que, nos contextos de pós-desastre, a interação social apresenta-se reduzida, há desconexão com o próprio corpo e há uma crescente incapacidade de estabelecer contato com o momento presente.

Cada experiência de estresse ou ansiedade, ocorrendo sob forma fisiológica, psicológica, cognitiva, emocional ou interpessoal afeta também o corpo físico. Sabendo-se que o corpo é o livro que contém todas as histórias de nossa experiência de vida, é essencial incluí-lo no processo de cura. A carga química acumulada no corpo após estresse, ansiedade ou trauma procura continuamente uma descarga. (...) As partes emocionais e racionais de nosso cérebro, quando ela não ocorre, traduzem esta carga excessiva em emoções intensas como raiva, vergonha ou sob forma de agressividade, falta de confiança ou pensamentos destrutivos. (BERCELI, 2009/traduzido pela autora)

Pessoas que passam por situações ameaçadoras ou que vivem sob o impacto de estressores extremos são afetadas em múltiplas dimensões: biológica, psicológica, social, geográfica e cultural. Em muitos casos, a comunicação verbal também fica comprometida, já que durante e imediatamente após um evento de alto nível de estresse para o sistema nervoso do sujeito, as funções cognitivas são reduzidas, como um recurso de sobrevivência. Desta forma, algumas abordagens convencionais psicoterapêuticas focadas na fala não são tão eficazes na fase mais aguda pós-evento, já que as questões fisiológicas são priorizadas pelo próprio corpo.

Situações de ameaça à vida ativam nosso instinto de sobrevivência e emergem os processos energéticos profundos, governados em grande parte por mecanismos fisiológicos, ligado às partes primitivas de nosso processamento cerebral, não estando sob nosso controle consciente. Biologicamente são produzidas altas doses de adrenalina,

⁵¹ É importante ressaltar que os processos de imobilidade e hiperativação não são apenas disparados por situações inesperadas de choque extremo, como nas situações discutidas nesta tese. Muitas vezes, as respostas de imobilidade ou hiperativação apresentam-se a partir de outros tipos de impacto, por vezes emocionais em consequência de uma infância marcada pela negligência, por exemplo.

cortisol, entre outras substâncias, e os músculos apresentam-se tensionados, preparando o animal humano para a resposta de luta ou fuga. De acordo com Peter Levine (1999), estes são nossos mecanismos primitivos de sobrevivência sendo acionados e psicoemocionalmente este estado de tensão é vivido como ansiedade, medo (fuga) e/ou raiva (ataque) ou, em última instância, como congelamento e *dissociação*. A citação abaixo traz uma definição bem clara da questão da dissociação e a desconexão do sujeito com o momento presente:

Pessoas desligadas (desconectadas) e dissociadas não estão “dentro do corpo”, e são quase incapazes de estabelecer contato aqui e agora verdadeiro, por mais que tentem. Apenas quando conseguem pela primeira vez acionar seus sistemas de ativação (o bastante para arrancá-las da imobilidade e da dissociação), e depois descarregar essa ativação, é que se torna fisiologicamente possível estabelecer contato e receber apoio. Felizmente, existe uma maneira de escapar da dominação que o sistema de imobilização exerce sobre os outros dois sistemas, que são menos primitivos – algo que os terapeutas precisam aprender a exercitar (LEVINE, 2012, 111).

Muito embora, ainda tenhamos carência de pesquisas que investiguem de que forma a resiliência é acessada por alguns de forma mais imediata do que por outros sujeitos - em situações fortemente traumáticas, como após desastres ambientais – o trabalho psicossocial com os envolvidos é essencial para o reconhecimento e ampliação da mesma. As ações locais bem sucedidas dos profissionais entrevistados nesta tese incluíram não somente as estratégias escolhidas pelos mesmos para o trabalho com questões psicoemocionais - que envolvem eventos extremos e traumas de choque – mas, um foco nos aspectos dinâmicos e relacionais, que envolvem as demandas sociais, culturais, políticas e ambientais locais. Desta forma, acolher e ouvir os sujeitos afetados pelos desastres, suas necessidades e temores, seus conhecimentos acumulados pelos eventos anteriores, foram citados como elementos básicos e fundamentais para o sucesso das diferentes abordagens escolhidas pelos entrevistados⁵².

⁵² É importante lembrar que os trabalhos realizados em campo pelos profissionais entrevistados foram, em sua totalidade, voluntários e independentes, realizados a partir de pequenos ou grandes grupos. Neste capítulo, o conteúdo das entrevistas da tese será mais diretamente relatado, buscando uma maior visibilidade de suas perspectivas e dimensão empírica de suas ações.

Este é o diferencial de uma capacitação de qualidade para um trabalho multiprofissional e interdisciplinar com sujeitos em situação de desastres ambientais.

Por outro lado, a ausência de suporte econômico, social e psicológico, após os desastres ambientais - no estado do Rio de Janeiro e na maior parte dos estados brasileiros – e, ainda, a enorme lacuna em relação a trabalhos de preparação para as situações de desastres dos moradores em situação de desastres ambientais, torna o trabalho destes profissionais um grande desafio, revelando, também, o quanto é fundamental que acessem sua própria resiliência para que o trabalho aconteça, apesar de todos os entraves. Desta forma, a presença ou ausência de recursos tanto complexos e imateriais, quanto materiais e de sobrevivência para os desabrigados e desalojados, ainda apresenta-se como um fator determinante do número limitado de ações comunitárias em trabalhos socioambientais ou psicossociais no pós-desastre no Brasil.

“Era a primeira vez que nós psicólogos estávamos lidando com esta situação. Como trabalhar com isso? Porque a gente tem toda uma formação muito de consultório, muito de hospital, onde de alguma forma vc tem recurso para trabalhar. Fomos desafiados a trabalhar em locais sem recurso algum, a não ser o nosso conhecimento!”
(Entrevistado E6)

Além disso, quando estas ações são realizadas em condições precárias de trabalho e sem o suporte adequado de preparação psicossocial do próprio profissional envolvido - desconsiderando-se as especificidades e impacto emocional gerado por esta categoria de trabalho – muitas vezes, o mesmo também experimenta sentimentos de impotência e sintomas que podem caracterizar estresse traumático. Ainda que assistentes sociais, agentes de saúde, cuidadores, voluntários e equipes de emergência possam acreditar estar imunes às respostas traumáticas típicas dos sujeitos que vivenciaram mais diretamente o momento do desastre e todo sofrimento associado, sua vulnerabilidade pode também estar envolvida.

7.1 VULNERABILIDADE PROFISSIONAL

Testemunhar qualquer tipo de massacre humano, em especial quando isso acontece cotidianamente, tem seu próprio preço, e com frequência é tão traumático quanto experienciar o acontecimento em primeira mão (LEVINE, 1999).

Mesmo não tendo presenciado o evento diretamente, o fato do profissional ter ouvido as histórias relatadas inúmeras vezes, seja durante os atendimentos aos afetados - seja através das inúmeras e incessantes reportagens da mídia televisiva ou através dos jornais, das revistas logo após o desastre - pode resultar no chamado *trauma vicariante*⁵³ ou *estresse traumático secundário* (SEXTON, 1999). Brides (2007) realizou um estudo de sintomas de estresse traumático secundário com 282 assistentes sociais registrou que 25% deles relataram os seguintes sintomas ocasionais ou de forma crônica: pensamentos intrusivos em relação aos atendidos; evitação aos atendimentos; redução do nível de atividade; irritabilidade; dificuldade de concentração; entorpecimento emocional; percepção reduzida de vida futura.

De acordo com Passos (2013, p 41), as equipes de emergência, assumindo missões de importância significativa são responsáveis pelo enfrentamento de operações especiais. Assumindo cumprir suas tarefas com ação precisa e no menor intervalo de tempo possível estão sujeitos a altos níveis de vulnerabilidade psíquica. O mesmo estudo sugere indicadores psicológicos na etapa de prevenção, como: tolerância ao estresse; manejo de impulsividade e capacidade de adaptação como possibilidades de referências, na composição do perfil e identificação do grau de risco dos profissionais que atuam em equipes de emergência. E, ainda, como medida de proteção psicológica pós-emergência às equipes de profissionais envolvidos, atendimento imediato ao impacto emocional, através de acompanhamento sistematizado dos grupos (FERNANDES; PASSOS, 2008).

Os relatos de nossa pesquisa de campo ratificam a necessidade do estabelecimento de políticas que garantam - não somente aos sujeitos diretamente afetados pelos impactos

⁵³ O termo *trauma vicariante* significa traumatização por observação ou por tomada de conhecimento sobre o trauma do outro, passando também a vivenciá-lo. Apesar da referência do termo aos profissionais envolvidos é importante ressaltar que as mesmas condições se aplicam a todos que lidem com a dor e o sofrimento do outro.

de desastres ambientais no Brasil, mas ainda aos profissionais envolvidos nos cuidados antes, durante e pós-desastre - programas para uma maior sistematização das estratégias psicossociais, com equipe especializada ou capacitada, para um trabalho focado nos possíveis impactos *biopsicossociais*⁵⁴ deste tipo específico de evento.

“Antes do trabalho, perguntamos ao nosso grupo de voluntários para o trabalho do Morro do Bumba: como você se sentiu ao ver a catástrofe na TV e nos noticiários? Percebemos que alguns profissionais voluntários necessitavam de suporte para realizarem os atendimentos, já que alguns passavam pela primeira vez por atendimento desta magnitude, em local improvisado, no momento imediatamente após a catástrofe. Outros encontravam-se bastante mobilizados pelas imagens! Nosso foco foi alcançado por uma coordenação experiente na vivência deste tipo de situação, com protocolo realizado em outro país e adaptado, na urgência para nossa realidade”. (Entrevistado E5)

A maior parte dos entrevistados nesta tese relatou esgotamento físico e emocional de parte dos profissionais envolvidos durante e após os desastres ocorridos. Ressaltaram que terapeutas, agentes de saúde, assistentes sociais, voluntários, entre outros profissionais, também podem se sentir impotentes e desamparados, incapazes de dar continuidade aos trabalhos. Portanto, é fundamental que os mesmos trabalhem continuamente seu enraizamento, restabelecendo seu território no respeito de seus limites e na responsabilidade em cuidar de si próprios. A sugestão é que a restauração aconteça de forma gradativa, gentil e com foco na autorregulação. Embora estas experiências traumáticas citadas possam afetar nossa capacidade de resposta em situações futuras, os envolvidos podem ser orientados no sentido de ajudar seu enfrentamento.

⁵⁴ O paradigma biopsicossocial (ou da produção social de saúde) proporciona uma visão integral do ser e do adoecer, que compreende as dimensões física, psicológica e social. Sugere que o profissional, além do aprendizado e evolução das habilidades técnico-instrumentais, considere ainda as capacidades relacionais, que permitam o estabelecimento de um vínculo adequado e uma comunicação efetiva. Esta perspectiva traz transformações no conceito de saúde, na compreensão sobre o processo saúde-doença, na organização do sistema brasileiro de saúde pública e nas práticas profissionais em saúde. De acordo com Belloch e Olabarria (1993), saúde e doença são condições que estão em equilíbrio dinâmico, co-determinadas por variáveis biológicas, psicológicas e sociais, todas em constante interação. Pressupõe ações integradas e interdisciplinares, com equipe de saúde composta por profissionais das três áreas técnicas envolvidas e elaboração de propostas no sentido de resgatar a participação ativa dos profissionais e dos sujeitos na produção de saúde (MOTTA et al., 2001).

A falta de sistematização para o trabalho com foco no emocional, em princípio dos profissionais envolvidos denota, também, a lacuna de metodologia de trabalho comunitário socioambiental e psicossocial que possa dar suporte ao trabalho técnico e estrutural realizado (Entrevistado E1). Questões políticas impedem a chegada de auxílio socioeconômico e psicossocial, não somente pelo despreparo da maior parte das prefeituras locais em lidarem com grandes tragédias, mas também pela burocracia e questões de corrupção, envolvendo o repasse das verbas recebidas para trabalhos com os sujeitos envolvidos. Sem apoio da política local para um trabalho psicossocial de base, nas várias etapas de preparação que envolvem os desastres, muitos profissionais voluntários utilizam seus próprios recursos financeiros para viabilizar o auxílio terapêutico aos envolvidos.

“Na região serrana do Rio de Janeiro, bombeiros que eram moradores locais, salvavam seus vizinhos, enquanto perdiam suas famílias (...) para muitos deles isso representou uma enorme sobrecarga física e emocional. Além disso, outros profissionais, como médicos, enfermeiras, assistentes sociais, pela própria natureza de seus trabalhos, eles ficam “presos” à ação ininterrupta, “fazer, fazer, fazer”, sem se preocupar em como estão se sentindo diante de tamanha demanda, o que pode acabar aumentando muito sua vulnerabilidade nestas situações”. (Entrevistado E5)

É possível que os próprios terapeutas e psicólogos voluntários entrem em dissociação por: (1) excesso de trabalho, com a grande quantidade de vítimas abaladas, com relatos semelhantes; (2) falta de treinamento específico para situações de alto impacto e com grande quantidade de vítimas; (3) forte desarticulação social, com sujeitos desabrigados e desalojados; (4) falha na preservação de seu próprio território e enraizamento – autocuidado; (5) trauma vicariante, que leva à fadiga por compaixão, entre outros.

A fadiga por compaixão⁵⁵ entrelaça aspectos de duas dimensões distintas, uma biológica (animal) e outra simbólica (cognitiva), os quais se traduzem em fadiga associada à satisfação por compaixão. Assim, a fadiga por compaixão é caracterizada por fadiga física e emocional resultante da compaixão que os profissionais de socorro vivenciam

⁵⁵ É importante ressaltar que não é intenção da presente tese aprofundar ou analisar a temática diretamente relacionada à Área de Saúde Mental ou Psicologia, já que foge ao escopo da pesquisa proposta. Por outro lado, acreditamos ser importante citarmos aspectos essenciais relativos à saúde psicológica dos profissionais envolvidos, já que foram citados de forma recorrente nos relatos durante as entrevistas realizadas em nosso trabalho de campo.

em seu trabalho com pessoas que estão em sofrimento físico e/ou mental. Em decorrência disso, começam a apresentar respostas somáticas e/ou defensivas em relação ao seu trabalho:

O problema é que não há uma maneira saudável de se evitar que o profissional seja, de alguma forma, contagiado pela dor daqueles que ele atende, uma vez que é consensual o fato de que se criar uma “blindagem emocional” também compromete o bom atendimento. Por essa razão os estudiosos são unânimes em aceitar que o Estresse por Compaixão, que pode causar a Fadiga por Compaixão, é uma consequência comportamental e emocional natural da tomada de conhecimento acerca do sofrimento alheio. (...) Toda essa mobilização que esse estado de tensão gera pode desgastar aqueles que estão submetidos a ela constantemente.(...) Mostra que na verdade, o que ocorre é que, na maioria dos casos, esses profissionais acabam desenvolvendo estratégias mais ou menos saudáveis para lidar com o custo do socorrer (LAGO & CODO, 2010).

A capacitação técnica dos profissionais envolvidos não necessariamente os capacita a lidar com a complexidade simbólica, que envolve o sofrimento e a morte em nossa cultura. No entanto, é importante frisar que muitos dos fatores relacionados à *Fadiga por Compaixão* estão relacionados, ainda, a uma identificação destes profissionais com a questão trazida pelo sobrevivente, que muitas vezes o remete a uma lembrança emocional, mas também fisiológica, de uma cena vivida em sua própria história, que faz ressonância com a daquele que está sendo atendido.

Vale ressaltar, que a questão da ressonância refere-se também à qualidade de presença no contato terapeuta-cliente, importantíssima para os trabalhos de campo aqui abordados nesta tese. Desta forma, se considerarmos a contratransferência⁵⁶ do profissional em relação ao cliente, como um instrumento intrínseco do processo terapêutico em referência, o contato torna-se menos neutro e mais participante. Neste campo ressonante, os sentimentos evocados no terapeuta são tomados como material

⁵⁶ Há uma complexidade de formulações conceituais em relação ao termo, que foge muito ao escopo desta tese, já que os conceitos teóricos referente às estratégias psicossociais aqui discutidos não focam na perspectiva analítica da psicologia. Porém, acreditamos que a citação possa ser relevante na consideração das identificações possíveis no atendimento aos sujeitos em situação de desastres ambientais. Para Herman (1992, in Somer et al. 2004) a contratransferência é parte do processo terapêutico, como um sinal de acolhimento afetivo e empático, porém tratando-se de sujeitos em recuperação de traumas, o profissional pode passar a demonstrar uma série de reações negativas, como identificar-se com a situação de vulnerabilidade e desamparo (transferência traumática em situações extremas).

relevante para o seu próprio auto-cuidado, além de possibilitar a comunicação inconsciente (OLIVEIRA, 2013).

E, em se tratando das abordagens citadas pelos entrevistados, seria o caso de fazer uso das ferramentas de trabalho desenvolvidas com foco nos aspectos fisiológicos provocados no corpo. Em outras palavras: as estratégias utilizadas no trabalho terapêutico com os sujeitos diretamente envolvidos na situação, também podem ser utilizadas (no caso de sua identificação com a situação traumática que se apresenta) pelos profissionais de saúde, assistentes sociais, educadores e voluntários envolvidos, com vistas a seu auto-cuidado, estabilização e autorregulação. Isto pode reduzir a possibilidade de esgotamento físico e mental⁵⁷, assim como a saída precoce do campo pelos participantes das equipes de trabalho. Considera-se este um exercício fundamental para que o profissional possa fazer uso de sua “máscara de oxigênio”⁵⁸ (auto-cuidado) para que possa, então, deslocar para um cuidado de qualidade com o outro.

Assim, no momento agudo de situações estressantes, as estratégias trabalhadas podem auxiliar na diferenciação profissional-cliente, proporcionando um maior contato do profissional com seu próprio território, seu próprio estado de tensão e contração perante o contexto que se apresenta, a fim de evitar uma confusão maior entre suas emoções e tensões físicas e as provenientes do campo de quem está sendo atendido. A ressonância com quem é assistido significa ir além de um simples compartilhamento afetivo e implica que o profissional não se perca numa história que pode ser semelhante, mas que efetivamente não é a sua. Ressoar com o outro, mas sem se impor deveres e ações impossíveis de serem cumpridas, diante também de sua impotência perante situações altamente drásticas. É, ainda, o estabelecimento dos limites em relação ao contexto e a história do outro, com vistas à ampliação da resiliência de ambos.

⁵⁷ A síndrome de *burn out* é definida por Herbert J. Freudenberger como um distúrbio psíquico, de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso, cuja causa está intimamente ligada ao trabalho profissional.

⁵⁸ Termo já bastante utilizado durante os cursos sobre suporte psicossocial para os sobreviventes de tragédias, especialmente mencionado durante o curso de *Trauma First Aide* (primeiros socorros para situações de trauma de choque), lembramos da recomendação dos comissários de bordo no avião: -‘Em caso de emergência, use primeiro a máscara de oxigênio em você e só depois coloque a máscara no seu filho’. A única forma de auxiliar ao outro é antes cuidar de si próprio, como estratégia de sobrevivência para os dois.

Conhecer o contexto e aprender com a história dos sujeitos de determinada comunidade, com a experiência de seus eventos traumáticos anteriores, pode abrir uma possibilidade de reconhecimento da resiliência e de meios para que os sujeitos possam reencontrar sua esperança e a confiança em sua própria capacidade em situações extremas. Em muitos casos, o aprendizado destas histórias não passa necessariamente pelas narrativas dos momentos dramáticos vividos, mas por um olhar diferenciado do profissional, disponível com uma qualidade de presença e acolhimento. O vínculo entre profissional e comunidade vai sendo construído, a partir de sua presença e disponibilidade para observar e aprender com aquele contexto que se apresenta.

7.2 PONTO ZERO: APRENDER COM O CONTEXTO

“Vocês são de ONG? Vão embora, não queremos vocês aqui! Vocês só querem dinheiro!” (Entrevistado E5, citando fala de um dos atendidos)

“Se você está aqui para dizer que somos frágeis e traumatizados, vá embora!! Se você vem aqui para nos ensinar a sermos dependentes de um especialista, vá embora!! Muitas pessoas já fazem isso e vão logo embora... Você só é bem-vindo se nos ensinar a tomar conta de nós mesmos!! (...) Eu não estou traumatizado!! As pessoas ficam repetindo: -‘Olha lá...aqueles são os traumatizados’!!” (Entrevistado E7, citando fala de liderança local)

O ponto de partida para o trabalho de campo no pós-desastre, que chamamos de *ponto zero*, deveria concentrar-se em *conhecer o contexto* e *aprender* com a experiência dos envolvidos, mais que *ensinar* normas e condutas. Eles mais do que ninguém estão vivenciando uma situação de alto impacto, como no caso dos desastres ambientais, profundamente envolvidos e, em grande parte, com um enorme sentimento de impotência. Em muitos casos, eles encontram-se em contextos de múltiplas repetições de desastres, como no caso de Teresópolis, de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, nas inúmeras inundações e deslizamentos de terra de sua história. Habitados, ainda, ao grande movimento de entrada e saída de pessoas no momento da emergência e ao descaso de ações psicossociais de recuperação ou mitigação dos riscos de novos desastres futuros – sem contar com o contexto de alta vulnerabilidade dos abrigos.

Assim, há grande resistência dos sujeitos em situação de desastre a trabalhos envolvendo ONGs, universidades, etc.. A justificativa é que a maior parte deles chega no momento da emergência ou logo após, realizando algum tipo de pesquisa ou trabalho de interesse da própria instituição, sem considerar uma escuta prévia de suas necessidades. Acontecia que os trabalhos oferecidos eram de curta duração e descontextualizados, o que não os auxiliava na busca de sua autonomia para reestruturação de seus territórios físicos ou simbólicos. E a finalização dos mesmos, nestes casos, não incluía um fechamento de qualidade com o grupo trabalhado, com um mínimo de retorno sobre o trabalho realizado.

Com o passar do tempo e o abandono da assistência imediata que tinham acesso durante a emergência maior (incluindo Defesa Civil, bombeiros, médicos, etc...), os sujeitos permaneciam, ainda, desabrigados e desalojados de suas histórias, desconectados de sua vida cotidiana anterior. O contexto encontrado, inicialmente, pelos profissionais em relação à população local atingida incluiu: (1) perda de apetite; (2) insônia e pesadelos de repetição; (3) pensamentos intrusivos; (4) impotência, reforçada pela repetição constante em noticiário da tragédia e “invasão” constante da imprensa em relação à privacidade das famílias (alguns ofereciam dinheiro pelo “furo de reportagem”); (5) perda do referencial de sua história (fotos, documentos, objetos de família, etc); (6) lembranças de eventos dramáticos anteriores; (7) Culpa por ter sobrevivido e uma flutuação de pessoas deprimidas e outras bastante agressivas, especialmente com as crianças; (8) sintomas fisiológicas em evidência, por ainda estarem, em grande maioria, em estado de alerta interno e externo; (9) quebra de conexão com o divino e descrédito na vida, sem esperança na possibilidade de futuro melhor (nos casos mais extremos); (10) alguns apresentam sintomas de síndrome do pânico e dores flutuantes em diferentes partes do corpo (11) um número grande dos profissionais necessitando de uma estabilização mínima, pelo acúmulo de carga retida no corpo diante de situações de trauma de choque e pela falta de experiência com este tipo de evento extremo.

Como vimos, o contexto encontrado pelos profissionais em relação à população local variou desde sintomas físicos após evento traumático, até repercussões simbólicas e afetivas da quebra de vínculo com a terra e raízes.

As questões sensoriais e fisiológicas da natureza humana, na maior parte das vezes imperceptíveis no dia-a-dia regular, passam ao primeiro plano no corpo. E nem sempre a equipe médica encontra sentido para uma série de sintomas que se apresentam, em momento onde toda a estrutura somática ainda está em alerta de perigo iminente. A perda de suas referências é um fator que eleva ainda mais o nível de vulnerabilidade dos envolvidos.

“Muitas pessoas apresentam uma baixa auto-estima e uma necessidade de resgatar um pouco da identidade, que se encontra perdida mediante tanto sofrimento!” (Entrevistado E3)

“A identidade está intimamente ligada à cultura. Quem ‘eu sou’ passa também pela roupa que eu visto, a comida que eu como, as músicas e danças que conheço, as festas, rituais, tradições e valores da comunidade. A perda dessas referências prejudica a auto-estima e produz um sentimento de inadequação e fragilidade” (Entrevistado E7).

De acordo com Barreto (2008), a cultura é um código, um elemento fundamental de referência para a identidade pessoal e grupal de uma comunidade, devendo o terapeuta estar disponível para sua tradução. A busca pelo fortalecimento e autonomia da população envolvida implica respeito e compreensão mínima dos valores e tradições dos membros da comunidade em situação de desastre, já que o estresse agudo é vivenciado de forma coletiva nestes casos. Desta forma, torna-se de extrema importância o compartilhamento das perspectivas culturais e dos hábitos locais com os membros da equipe de profissionais, com vistas a uma maior sensibilidade aos costumes locais. Isto viabiliza o reconhecimento de estratégias e recursos já de conhecimento da vizinhança em momentos de crise anteriores. Estes recursos fazem parte do repertório de cada família envolvida, representando a base da resiliência comunitária.

“O ‘corpo comunitário’, da mesma forma que um indivíduo, apresenta sintomas devido a uma história sofrida que gerou medo, violência, desagregação, fragmentação. Por isso, é importante considerar a comunidade, também, como um cliente a ser atendido. Nosso desafio é adquirir a compreensão de seus valores e as ferramentas técnicas necessárias para atuar como terapeutas, em contextos de exclusão e precariedade de recursos.” (Entrevistado E7)

Uma intervenção precoce, contextualizada e relativamente breve, que minimize os efeitos traumáticos dos sobreviventes pode representar um alívio importante para as situações de desastres ambientais. Quando os sujeitos são reconhecidos, sentem-se mais seguros e conseguem manter diálogos construtivos e vinculação mais saudável com a equipe de profissionais. Porém, é importante lembrar que intervenções psicossociais, após eventos extremos, são tarefas complexas e devem incluir abordagens específicas para esta situação, buscando a integração dos aspectos sociais, emocionais e neurofisiológicos. É necessário que corpo e mente sejam abordados de forma integrada, com vistas a restaurar o funcionamento autorregulatório, que foi desregulado durante o processo. Os cuidados precoces são importantes para que os sintomas traumáticos possam ser reduzidos logo após o desastre, a família esteja mais estabilizada e o sujeito com mais autonomia.

O foco do tratamento está em destravar as memórias de estresse somatizadas e os impulsos de movimentos que permaneceram incompletos no corpo, restaurando o equilíbrio do sistema nervoso (LEVINE, 2005).

Desta forma, o trabalho realizado pelos entrevistados desta tese envolveu em campo: reconhecimento inicial do contexto do grupo, com vistas a oferecer auxílio psicossocial, que resultasse numa maior estabilização⁵⁹ e orientação espacial, possibilitando potencialização da resiliência dos sujeitos nos estágios precoces do pós-desastre, evitando que fixarem na impotência, diante da dura realidade. Estas estratégias de trabalho são indicadas para situações de trauma de choque ou alto nível de estresse, em especial, podendo ser associadas a trabalhos psicoterapêuticos de médio e longo prazos ou sendo realizadas de forma complementar às psicoterapias convencionais. Por outro lado, estas premissas representam desafios para os profissionais habituados ao trabalho em ambiente controlado (consultório, salas com cadeiras, etc..), já que na maior parte das situações de desastres ambientais, os ambientes são coletivos e não individual, onde não é possível esta organização estrutural e o atendimento direciona-se a um maior número de pessoas em menor espaço de tempo.

⁵⁹ Estabilização, como estratégia de intervenção integrativa, implica ações que visam a restabelecer a qualidade de orientação no tempo e espaço presentes e a capacidade de engajamento social dos sujeitos em situação de estresse ou trauma.

“Nosso desafio é romper um paradigma e nos disponibilizar a estas pessoas. Construimos protocolos adaptados para o cuidado terapêutico, já que usualmente nós psicólogos trabalhamos em um ambiente controlado, em consultórios(...). Como trabalhar em locais sem recurso algum? (...) A flexibilidade do profissional era atender no chão, na praça, no refeitório da escola, etc., a maior parte em grupo, sendo que alguns precisavam de atendimento individual eventual”. (Entrevistado E6)

“Quando consideramos o contexto de desastres, repleto de imprevistos, incertezas e situações emergenciais frequentes, muitas vezes precisamos flexibilizar nossas concepções e protocolos convencionais de Psicólogos e estabelecer uma metodologia de trabalho mais flexível, que se adapte ao contexto da comunidade trabalhada e não o contrário(...) Precisamos romper com os modelos geradores de dependência, que exigem sempre a presença do especialista, ‘dono do saber’, que traz soluções prontas para a população” (Entrevistado E7).

Isto é, sugere-se que os trabalhos desenvolvidos possibilitem aos sujeitos desalojados e desabrigados uma forma mais autônoma de dar continuidade ao seu processo de recuperação emocional e fisiológica, ainda que sejam realizados de forma bastante restrita (pelo número pequeno, ainda, de profissionais voluntários envolvidos numa perspectiva psicossocial). Não dependem da presença de um especialista continuamente na comunidade e podem ser utilizadas pela própria população em casos extremos, sob supervisão e capacitação de profissionais especializados em suas abordagens específicas, tanto na fase precoce do desastre, quanto no momento de sua recuperação.

O trabalho psicossocial também funciona como *prevenção* ao transtorno de estresse pós-traumático (TEPT)⁶⁰, focando no processamento sensorio-motor dos sujeitos, como ponto de partida e somente em segundo lugar o processamento verbal e emocional.

⁶⁰ De acordo com Rachel Yehuda (1995, pp. 1712), “a contribuição do Transtorno de Estresse Pós-Traumático –TEPT- para a psiquiatria é que ele fornece um referencial para estudo dos efeitos do estresse e do trauma. De uma perspectiva política, o TEPT é um conceito que ajudou muito o reconhecimento dos direitos e necessidades das vítimas que tinham sido estigmatizadas, pouco compreendidas, ou ignoradas pelo campo da saúde mental”. Porém, ainda que as pesquisas revelem que menos de 10% da população afetada por desastres ambientais desenvolvem TEPT, as marcas de vulnerabilidade deixadas pelo trauma em níveis subjetivos e comunitário, não enquadrados como TEPT, devem ser trabalhadas, a partir das estratégias psicossociais de trabalho com esta população;

De acordo com as práticas integrativas utilizadas pelos entrevistados da presente tese⁶¹, para atendimento de sujeitos sob impacto de estressores extremos, as respostas humanas às ameaças são primeiramente instintivas e biológicas e, apenas em segundo lugar, cognitivas e psicológicas.

“Ouvir o corpo e respeitar o que ele necessita. Este é o nosso maior aprendizado nestas comunidades!” (Entrevistado E3)

“Se você tenta vender um curso de natação para um cara que está afogado, embaixo d’água, no sufoco...ele não vai ouvir nada!! As pessoas querem fazer um trabalho de grupo que chegue aos resultados esperados por X, Y, Z, mas sem aprofundar no corporal. Então, se torna um objetivo mecânico, mas você não tira o cara que está afundando de dentro d’água, percebe? (...) Precisamos aprender a deixar que as técnicas sejam utilizadas como recurso, respeitando um contexto maior e específico. As técnicas não são objetivo final: elas auxiliam na ampliação da escuta terapêutica, que favorece a materialização daquelas emoções contidas no corpo daquele sujeito ou daquele grupo. Uma coisa tem que atravessar a outra”. (Entrevistado E2)

Um ponto importante considerado pelos entrevistados diz respeito ao acesso aos moradores afetados por desastres. Muitas vezes, em fases posteriores à emergência maior, as equipes de trabalho têm acesso limitado aos sujeitos, já que muitos são realocados:

“Alguns mudam, quando não perdem o emprego! Outros se isolam, na tentativa de juntar os pedaços espalhados de sua história...Alguns nem iniciam o atendimento. Outros interrompem o trabalho, ficando difícil sua localização”. (Entrevistado E3)

A participação de lideranças e multiplicadores, selecionados dentro das comunidades locais auxilia na localização dos moradores mais necessitados de auxílio terapêutico, sendo, ainda, essencial sua capacitação para o auxílio de um número cada vez maior de

⁶¹O tratamento, nestes casos em específico, foca na identificação de padrões psicofisiológicos, subjacentes a uma grande variedade de respostas traumáticas. O que se apresenta como um sintoma físico pode ser uma resposta traumática, que pode ser aliviada pelo processamento sensorio-motor e não necessariamente por uma resposta verbal, em forma de narrativa sobre o ocorrido.

pessoas envolvidas nos eventos de repetição, ocorridos no período das grandes chuvas nas cidades envolvidas em inundações ou deslizamentos de terra.

7.3 LIDERANÇAS LOCAIS

A recuperação da dissociação, a libertação dos sintomas físicos e psicológicos debilitantes e paralisantes - que o medo e a imobilidade criam neste tipo de situação – dependerá, não apenas das estratégias de resolução propostas pelos profissionais, mas ainda da qualidade da atuação das lideranças existentes nestas áreas. Isto é, se a comunidade já possui lideranças significativas e participantes – como membros de associação de moradores, líderes comunitários, entre outros – o deslocamento das etapas iniciais de emergência para etapas posteriores de recuperação é facilitado. E este deslocamento já caracteriza o estabelecimento de estratégias psicossociais preventivas para os próximos períodos de chuvas fortes, inundações e deslizamentos de terra.

“A organização interna do grupo, através das lideranças, funciona como verdadeira alavanca para o processo de estabilização e reorganização da comunidade local. Isto já caracteriza uma prevenção, já que colapso e recuperação estão muito próximos, nestes casos”.
(Entrevistado E2)

Além de antigos moradores e membros da associação de moradores, os quais trabalham ininterruptamente durante todo o processo, em alguns casos, muitas vezes estes líderes também incluem professores, religiosos, médicos locais, assistentes sociais, entre outros⁶². Os líderes comunitários conhecem as relações culturais e de vida cotidiana da população local, sendo sua participação fundamental na construção e acompanhamento de metodologias psicossociais pós-desastre, facilitando, ainda, a reunião dos mais afetados, assim como o acompanhamento e localização das famílias, durante ou após os trabalhos.

⁶² Em alguns casos, os voluntários eram jovens escolhidos pelas Paróquias e instituições religiosas locais, sendo capacitados por uma equipe especializada em trabalhos de primeiros socorros psicossociais, pelo número insuficiente de profissionais psicoterapeutas. De acordo com os entrevistados, em muitos casos pós-desastre, os voluntários eram membros da comunidade, que já haviam sido atendidos e minimamente estabilizados, com características de forte liderança local.

“O líder identifica as pessoas que necessitam de ajuda. E ele conhece as pessoas. Ele sabe que a Joana não veio porque não quis... mas ele sabe que a Joana está dentro do quarto e não quer sair! Então, ele vai ser nosso “guia”, vamos dizer assim. Estas pessoas são importantíssimas no projeto. Porque é muito frequente ter uma pessoa que está muito mal e nem chega perto dos profissionais. Estes líderes que conhecem as relações que se estabelecem ali na comunidade, que nos ajudam a reunir o grupo. É importantíssima esta pessoa!” (Entrevistado, E6)

Há uma maior possibilidade de que os sujeitos sejam vistos e compreendidos a partir de sua complexidade, vulnerabilidade e potencialidades, mesmo quando latentes. Os sentimentos de pertencimento, de presença, de reestabelecimento do território simbólico e de contato com suas raízes, sua vizinhança, seus hábitos diários associam-se à autorregulação, estabilização e reorientação, fortalecendo sua resiliência. O reconhecimento e reorganização destes sentimentos internos servem de força motriz para os deslocamentos externos, direcionados ao contexto social e político relacionado.

É necessário um forte comprometimento para que os participantes (de uma metodologia participativa) sejam considerados participantes efetivos e não apenas meros extras, os quais somente eventualmente são consultados em relação a assuntos de menor importância. Uma postura crítica deve também ser assumida na produção de conhecimento. Não se trata de apenas responder a demandas imediatas, o propósito é construir conhecimento novo, criticando a situação atual e propondo possíveis formas de ação e estratégias. (THIOLLENT, 2011/traduzido pela autora da tese da língua inglesa para a língua portuguesa).

Desta forma, torna-se fundamental que as estratégias psicossociais levem em consideração o histórico e o contexto daquele grupo específico, as necessidades dos sujeitos, das famílias e da cultura que se apresentam. Estratégias participativas da *base para o topo (bottom-up)* – como já mencionado no item anterior – levando-se em consideração a voz dos sujeitos envolvidos, reafirmando o poder que o *reconhecimento*⁶³ e a acolhida de suas referências têm de mudar, ainda, o estado fisiológico interno dos mesmos. Apesar da força primitiva, que é disparada pelo sistema

⁶³ Vide conceito no item Fundamentação Teórica (*Território, Enraizamento e Reconhecimento*) desta tese.

fisiológico humano diante de uma situação crítica extrema vivida, um “olhar” diferenciado, de qualidade e um campo acolhedor na atenção às suas experiências podem constituir elementos diferenciais, para que a vinculação ao trabalho proposto se estabeleça.

“Nossa experiência tem mostrado, que um ambiente seguro e acolhedor ampara o fortalecimento das redes sociais de apoio e vínculo. Serve, também para criar uma atmosfera de reconhecimento e valorização das necessidades dos moradores, em condição de desabrigo. E este ambiente nem sempre é o ‘setting terapêutico’ que conhecemos, mas sim um campo seguro”. (Entrevistado E7)

“Os atendidos que apresentavam uma maior resiliência, eram solicitados a auxiliarem outros moradores, seus vizinhos, repassando o que haviam vivenciado com os terapeutas, nos momentos mais críticos de emergência. Reestabelecendo seu contato interno, podiam acessar de forma mais clara e orientada as situações extremas externas. Desta forma, foram-se formando algumas lideranças, a partir da própria população envolvida no desastre”. (Entrevistado E6)

7.4 ORIENTAÇÃO ESPACIAL/TEMPORAL E ACOLHIMENTO

“Uma proposta de trabalho de ação socioambiental nas comunidades em situação de risco ambiental deveria considerar etapas de restauração de uma organização interna mínima... a liberação de um espaço, também simbólico e concreto, um reconhecimento dos envolvidos e suas necessidades básicas (...)” (Entrevistado E2)

“Não se trata, somente, de uma resposta imediata a estas demandas...ou “educar” o sujeito a agir de forma ecologicamente correta, não jogar latinhas no chão, reciclar seu lixo, etc...mas, trata-se de construir novos conhecimentos sobre a situação crítica atual, propondo-se possíveis caminhos estratégicos e de ação” (Entrevistado E1).

Orientação e acolhimento trazem uma conexão simbólica com os conceitos de território e enraizamento, sendo os dois últimos descritos nesta pesquisa, em grande parte, em relação às questões socioambientais coletivas, mas que neste item apresentam-se mais relacionados a questões de ordem subjetiva, de âmbito físico emocional dos sujeitos envolvidos. Quando o território, onde habita o corpo do sujeito, encontra-se em

sensação de segurança e reconhecimento, experimentamos uma sensação de bem-estar e acolhimento interno. Na experiência do trabalho com pessoas que vivenciaram desafios extremos, devastadores, mas que conseguiram recuperar sua autorregulação por vias diversas, observamos uma reestruturação de seu território físico, emocional e mental: a força de resiliência do ser humano é experimentada.

Se o profissional consegue criar uma atmosfera de relativa segurança, amparo e esperança, o corpo, que passou por emoções de sobrevivência (medo, raiva, pavor, etc.) e intensa ativação fisiológica (alteração da pressão arterial e batimentos cardíacos, sudorese, contração muscular, etc) torna-se apto a não permitir que estes estados críticos continuem a se apoderar dele. Seu território interno vai, sutilmente, se reestruturando através da força do “sentir-se acolhido e ouvido”, o que favorece um maior contato com suas necessidades internas e externas, seus recursos, seus limites. Sentindo-se acolhido em sua dor, a qual envolve, muitas vezes, sintomas desestabilizadores do estresse agudo vivenciado (sensações de intenso medo e mobilizações internas, não reconhecidas em seu repertório de experiências de vida, pela gravidade do evento extremo), o sujeito, paulatinamente, sente que o momento da crise maior está passando, o que favorece seu contato com o “aqui e agora”.

“Um dos objetivos do trabalho específico em emergências é o acolhimento da dor. É comum ouvirmos: ‘será que estou ficando maluco? Perdi as estribeiras... perdi a memória’. Nestes momentos, é importante poder acolher e dizer: ‘isto está acontecendo com você, mas não vai ficar assim! Por mais que isto tudo esteja acontecendo neste momento crítico, você vai se recuperar daqui a pouco!’ Isto traz uma tranquilidade para o campo de trabalho, reconhecendo os sintomas, mas buscando a saída daquela sensação de perigo”.
(Entrevistado E6)

Assim, sugere-se que os primeiros auxílios psicológicos e emocionais aconteçam no sentido de aliviar as manifestações sintomáticas e o sofrimento, reduzindo os sentimentos de anormalidade ou de enfermidade (BRUCK, 2007) pós-desastre. De acordo com Peter Levine (2012), a chave para isto está em “decifrar este reino não verbal”, que se apresenta sob forma de respostas neurofisiológicas no corpo, em

associação às emoções subjacentes. Desta forma, o trauma⁶⁴ não residiria no fato externo em si, nem mesmo na própria dor, mas estaria conectado ao fato de nos aprisionarmos a estas reações primitivas e fisiológicas, relacionadas, ainda, à desorientação e desamparo vivenciados, no momento do choque.

Os efeitos neurofisiológicos vivenciados no evento extremo, em determinado momento, continuam a serem disparados em momentos posteriores, ainda que a situação de ameaça já tenha passado. Assim, para que o organismo volte ao seu estado de autorregulação fatores fisiológicos devem ser relevantes nas estratégias de trabalho psicossocial, juntamente aos psicoemocionais – eles estão inter-relacionados.

Considerando a questão da orientação espacial, em específico, ela acontece a partir de uma sintonia do sujeito com o seu ambiente, gerando um estado de atenção, que pode ser experimentado de diversas maneiras. Ela permite que o mesmo perceba o espaço, mapeando o que acontece, através das vias sensoriais. Quando nos sentimos ameaçados ou apreensivos, primeiramente olhamos para os outros, desejando chamar sua atenção, atrair seu olhar, buscando comunicação (interação social) para garantir segurança coletiva⁶⁵. Porém, quando estes comportamentos sociais não resolvem a situação ameaçadora, um sistema menos desenvolvido é acionado: luta ou fuga. Se, ainda assim, nenhum destes sistemas (interação social ou luta/fuga) resolverem a situação ou se a morte parece iminente, um último recurso corporal é acionado: um sistema mais primitivo, que governa a imobilidade, o desligamento e a dissociação. O trauma materializa-se, tornando as percepções distorcidas, acarretando desorientação tanto de espaço (orientação espacial) quanto de tempo (orientação temporal).

Quando a experiência potencialmente traumática acontece rápido demais – como no caso de inundações e deslizamentos de terra, entre outros - a configuração do trauma fica mais evidente. A experiência que acontece de forma lenta e constante – como no caso das secas, dos abusos sexuais, etc..) é muito mais difícil de ser detectada como um

⁶⁴ Cabe ressaltar que a maioria de nós passou ou ainda irá passar por eventos potencialmente traumáticos, nem sempre relacionados a eventos extremos, como no caso dos desastres aqui tratados. Porém, eventos estressores em si não levam, obrigatoriamente, a manifestações de traumas psicológicos. Experiências intensas e devastadoras podem disparar efeitos variáveis, a depender da maneira como as pessoas processam a situação estressora, o que é determinante para que o trauma seja configurado ou não.

⁶⁵ Denominados comportamentos de apego. É a defesa possível para as crianças pequenas, quando ainda não podem lutar ou fugir. Porém, é também uma estratégia de sobrevivência dos mamíferos e primatas contra predadores (PORGES, 2001).

trauma, provocando um estado de confusão no sujeito, o que dificulta, por vezes, o diagnóstico. Em ambos os casos, o tempo passa, mas a percepção do sujeito concentra-se no passado, orientando-se, ainda, pela sensação de perigo da situação traumática vivenciada. Ele fixa sua orientação temporal no tempo passado – no pré-evento ou no choque – vivenciando, sensorialmente e emocionalmente, a memória traumática, tendo dificuldade do deslocamento para o tempo presente. Isto acontece por uma necessidade neurofisiológica de completar o ciclo que foi interrompido, provocando uma descontinuidade temporal, fixando no tempo do choque ocorrido.

“Viajamos pelo tempo do trauma, no antes e depois, através do tempo presente da experiência sensorial, lentamente, juntando os elos que se soltaram no passado, proporcionando ao sujeito, novamente, seu senso de continuidade da experiência vivida. Precisamos respeitar o tempo do sujeito atendido, para que a ativação autonômica, automática e rápida, seja conscientizada e trazida para completar a resposta motora que foi interrompida no trauma de choque”. (Entrevistada E4)

“As respostas de orientação e defesa incompletas irão variar de acordo com a situação enfrentada. Nosso trabalho é ajudar a completar as respostas de defesa que foram interrompidas. Inicialmente, voltamos para a sensação que se apresentava bem antes do momento crítico, quando tudo ainda estava bem. Este é um momento especial para resgatar a orientação visual e auditiva que se apresentava antes do momento crítico (...). Talvez, no momento da tragédia, ele tenha parado no momento de correr, por exemplo. Ajudamos a completar o movimento de correr interrompido, com a proposição: -‘Observa, agora, o que o seu corpo quer fazer’. Se o cliente diz que ‘sente vontade de correr’, restauramos esta resposta de defesa ativa, lembrando a ele que estamos, agora, num lugar relativamente seguro para que esta experiência, que foi interrompida no momento extremo, se complete (...)”. (Entrevistado E5)

Nos atendimentos aos sujeitos em situação de trauma de choque, como em eventos extremos de desastres ambientais, a perspectiva psicossocial de cuidado busca um olhar diferenciado, que possa restaurar o senso de continuidade relativo à experiência vivida. Assim, trabalhar a orientação espacial do sujeito implica buscar uma alternativa para que o sujeito saia da desorientação e da hipervigilância, provocadas em seu sistema por uma resposta de defesa que não pôde acontecer, no momento do evento traumático.

Tanto a desorientação quanto a hipervigilância tornam o sujeito mais vulnerável a outras experiências traumáticas, já que o mesmo encontra dificuldade de utilizar sua visão focal ou periférica com qualidade (desorientação), revivendo, fisiologicamente, a sensação de perigo constante e ansiedade (hipervigilância). O olhar do sujeito apresenta-se fugidio (“olhar perdido”), desfocado, o que não favorece a interação social. Seu foco permanece na ameaça, ainda que a situação traumática tenha ocorrido há muitos anos atrás.

Desta forma, a desorientação e a hipervigilância diminuem a capacidade do sujeito detectar sinais reais das situações de perigo do espaço e tempo presentes, o que envolve não somente uma desconexão da orientação pela visão, mas com os outros sentidos (visão, audição, tato, paladar, olfato).⁶⁶ E, ainda, o engajamento social acontece, apenas, quando o sujeito se reconhece em uma segurança mínima interna. Isto é, a participação dos sujeitos ou os seus movimentos externos de luta pelos seus direitos, pela sua justiça e reconhecimento estão diretamente relacionados a uma qualidade de sensação de segurança mínima interna, que possibilite a mobilização externa.

Cabe ressaltar que o que chamamos de segurança mínima interna inclui atenção e acolhimento mínimo de suas necessidades. Primeiramente, físicas e de sobrevivência (água, alimento, abrigo, atendimento as suas dores físicas, etc.), para que, na sequência, possam se sentir seguros para compartilharem suas necessidades emocionais nos atendimentos psicossociais. E, voltamos ao Ponto Zero: aprender com o contexto, o que pode acontecer, ainda, a partir de conversas informais iniciais.

“Se a necessidade básica deles é abrigo, sabe o que vai acontecer? Nunca vai te ouvir! (...) Muitas vezes, o que estão precisando naquele momento é uma ajuda física e pronto! O atendimento terapêutico, nestes casos, só funciona uns 20 dias depois ou na fase de recuperação”. (Entrevistado E2)

⁶⁶ Cabe ressaltar que a visão e a audição são dois telereceptores, que garantem ao sujeito a observação do perigo a uma distância considerável da ameaça real, viabilizando maior segurança.

Assim, o restabelecimento da qualidade de orientação espacial do indivíduo envolve atenção às suas necessidades básicas e um trabalho de acolhimento inicial, incluindo abordagens que integrem a atenção essencial aos efeitos fisiológicos, sociais e psicológicos da experiência potencialmente traumática. Bruck (2007), em seus estudos sobre a *Psicologia das Emergências* afirma que escutar com interesse como o sujeito se sente, buscando um momento de acolhimento, na maior parte dos casos, já é uma grande ajuda e pode prevenir problemas futuros. E cita a fala de um dos participantes de sua pesquisa:

“Olha, sinceramente, eu gostaria que tivesse uma pessoa que me olhasse, sabe como é? Queria que fosse da minha família, não dava...mas alguém naquela confusão que me olhasse...tinha gente, mas ninguém me olhava, entende? Eu me senti muito sozinha, porque realmente eu tava sozinha, né.? Tava sozinha naquele momento...não tinha ninguém conhecido”.

Levine (1999) baseou parte de seus estudos sobre a neurofisiologia humana diante de um evento potencialmente traumático. Ele ressalta a importância de uma *testemunha empática*, imediatamente após o momento do choque, para que o sujeito que passa por um estresse agudo, pelo choque vivenciado, não desenvolva o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Desta forma, o trauma estaria relacionado ao que o sujeito retém dentro dele na ausência de uma *testemunha empática*. Não seria uma doença⁶⁷, mas uma experiência humana enraizada nos instintos de sobrevivência: um fato da vida.

Sem a presença de uma testemunha empática, há uma forte tendência que o sujeito não libere as energias bloqueadas, incapacitando-o a se mover de forma plena pelas reações físicas e emocionais da experiência dolorosa. (LEVINE, apud MATÉ, 2012)

⁶⁷ Para Levine (2012), o trauma não se enquadraria em um “problema mental” ou um “distúrbio cerebral”, mas algo que acontece primeiramente no corpo. Os estados mentais associados ao trauma são importantes, mas secundários. Por este motivo, os tratamentos que envolvem apenas a linguagem e o intelecto ou as emoções, sem a devida consideração a estes aspectos corporais primários, não atingem a profundidade necessária.

Muitas vezes, os sujeitos em situação de estresse agudo, não recebem ajuda adequada de profissionais no momento mais crítico. Isto inclui o momento logo após o evento potencialmente traumático, quando não há acolhimento profissional adequado em suas necessidades físicas e emocionais: enquanto aguarda socorro; durante o atendimento de emergência com as equipes de salvamento; no hospital, com a equipe médica ou quando não há disponibilidade nos hospitais para sua internação, entre outros. Em outras palavras, o TEPT pode ou não se desenvolver em um sujeito que tenha sido exposto a um acontecimento potencialmente traumático, dependendo das características que reforçam sua vulnerabilidade ou sua resiliência.

Assim, quando há pouco ou nenhum apoio social ou funcional, após o evento ou quando acontecem múltiplas experiências traumáticas – no caso do sujeito, famílias ou comunidades em vulnerabilidade social, emocional, econômica ou ambiental, como vimos até aqui nas discussões desta tese – há uma incapacidade maior de se restabelecer de tais acontecimentos. Daí, a responsabilidade do profissional em compreender o quanto o acolhimento nos estágios iniciais do ocorrido pode significar um trabalho preventivo para transtornos físicos e emocionais maiores posteriores.

O auxílio de uma presença profissional acolhedora e tranqüila, que proporcione socorro físico e emocional imediato pode representar um suporte fundamental para que a capacidade de autorregulação do sujeito seja manifestada, reconhecendo e ampliando seus recursos e sua resiliência. Isto favorece, ainda, uma maior interação social e maior disponibilidade para o contato com suas necessidades, físicas e emocionais, proporcionando um maior ancoramento no tempo e espaço presentes.

“É fundamental que o profissional esteja ancorado no tempo presente, que ele e o cliente possam perceber isso para ampliar o campo de acolhimento ao outro e de auto-cuidado” (Entrevistado E5)

7.5 RECURSOS

“Podemos confiar no organismo vivo que é a comunidade e buscar maneiras de favorecer a comunicação clara e sincera, aproximando as pessoas, aprofundando os vínculos e diminuindo o grau de fragmentação do ‘tecido social’. Então, a criatividade da própria comunidade se manifesta, apresentando os recursos e soluções para os problemas individuais e coletivos, desenvolvendo a autonomia da comunidade”. (Entrevistado E7)

O recurso, em uma perspectiva psicossocial, é uma das mais preciosas estratégias para o trabalho com questões potencialmente traumáticas, já que torna visível um repertório, muitas vezes, implícito de resiliência do sujeito. Este repertório, construído ao longo de sua experiência de vida, pode incluir recursos internos ou recursos externos, relativos aos recursos inatos corporais e aos recursos vinculados a objetos, paisagem, pessoas, lugares, entre outros. Auxiliar o sujeito a reconhecer os recursos, que por vezes já se apresentam, instintivamente, durante o processo de recuperação de uma estabilização físico-emocional pós-desastre, pode significar uma via de contato com sua resiliência.

O profissional, que busca um trabalho com o foco mais na curiosidade do que no controle ou na indução - em relação à investigação dos recursos que o cliente já traz em seu repertório de vida - depara-se, também, com uma possibilidade de acessar seus próprios recursos e utilizá-los durante os períodos mais críticos de sua assistência aos envolvidos. Isto cria uma atmosfera de maior liberdade e fluidez, onde quem assiste e quem é assistido identificam e utilizam seus recursos individuais, diminuindo as chances de fixação na dor coletiva, que se apresenta no cenário envolvido.

“Como os profissionais se reorganizam para alcançarem sua própria autorregulação durante os trabalhos? Bem, o primeiro passo é reestabelecer, novamente, sua própria segurança interna, através do contato com uma sensação boa no seu corpo, que o leve a lembrar de seus recursos internos. Só então, o profissional repassa uma segurança externa para o cliente e ele responde: ‘sei que aqui eu posso falar, a situação tá preta lá fora, mas aqui dentro eu posso falar com você e isso me faz ganhar forças’. Isso abre uma confiança no campo”. (Entrevistado E2)

De acordo com Peter Levine (2012), os recursos que o sujeito dispõe, no momento, para lidar com a situação estressante vivenciada é que serão determinantes do potencial traumático do evento estressor. Os recursos internos são ferramentas disponíveis no próprio corpo, como respiração, pulsação, o contato com a pele, o grande manancial de nosso universo sensorial, as emoções que nutrem corpo e mente, etc.. Já os recursos externos, envolvem objetos, lugares, pessoas, mestres espirituais, jogos, danças, músicas, filmes, tradições locais, esportes, entre outros. A identificação dos recursos internos e externos dos sujeitos, logo na fase inicial da assistência psicossocial a grupos severamente afetados em desastres, torna-se crucial. Assim, o profissional pode sempre recorrer aos mesmos, em momentos onde o sofrimento torna-se insuportável e os sujeitos entrem em processos de alto nível de ansiedade ou, inversamente, de grande impotência. Reforçamos o que foi dito, anteriormente: o recurso é uma conquista do sujeito que é assistido e não um recurso “ensinado” ou fornecido pelo profissional. O profissional auxilia no retorno desta memória positiva, já registrada pelo grupo ou sujeito assistido e que compõe o seu repertório de recursos internos e/ou externos.

Porém, neste ponto, é importante ressaltar que, em alguns casos, acontece do sujeito já estar tão imerso em múltiplos traumas, que, por vezes, não consegue localizar um recurso conquistado em tempos anteriores de paz e alegria. Em alguns casos, estes momentos foram tão raros em sua história de vida ou em outros casos, o sujeito pode ter perdido todos os seus pertences, sua família, suas referências básicas de enraizamento e território. Nestas situações, o profissional pode sugerir alguns recursos, como por exemplo: o contato com o apoio da cadeira, onde está sentado; uma almofada que possa ser colocada embaixo de seus pés; o toque da roupa em seu corpo; a água que bebe no copo e que refresca o corpo; o livro que o sujeito traz em suas mãos, um elemento da natureza que esteja presente, etc..

“(...) Depois que ele trouxe a imagem traumática que viveu, pedi que olhasse em torno de si mesmo, um olhar menos interno e mais externo...ele viu as montanhas, que existiam em torno daquele lugar. Então, aconteceu uma reintegração, logo em seguida! Pequena, mas a nosso ver ‘o menos é mais’ neste trabalho” (Entrevistado E4)

O objetivo maior é que o sujeito possa voltar para o momento presente, retomando alguma sensação mais agradável e de conforto, a partir do recurso, que possa contrabalancear as sensações aterrorizantes, que emergem. Isto também pode incluir um percurso de orientação espacial, sugerindo-se a observação dos objetos em torno de si, suas cores, seus formatos. Desta forma, o sujeito vai retornando ao território concreto e simbólico de seu corpo, iniciando pela camada sensorial e física, com intuito de favorecer sua autorregulação e, posteriormente, a reintegração das camadas emocional, social e cognitiva, a partir destas referências.

Um outro recurso de enorme importância é a força do coletivo, da cultura local, do auxílio dos vizinhos nos momentos críticos, do multirão improvisado em algumas comunidades que enfrentaram inundações no estado do Rio de Janeiro. Mesmo diante de uma grande tragédia, estes recursos comunitários, muitas vezes, estão disponíveis, proporcionando uma mão amiga, um acolhimento, que traz re-conexão e reconhecimento da força gerada pela própria comunidade – especialmente nas localidades onde o poder público não se faz presente.

“Encontrei, nestas comunidades, a resiliência da própria comunidade, após o momento mais crítico. Elas não têm só dores, elas possuem recursos e soluções criativas para várias coisas. Temos que ter cuidado, porque colocá-los no lugar de pobres e sofredores reforça o trauma! A população possui profunda sabedoria! O reconhecimento e a valorização de suas referências locais, música, canto, rituais, comidas, símbolos, valores, crenças, festas, visão de mundo...são memórias sociais, construídas por sua própria sabedoria! A função do cuidador é valorizar e reconhecer toda esta bagagem, como um valioso recurso para as suas experiências traumáticas. Um ambiente seguro e com acolhimento auxilia o fortalecimento das redes sociais de apoio, criando vínculo. A energia circula no coletivo”.
(Entrevistado E7)

“A idéia, o ponto de partida nos trabalhos era que a gente pudesse aprender com eles. Era um grande compartilhar, a partir da voz dos grupos. Eles costumavam fazer uma prece em conjunto ou às vezes, cantavam uma música, o que também é um recurso muito forte nos grupos! Os recursos são dos grupos: eles devem sugerir...a gente só fortalece! Isso traz uma tranquilidade para os próximos passos que vão percorrer!” (Entrevistado E6)

“A pessoa chega com a fragilidade inerente à experiência, mas não reconhece a força que traz, inerente também à própria experiência! Os recursos auxiliam a pessoa a sair do congelamento. O corpo cria mais espaço e podemos acolher, melhor, a energia traumática. Só depois de passar por estas sensações e emoções é que abrimos para ouvir a história. O recurso é simples e pode ser um pequeno movimento no corpo do cliente, que se inicia. Pode surgir, a partir de uma lágrima que cai: ‘Esta lágrima é sua, a sua lágrima! Chora só a sua lágrima, porque a lágrima de todo mundo pode ser demais.’ A partir daí, começa um trabalho importante de limite, para distinguir o que é seu e o que é do outro”. (Entrevistado E5)

As estratégias citadas através do reconhecimento dos recursos do sujeito e da comunidade trabalhada possibilitam, além de um contato mais profundo com os elementos que dão suporte à resiliência dos sujeitos, uma possibilidade de abertura e maior clareza para a reivindicação de seus direitos. E esta pode ser o ponto de partida para reivindicações psicossociais e questionamentos socioambientais pelos sujeitos em situação de desastres, já que existe um maior espaço interno para este movimento externo⁶⁸. Além disso, acredita-se que este seja, ainda, um trabalho prevenção para o *Transtorno de Estresse Pós-Traumático* (TEPT), já que seus sintomas restringem ainda mais a participação social e política da população em situação de desastres.

Portanto, os recursos podem reestabelecer o contato entre os membros da comunidade, diante de um território tão invadido por uma diversidade de estressores durante e após os desastres. Quando perde o contato com seu território e seu enraizamento, o sujeito também perde contato com seus recursos internos, com um contato de qualidade com sua família e com seu direito à justiça. Fica vulnerável, perde a crença e a confiança na vida, abrindo espaço para questões mais depressivas de desânimo, juntamente com os sintomas clínicos, muitas vezes recorrentes.

A ampliação do contato com seus recursos internos pode ser um dos maiores ganhos das abordagens trazidas pelos entrevistados desta pesquisa, já que favorece a autonomia e estabilização dos sujeitos envolvidos. Restabelecer, novamente, a segurança interna e reconhecer que é possível sentir novamente uma pequena sensação

⁶⁸ Acreditamos que, sem a validação destes recursos comunitários e também subjetivos, fica bastante reduzida a força de enraizamento necessária aos grupos em situação de desastres ambientais, para lutar por seus direitos, pela justiça ambiental, em contraponto ao descaso que vivenciam em relação ao poder público.

de conforto em seu próprio corpo pode significar um ponto de partida para: uma participação individual e coletiva maior em sua comunidade; uma ampliação no contato com a família; uma possibilidade de um sono mais tranquilo; um retorno a suas atividades de trabalho; uma possível busca por auxílio psicoterapêutico, para uma continuidade posterior dos trabalhos psicossociais iniciados.

Mais estabilizado, o adulto restabelece a qualidade de sua orientação no tempo e espaço presentes, juntamente com sua capacidade de interação social, motivação e mais clareza para o próximo passo a ser dado no auxílio às crianças/adolescentes. Em relação à motivação, partindo de nossa própria experiência em projetos sociais⁶⁹ com crianças e adolescentes (SOUZA, 2009 e 2014), percebemos que ela é um fator importante para o envolvimento dos sujeitos de diferentes faixas etárias nos projetos comunitários - sejam eles ligados à própria comunidade, como associação de moradores; sejam eles relacionados aos poucos trabalhos psicossociais, como os citados e realizados pelos profissionais entrevistados nesta pesquisa.

“(…) Meu foco foi o enraizamento do grupo, como um todo. O campo gerado por um grupo desse tamanho é extremamente poderoso. Quando uma ‘correnteza’ ou ‘corrente’ forte é gerada, através do uso do ritmo, por exemplo, os indivíduos ‘inundados’ podem ser ‘puxados’ de volta pela ‘correnteza’ coletiva. O trabalho é, em grande parte, sustentado pela coesão do campo de energia do grupo. São utilizadas intervenções criativas...piadas, poemas, ditados e, principalmente que canções partem do próprio grupo, para deslocar o foco da atenção do indivíduo para o coletivo, ajudando, assim, à circulação da energia na roda. Algumas pessoas são resistentes ao código verbal, mas responderão com facilidade ao ritmo e ao movimento, por exemplo. Isto fortalece o continente e favorece o processamento de ‘questões pendentes’ como lutos incompletos” (Entrevistado, E7)

⁶⁹ Referimo-nos ao *Projeto Sapê, Corpo e Arte*, iniciativa independente e voluntária de trabalho, elaborada e coordenada pela autora, com adolescentes de 10 a 16 anos, do bairro do Sapê, Niterói, RJ, durante 6 anos, o qual motivou a pesquisa de mestrado EICOS/UFRJ *Memória Oral e Transmissão de Conhecimentos: A História do Sapê, na Voz de Mateiros, Erveiros e Cultivadores de Plantas Ornamentais da Região* (SOUZA, 2009). Informações disponíveis em <www.patcarlaterapeuta.com.br>.

“Iniciávamos com algumas vivências corporais, que ajudavam aos participantes a perceberem o corpo e as emoções vinculadas à raiva pela terra e pela situação vivida. Percebiam o ar entrando, saindo...percebendo o braço preso, contraído. Percebiam o corpo, a música, o movimento que surgia. Percebiam, acima de tudo, que estavam vivos no aqui e agora!!” (Entrevistado, E5)

“O objetivo das estratégias realizadas era sair da imobilidade com medo e retornar ao corpo...perceber de forma mais apurada os estados de ativação...deslocar para os recursos...enfim, continuar a vida!” (Entrevistado, E4)

“Se trabalhamos com profissionais como bombeiros, polícia, defesa civil, raramente aceitam falar! Mas, buscam estratégias que possam fazer um sentido mais imediato...exercícios para dormirem melhor, por exemplo. Nestes casos, a fala poderia ativar ainda mais as imagens e cenas, porque o nível de ativação está se apresentando muito alto, ainda! Quando relaxam, criam vínculo, porque funcionou com eles. Só depois de passar pelo corpo é que começam a falar sobre suas emoções.” (Entrevistado, E3)

O trabalho psicossocial com adultos, focado apenas no estímulo verbal, nem sempre funciona como atrativo à participação dos grupos, já que, em muitos casos, os sujeitos não querem repetir inúmeras vezes suas histórias traumáticas. O trabalho, a partir de vivências corporais (SOUZA, 2007), integrando arte, música, dramatização, experiências sensoriais, cantos e costumes locais possibilita a recriação de suas realidades em um campo simbólico, protegido e que utiliza também a fantasia como recurso. Nesta atmosfera, os participantes compartilham suas questões mais internas de forma menos ameaçadora, posteriormente trazendo estas experiências para o campo das relações sociais e, por fim, construindo um olhar de mais contato com o contexto e ambiente que os cerca.

7.6 O TRABALHO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES⁷⁰

Nos trabalhos em grupo, tanto a orientação espacial, quanto o acolhimento, os recursos e a estabilização ajudam a restaurar uma boa parte da desorganização e desarticulação social, provocada pelo impacto nos sobreviventes de experiências traumáticas. Quando estes sobreviventes são crianças ou adolescentes, os quais vivenciam com sua família o sofrimento coletivo de sua vizinhança, algumas outras estratégias podem ser incluídas no trabalho. E então, recursos como arte, movimentos corporais, dramatização, jogos e brincadeiras auxiliam os trabalhos psicossociais.

“É preciso alinhar com os canais de comunicação da criança ou adolescente...verbal, gestual, desenhos, música...a atividade que escolher...brincadeiras, jogos (...). As crianças chegam contando histórias cifradas: precisamos aprender a decifrar esta linguagem diferente. Se ela percebe que você entendeu, ela se autorregula, também”. (Entrevistado E2)

Os recursos citados disponibilizam uma forma de linguagem não verbal, menos cognitiva e lingüística. Eles funcionam, ainda, no caso de crianças e adolescentes, como estratégias de trabalho concreto com uma abrangência simbólica e sensorial, que possibilitam acesso e ampliação das estratégias internas, com vistas a uma maior estabilização do sistema corporal como um todo. Os jogos coletivos, as atividades físicas e artísticas em grupo favorecem a construção da auto-estima, o reconhecimento, a reorientação espaço-temporal diante das perdas, além de repertório importante para a negociação e enfrentamento dos momentos críticos. Brincando, crianças e adolescentes estabelecem uma relação ativa com a reconstrução social, pela via lúdica de mobilização interna e externa. Este também passa a ser um trabalho psicossocial após um evento traumático, mas que já trabalha em um nível mais profundo de prevenção a possíveis quadros futuros crônicos pós-traumáticos para esta faixa etária.

⁷⁰ Neste item, consideramos como referencial os trabalhos realizados com crianças e adolescentes pelos entrevistados, sendo importante ressaltar, no entanto, que estas são faixas etárias bastante distintas de trabalho psicossocial, estando a criança muito mais disponível para um trabalho concreto e o adolescente numa fase de grandes transformações físicas, emocionais e sociais, que exigem uma atenção específica para esta faixa etária, de 10 a 19 anos (de acordo com a Organização Mundial de Saúde). Incluímos criança e adolescente em um mesmo item nesta pesquisa, apenas para fins de uma localização mais genérica sobre o tema, já que este não é o foco de nosso trabalho.

Muitas vezes, a criança ou o adolescente, após um evento potencialmente traumático, como no caso das experiências dramáticas que se seguem às inundações ou deslizamentos de terra – vivenciando, além de uma desestabilização interna⁷¹, com sentimentos e sensações intensas, confusões externas na família e vizinhança, com as grandes perdas em decorrência destes eventos – passam a agir de forma agressiva com os pais ou cuidadores ou com uma violência mais internalizada, contra si mesmo, sob forma de crenças negativas ou comportamento auto-destrutivo. Com tantas situações desestruturantes no cotidiano dos adultos cuidadores, muitas vezes estes sintomas não são detectados logo que se iniciam ou, quando são, nem sempre são facilmente relacionados ao alto nível de estresse vivenciado pela criança ou adolescente nas situações do trauma vivenciado.

Muito embora, os adultos possam tomar a decisão de levá-los a um atendimento médico inicial, por vezes não são orientados a procurarem profissionais especializados em situações traumáticas – como psicólogos, terapeutas, psiquiatras, assistentes sociais, psicomotricistas, entre outros – e apenas os sintomas são tratados, na maior parte das vezes, apenas com medicamentos⁷². Com o tempo, as relações em família vão sendo corroídas, agravando a vulnerabilidade emocional e social nestes casos. Portanto, o cuidado preventivo no gerenciamento das influências potencialmente traumáticas é essencial, já que a questão pode ir muito além da formação de memórias negativas. De acordo com Levine & Kline (2006), elas ainda podem causar alterações de longo prazo na química cerebral e na fisiologia corporal e quanto menor a criança, mais difícil de detectá-las.

“Esta relação mãe com filho pequeno é muito séria! As mães ficam com os nervos à flor da pele e as crianças não conseguem dormir, enjoadas! A família acaba ficando comprometida” (Entrevistado E6)

⁷¹ A desestabilização interna refere-se a uma desregulação nos aspectos físico, afetivo, comportamental e cognitivo da criança e adolescente, podendo levar a erros de diagnóstico e intervenções inadequadas.

⁷² Cabe ressaltar que em alguns casos o medicamento é indicado, de acordo com avaliação médica. Porém, sugere-se que uma avaliação mais aprofundada de casos especificamente relativos às questões pós-desastre seja realizada por equipe multidisciplinar, considerando que a sintomatologia aguda em situações de alto nível de estresse pode ser reduzida, gradativamente, a partir de abordagem psicossocial de trabalho, conforme sugerido nesta tese.

Uma ocorrência menor pode tornar-se traumática, se a criança ou o adolescente não receberem apoio no processamento desta experiência de forma saudável, especialmente se ela recebe rótulos como “criança reativa” ou “criança sensível demais”. A boa notícia é que, mesmo que os eventos traumáticos possam acontecer sem o nosso prévio controle, sendo inevitáveis em muitas vezes, seu impacto traumático crônico pode ser evitado ou minimizado. O acompanhamento e o suporte adequado no fluxo da trajetória neurofisiológicas das reações ao choque emocional e seus impactos exige uma mudança de perspectiva para este tipo de assistência, tanto pela família, quanto pelos profissionais que acompanham estes casos específicos. Uma observação curiosa da criança ou adolescente auxilia no processo de recuperação emocional e fisiológica, buscando proporcionar acolhimento a uma situação que, se considerada preventivamente, pode ser revertida sem maiores impactos futuros.

Uma boa alternativa para o trabalho nesta faixa etária é o jogo, a brincadeira, a dramatização, disponibilizando um espaço para a expressão da energia reprimida, através de recursos lúdicos. A descoberta destes espaços não deveria estar limitada apenas às crianças ou adolescentes, já que o adulto mais estabilizado e calmo tem uma tendência bem menor de projetar seus medos e ansiedades nos mesmos, o que favorece uma atmosfera mais disponível e com menos tensões para todos. O adulto, seja ele profissional, pai, mãe ou familiar, aprende a “usar sua máscara de oxigênio”, antes de prestar auxílio, como já mencionado anteriormente, nesta tese.

“No momento de estresse você até se esquece do que vc costuma fazer quando está estressado. Os recursos do corpo são fundamentais! Muitas vezes, as pessoas não conseguem respirar. Observar sua respiração e reaprender a respirar já tiraria as pessoas de algumas situações... colocar a ‘máscara de oxigênio’! Se estou mais tranquila, vou ajudar meu filho a ficar mais tranquilo.” (Entrevista, E6)

“Quando para os voluntários moradores do Haiti, o trabalho era forte demais, eles olhavam para a imagem do Cristo, que era a única coisa que restou da igreja do bairro. Eles escolheram aquela imagem como o maior recurso concreto disponível. Em quinze minutos retornavam ao trabalho!” (Entrevistado E5, sobre a ‘máscara de oxigênio’ dos voluntários)

A imagem do *Cristo*, além de fazer parte da crença e dos costumes locais, foi respeitada como o maior recurso escolhido pelos voluntários no Haiti, o que foi um fator importante para ampliação de sua resiliência, diante da realidade vivenciada. Assim, é importante ressaltar que o recurso escolhido pelo sujeito ou pelo grupo com quem se trabalha deve ir além de nossos julgamentos pessoais ou bases religiosas, evitando conduzir ou induzir a referências outras, que não sejam as daquele povo com quem se trabalha. Assim, a experiência em campo demonstrou ser essencial validar a força da cultura local.

Iniciar uma observação de sua própria respiração, quando os batimentos cardíacos ficam disparados e quando eles quase se ausentam, permite o contato também com a pulsação, o que favorece a descoberta de um ritmo interno de frequência do próprio corpo. Reconhecer estes estados internos e suas alterações repentinas reforça e amplia as possibilidades de uma abertura para os demais recursos internos, disponíveis através de própria fisiologia do ser humano. A mera observação destes estados internos de respiração e pulsação, as variações de contração ou expansão em pequenos movimentos no peito ou no abdome durante o processo da própria respiração trazem uma qualidade de contato com seu território interno, seus limites e possibilidades.

Quando o corpo respira com qualidade, é como se fôssemos regentes, afinando os instrumentos. Podemos ir afinando nossa orquestra: pressão sanguínea, batimentos cardíacos, respiração...assim, expandimos esta afinação entre os sistemas internos. (OLIVEIRA, 2012)

No trabalho com crianças e adolescentes, as brincadeiras de *playground* podem ativar os batimentos cardíacos – como no caso do *pique-esconde*, do queimado, entre outras – ou torná-los bastante calmos – como no caso do *jogo de varetas*, onde qualquer movimento mais brusco pode acabar com o jogo. Estes podem ser exemplos de brincadeiras, onde os ritmos de respiração e pulsação podem ser observados de uma forma lúdica e agradável, para que seja contrastado com os momentos em que a pulsação e respiração alteram-se por motivos desagradáveis ou ameaçadores. Estas podem ser atividades, que focam a atenção desta faixa etária para a existência de recursos internos, já que os mesmos mecanismos fisiológicos que despertam estes

estados internos durante a brincadeira disparam os estados internos de forma mais extrema e brusca, nas situações traumáticas.

Os recursos externos de arte e dramatização são ferramentas úteis ao profissional, quando o mesmo percebe que é necessário a expressão das emoções vivenciadas pelo cliente. No momento de criação de um desenho, de objetos a partir de argila ou de uma cena dramatizada, sentimentos e frustrações são simbolizados, sejam a partir de gestos, expressões, das palavras pronunciadas de forma espontânea durante o momento da representação daqueles movimentos corporais e/ou ilustrações. Nestes trabalhos, são reveladas características das relações da criança com sua família e em relação a outros grupos de sua convivência cotidiana – comunidade, escola, etc.

O recurso do desenho é, ainda, importante para revelar o contexto vivenciado anteriormente ao desastre ocorrido, no reconhecimento de suas referências anteriores, da família, bairro, amigos em comum, costumes e hábitos locais. Este pode ser um recurso essencial para crianças e adolescentes, na localização de sensações e emoções vivenciadas de forma mais prazerosa em suas vidas, deslocando o foco da fixação na situação traumática vivenciada – que, por vezes, ainda traz à tona grandes repercussões internas de ativação, sofrimento e grande inquietação. Este deslocamento entre as memórias de prazer e segurança, em determinado momento do passado e as memórias traumáticas vivenciadas mais recentemente, favorecem à autorregulação.

Há uma maior possibilidade de que sofrimento vivenciado seja ressignificado, já que a criança ou o adolescente podem voltar a sentir o desconforto ou a dor, mas sem se desorganizarem tanto por isso. Uma pequena autorregulação é experimentada, a partir do fluir entre a sensação dolorosa e a sensação prazerosa, proporcionada pela atividade desenvolvida. A partir deste pendular, entre uma sensação e outra, uma maior qualidade de presença pode ser vivenciada, reduzindo-se a vulnerabilidade e, conseqüentemente, ampliando-se a resiliência.⁷³

⁷³ Lembrando que, estamos buscando a explicação teórica e didática para um fluxo que acontece de forma orgânica e gradual, sendo grande parte do processo vivenciado, primeiramente, com uma mudança do estado de ativação fisiológica, para só depois uma percepção mais cognitiva e de ressignificação emocional e social.

Em geral, a capacidade de autorregulação é o que nos permite lidar com nosso estado de ativação e nossas emoções mais difíceis, fornecendo, assim, a base do equilíbrio entre uma autonomia autêntica e uma sociabilidade saudável. Além disso, essa capacidade nos confere a habilidade intrínseca de evocar uma sensação de segurança, de estarmos “em casa” dentro de nós mesmos, onde mora o bem estar. (LEVINE, 2012, p.27)

Nas situações em que as famílias encontram-se em situação de abrigo “temporário”, há uma quebra muito grande na rotina vivenciada pela criança em seu cotidiano regular, o que já é motivo de grande mobilização interna e sentimentos de confusão, perante a tantas novidades – a maior parte de impacto negativo, como a invasão de privacidade e o distanciamento de seus pertences, brinquedos e hábitos diários.

“Ensinamos uma respiração com expiração mais longa, para que pudessem utilizar como mais um recurso, além do que eles já traziam. Quando eles desenhavam o que lembravam do momento vivido e a sensação ficava muito ruim, fazíamos juntos a respiração longa, para a emoção que está acoplada à memória do que foi vivido pudesse ir dessensibilizando. A idéia do primeiro trabalho era que a gente pudesse aprender com eles. Era um grande compartilhar entre o que viveram, como estavam naquele momento do atendimento, três coisas ruins e três coisas boas. Fizemos um aquecimento, a dramatização e um compartilhar final. Usamos esta abordagem com adolescentes, jovens e adultos”. (Entrevistado, E6)

“A atividade com maquetes foi a que mais deu certo no trabalho com as crianças e adolescentes, pelo menos é o que a gente percebeu da população. Eles se mostraram interessados por ser uma atividade mais prazerosa e ao mesmo tempo nós também gostamos, porque a gente através desta atividade conseguiu passar conceitos sobre riscos e desastres de forma mais clara. A definição das atividades a serem realizadas na comunidade precisa ser uma via de mão dupla, onde todos nós da área técnica, gestores públicos e moradores possamos trocar nossas experiências para a redução dos desastres. Aprendi o sentimento deles...o porquê eles têm dificuldade de sair das casas, o valor que eles dão às suas moradias e a importância desta participação para um conhecimento mais profundo da vida naquela comunidade” (Entrevistado E1)

Ressaltamos, na fala anterior, a importância das atividades lúdicas e concretas como recurso para o trabalho de gestão ambiental em relação à redução de desastres. A confecção das maquetes, na experiência de campo, favoreceu tanto o reconhecimento do território a ser trabalhado, no sentido mais complexo do contexto dos moradores, quanto uma comunicação mais fluida da área técnica em relação aos fatores de risco relativos às questões físicas locais. Um resultado próximo acontece com atividades relacionadas à fotografia, onde fotos antigas relacionadas à comunidade podem ser reveladoras de uma memória local ainda silenciosa. E, por outro lado, fotos da situação atual podem, também, ser reveladoras das injustiças sociais localizadas pelos próprios moradores (neste caso, apenas adolescentes ou jovens) ou ainda no auxílio ao mapeamento junto à equipe técnica⁷⁴. O diferencial desta atividade é o suporte e referencial do profissional que atua com o grupo nestes registros, sendo também importante que seja orientado para lidar com as altas ativações que podem ser geradas nos grupos, a partir das memórias trazidas pelo recurso fotográfico (ou pelos desenhos). A qualidade da *presença* deste profissional durante as atividades pode significar um ponto essencial de apoio na ressignificação destas experiências, com uma maior conexão com o momento presente. A *presença* significa muito mais que uma questão meramente física de acompanhamento, mas a possibilidade de um ‘fio terra’, indicando que o perigo maior já passou e que o processo de reconexão com seu território interno pode ser reiniciado.

“A ‘presença’ do profissional é fundamental para autorregulação da criança, trazendo segurança, especialmente para as bem pequenas. É preciso que ele descubra o que é mais importante para que esta conexão com a criança se estabeleça de forma mais fluida, sem uma preocupação excessiva com a técnica, mas buscando este vínculo de qualidade também dentro de si. Estar com uma ‘presença’ mais plena no momento presente é o que vai trazer o sucesso com a criança”.
(Entrevistado, E2)

A presença dos voluntários vem sendo um recurso muito citado pelas crianças, adolescentes e adultos, nos momentos da emergência e pós-desastre. Neste último, ainda que o trabalho aconteça de forma independente, sem ajuda de custo e sem uma sistematização para os trabalhos oferecidos, eles vieram de muitas partes – além dos vizinhos voluntários. Silenciosamente, sem muita divulgação das tarefas que

⁷⁴ De acordo com o Entrevistado 1, esta experiência ainda não foi concretizada, muito embora tenha sido uma possibilidade sugerida no projeto inicial da comunidade trabalhada pela equipe.

realizaram nos grupos em situação de desastre no estado do Rio de Janeiro, eles representam uma *mão amiga* na travessia de um percurso bastante doloroso para a maioria. Em complemento a eles, o trabalho na fase de resposta, dos bombeiros, dos funcionários da Defesa Civil, dos médicos e enfermeiros de plantão (em grande parte, também voluntários), dos professores das escolas vizinhas, assistentes sociais, religiosos, entre outros profissionais que se tornam disponíveis - principalmente durante o momento de emergência maior - vem representando um grande alento e recurso para inúmeras famílias, em meio às grandes confusões vivenciadas.

“Quero citar o trabalho dos profissionais de emergência, como os bombeiros, que apesar de receberem uma remuneração baixa, trabalharam de forma incansável na busca pelas vítimas no Morro do Bumba.” (Entrevistado, E3)

“No momento da emergência, encontramos voluntários de todas as áreas: enfermeiros, médicos, assistentes sociais. Isso facilitou muito o encaminhamento para os atendimentos específicos da população. Sem o aporte dos voluntários, os desabrigados não conseguem acesso imediato à rede de saúde, que já se encontra sobrecarregada”. (Entrevistado, E6)

“Ao final do trabalho, eu disse a eles, com muita gratidão: - ‘Localizem os anjos voluntários, a *presença* que tinham como um recurso. Vocês foram abençoados por contarem com a ajuda que tiveram para estarem hoje aqui! E, a bondade, o treino e a ética destas pessoas que trabalham em emergências, que trabalhavam prontos para entregarem a vida pelo outro’.” (Entrevistado, E4)

Em relação ao trabalho voluntário, que tem sido realizado com os sujeitos em situação de risco ambiental, gostaríamos de finalizar esta pesquisa citando o que levou estes profissionais a estas atividades, distanciando-se, muitas vezes, de seu cotidiano regular de trabalho. Qual teria sido a motivação para que os profissionais, especificamente os entrevistados em nossa pesquisa, fossem a campo para a realização dos trabalhos psicossociais citados nesta tese. Assim, escolhemos finalizar a escrita desta pesquisa com estas falas, de forma inusitada e proposital, muito embora seja de praxe apresentá-las no início da escrita sobre o trabalho de campo. Porém, acreditamos que a diante deste ciclo de vulnerabilidades e resiliências, contrações e expansões apresentadas em relação aos desastres ambientais no Brasil, uma finalização de tese pode, também,

representar o início de um percurso, ainda bastante inexplorado e desafiador para todos nós.

“O primeiro impulso, eu acho que é humano...não é profissional. O primeiro impulso foi de solidariedade e em segundo vem o lado profissional. Era um desafio, era uma grande oportunidade de trabalhar e aprender uma coisa nova! E, eu estava entre amigos, que se dispuseram a levar, voluntariamente, a abordagem do Psicodrama e do EMDR para o contexto de primeiros socorros emocionais em emergências”. (Entrevistado E6)

“Este assunto de trabalhar com desastre...é um trabalho onde você não tem muita expectativa de ganhar dinheiro, mas grande probabilidade de gastar dinheiro! Mas, que tem uma recompensa muito grande, em todos os níveis que você possa imaginar. Pode transformar para o bem ou desintegrar a pessoa. Mas, tem um lado mágico desta história, que traz uma transformação dentro de cada um que participa. (...) O primeiro passo é chegar lá com uma condição de humano para humano”. (Entrevistado E2)

“O primeiro lugar que fui foi para o Haiti. O que me motivou foi quando olhei aquelas cenas do desastre, tudo derrubado, todo mundo na rua... Eu vi que tinham muitas organizações dando apoio básico: comida, água, estas coisas...a cruz vermelha, entre outras dos EUA. E aí, eu pensei...nossa, esta necessidade pelo menos alguém está fazendo e isso me deixa feliz e agradecida! Mas, eu que trabalho com trauma pelo SE pensei como é difícil uma pessoa passar por um trauma destes, muitos sem conseguir dormir, com tanta energia retida no corpo. Foi quando um amigo me perguntou se eu não queria ir ao Haiti para trabalhar, já que tinham outros voluntários de outras áreas, médicos, enfermeiros. Então, fui para o Haiti, como missionária, trabalhando com a abordagem do SE”. (Entrevistado E5)

“O que motivou este trabalho com o Maceió foi a demanda de trabalho para redução de risco, através de ações não estruturais – um trabalho educacional junto à população. O desafio maior era desenvolver uma metodologia pedagógica para área de risco e buscar a participação da população. As pessoas só falam nos desastres durante as chuvas fortes, mas este ainda não é um tema que recebe a devida importância aqui...todo ano a sociedade se surpreende com os deslizamentos, não é mais para ficarmos surpresos! Já sabemos que eles vão ocorrer. O trabalho é de preparação para eles.” (Entrevistado E1)

“Eu já atuava como Psicoterapeuta Corporal em consultório e, às vezes, em contexto de grupo muito estruturados de psicoterapia, com população de poder aquisitivo para pagar este tipo de trabalho. E, aí surgiu dentro de mim um anseio de realizar trabalhos em comunidades com outros contextos, incluindo o que eu chamo de estresse agudo crônico, que seria a violência da própria rotina relacionada aos grupos menos favorecidos. E, eu me perguntava, como eu posso me aproximar, ao invés de me distanciar e atuar, com o conhecimento que eu tenho lá? Foi, então, que conheci o grupo de Terapia Comunitária Integrativa, meu primeiro movimento neste sentido. A essência deste trabalho comunitário é a criação e fortalecimento de redes sociais de apoio. Fiquei então com um pé na clínica, outro no trabalho comunitário e, logo depois, descobrindo a importância de incluir o corpo, com o Trauma Releasing Exercises”. (Entrevistado E7)

“Eu sou moradora, ‘cria da comunidade do Bumba’, e muitas pessoas vieram me procurar, batendo na minha porta, por apresentarem sintomas de síndrome do pânico. Eles sabiam que eu era Psicóloga e meus vizinhos e parentes foram avisando as pessoas. Na hora da emergência, eu já tinha ajudado no suporte material. Após a tragédia, um ano depois, inscrevi cerca de 80 pessoas para atendimento de grupo, de forma voluntária, com base na terapia sistêmica...mas, um trabalho de família, neste contexto, é bastante complicado, então fui incorporando outras técnicas de trabalho de grupo, para o alívio dos sintomas. Eu fui ao CRP pedir ajuda de profissionais da Psicologia e eles disseram que iriam auxiliar, mas até o momento nenhum contato foi feito! Não houve nenhum trabalho psicológico, que eu saiba, no 3º BI, onde eles foram abrigados. A situação lá é bastante precária e o abandono ainda é muito grande! Manter o trabalho que realizei aqui no Morro do Bumba é muito difícil, porque não temos nenhum auxílio financeiro, ainda. Mas, meu marido continua mantendo um trabalho voluntário com futebol, com alguns meninos do bairro, o que é para eles uma referência masculina importante”. (Entrevistado E3)

“Minha motivação para continuar trabalhando para transformar o trauma é por acreditar que o corpo sabe exatamente como fazer para acessar a cura. Como terapeutas, precisamos compreender e experienciar essa sabedoria e ajudar o cliente a restaurar a fisiologia. É um aprendizado e um treinamento para o cérebro, para a mente e para o corpo, que traz benefício para o cliente e para toda a raça humana! Somos um só corpo nervoso como raça e é muito especial quando, como psicólogo ou terapeuta, podemos acessar esse conhecimento ontológico. Ajudar o Humano ser mais Humano e trabalhar em prol do Todo”. (Entrevistado E4)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco desta pesquisa de doutorado foi investigar questões socioambientais e psicossociais relativas aos sujeitos em situação de risco e/ou desastre ambiental, com enfoque especial à vulnerabilidade e resiliência dos desabrigados e desalojados pelas inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro. Se por um lado há uma necessidade fundamental e indiscutível de estudos geotécnicos e de engenharia ambiental sobre as questões estruturais que envolvem os desastres, por outro lado há, também, questões de implicação social, política e psicológica associadas ao tema, que devem ser consideradas, com a mesma profundidade e importância. Mais do que apenas transmitir orientações conceituais e técnicas para os sujeitos de área de risco, sugere-se a inclusão de novas possibilidades sócio-educativas (MENDONÇA, 2013), socioambientais e psicossociais, que promovam uma maior escuta e interação entre os envolvidos – membros da própria comunidade e profissionais da emergência e pós-desastre. Em outras palavras, é de extrema importância a aproximação da questão dos desastres ambientais à realidade concreta e simbólica dos sujeitos de fato envolvidos.

Desta forma, esta pesquisa buscou considerar toda a complexidade dos fatores, que envolvem a ocupação de área de risco, não reduzindo a mesma a uma mera “escolha” de moradia pelos sujeitos destas áreas. A partir de uma perspectiva de pesquisa qualitativa e exploratória, buscamos sistematizar as discussões de forma mais integrada e interdisciplinar, considerando que os riscos e desastres ambientais também são produtos de nossas referências políticas, econômicas, sociais e ideológicas. Buscamos um foco nas questões relativas aos sujeitos que vivem em situações econômicas adversas, dando visibilidade às questões condicionantes sociais, que os levam a habitar regiões e locais vulneráveis aos riscos ambientais - especificamente áreas em situação de inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro.

Levamos em conta, ainda, a existência de fatores, menos óbvios, que influenciam a maneira como estes riscos afetam as pessoas e os diferentes níveis de vulnerabilidade, determinados pelos sistemas sociais e pelas questões de poder e não apenas pelas forças naturais. Os desafios relacionados à população de áreas de risco e/ou expostas a desastres ambientais - mais especificamente, envolvendo inundações e deslizamentos de terra no estado do Rio de Janeiro, no período em referência - não foram apenas de ordem material e econômica, mas também imaterial e subjetiva. Políticas públicas, que

possam dar suporte, não somente às questões emergenciais, mas também às questões que envolvem a fase do pós-desastre, a prevenção, a mitigação e o gerenciamento de riscos no Brasil deveriam ser considerados “prioridade”, para a interrupção de todo o ciclo citado nesta pesquisa.

Consideramos que o impacto de um desastre, em muitos casos, não é o único evento traumático a que o sujeito está exposto. Muitos deles já vivem experiências de fome, violência doméstica, drogas na família, construções insalubres, entre outros. Estes fatores de alto nível de estresse na vida destes sujeitos levam, os mesmos, a vivenciarem situações traumáticas simultâneas, não apenas relativas àquele desastre específico, mas a uma série de experiências traumáticas também durante o pós-desastre. Assim, estratégias emergenciais, que possibilitem um mínimo de orientação espacial e estabilização emocional para os envolvidos (SOUZA, 2013) são fundamentais no trabalho pós-desastre. Considera-se que, apenas após um atendimento psicossocial de qualidade, envolvendo as estratégias citadas no trabalho de campo - que podemos chamar de “ponto zero” - os sujeitos em alto nível de estresse podem criar algum espaço interno para a participação externa em trabalhos ambientais ou que exijam uma resposta de maior presença. Isto envolve o reconhecimento (FRASER, 2003) das necessidades psicossociais e emocionais, juntamente com uma resposta as suas demandas mais imediatas e básicas de sobrevivência.

Tendo como referência, a complexidade das questões socioambientais envolvidas, a pesquisa identificou, no trabalho de campo, estratégias psicossociais já estão sendo realizadas de forma ‘silenciosa’, por profissionais voluntários e que atuam de forma independente no momento pós-desastre, em sua maioria. Os sujeitos desabrigados e desalojados estão fora de seu território – não apenas o território externo e geográfico, mas o território interno, afetivo e simbólico, que nas situações de alto estresse apresentam-se fragmentados. O reconhecimento e ampliação de sua resiliência referenciam-se na percepção de seus recursos internos, desenvolvidos ao longo de sua vida – em muitos casos ampliados nas inúmeras situações, onde o grupo se manteve unido, voluntariamente diante de uma tragédia.

Sugere-se que a equipe técnica envolvida no gerenciamento do pós-desastre considere este aprendizado local, grupal e espontâneo, que acontece nas comunidades, onde ainda existe grande lacuna no poder público ao atendimento de necessidades emergenciais. O

reconhecimento das experiências já vividas e conquistadas pelo grupo local pode significar uma estratégia de vital importância para futuros trabalhos de preparação a novos desastres. Estas experiências também fazem parte da resiliência do sujeito e da comunidade, vivenciadas nas situações de ação conjunta nas experiências passadas. O acesso à resiliência individual ou do grupo possibilita uma ampliação da presença do sujeito em seu primeiro território: o corpo.

Assim como nomeia Cyrulnik (2006), integrando os conceitos de biologia, psicologia e ética, resiliência caracteriza-se como a “arte de navegar na tormenta”. Em casos de perda, adversidade, morte e sofrimento – inevitáveis em alguns momentos da vida – a solidariedade e o afeto dos grupos envolvidos podem ser pontos fundamentais para o reconhecimento e ampliação da resiliência do sujeito. Esta perspectiva provoca uma mudança de referência dos sujeitos, de passivos e excluídos (como a interpretação mais comum pela mídia, principalmente), subestimando sua capacidade de resposta às situações altamente estressantes de sua vida, para sujeitos capazes de acessar seus recursos e suas estratégias de resiliência (WISNER et al., 2005), provenientes de sua própria história de vida e das experiências prévias naquela comunidade. Assim, voluntários, psicólogos, assistentes sociais, pesquisadores e toda a equipe geotécnica envolvida com comunidades de risco ambiental podem se beneficiar, abrindo o foco também para as experiências locais.

Por outro lado, enfatizamos que a equipe de profissionais envolvidos no trabalho emergencial ou no pós-desastre também está exposta a níveis de estresse muito alto, que envolvem as situações traumáticas. Assim, sugere-se o cuidado de si em relação à sua própria vulnerabilidade emocional e fisiológica. Além da apropriação de sua ‘máscara de oxigênio’, para que o profissional se reorienta no espaço e no tempo, estabelecendo limites saudáveis de atuação, isto também amplia seu campo de percepção para um olhar diferenciado em relação ao cuidado com os sujeitos severamente afetados por desastres.

Finalmente, buscamos com a pesquisa ampliar o campo de referência sobre o tema dos desastres ambientais, focando no entrelace das questões socioambientais e psicossociais que envolvem: o sujeito, a comunidade e os profissionais de área de risco/desastres. Diante do presente cenário de invisibilidade dos sujeitos e do baixo conhecimento e

reconhecimento das ações que acontecem no Brasil, durante o pós-desastre, discutimos fatores complexos referentes a sua vulnerabilidade física, política, econômica e emocional. Apresentamos conceitos oriundos de ciências distintas, que auxiliam na compreensão integrada do tema e indicamos algumas formas de enfrentamento deste, que é um dos grandes desafios contemporâneos: os desastres ambientais. Reiteramos que o processo da pesquisa apontou uma enorme lacuna e fragmentação tanto das pesquisas acadêmicas sobre os desastres ambientais no Brasil, quanto em trabalhos de ação comunitária, com base em abordagens socioambiental e psicossocial, indicando necessidade de uma maior sistematização do reduzido número de trabalhos encontrados em campo. Esperamos que as discussões e diferentes perspectivas desta pesquisa interdisciplinar possam motivar novas pesquisas sobre a temática dos desastres no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVITZ, J. Natural Disasters: at the Hand of God or Man? *Environmental News Network*, 1999. Disponível em: <http://www.enn.com/enn-features/archive/1999/06/062399/disaster_3932.asp>. Acesso em: 13.05.2013, 15:10;

_____. *Averting Unnatural Disasters*. State of the World, 2001;

ACERVO NOVA FRIBURGO. *Chuvas Destroem Nova Friburgo*, 13.01.2011. Disponível em: <<http://acervonovafriburgo.blogspot.com.br/2011/01/chuvas-destroem-nova-friburgo.html>>;

ACSELRAD, H.. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Relume Dumará, 2004;

AGÊNCIA BRASIL, EBC, 2014. *27 dos Municípios Brasileiros Foram Atingidos por Inundação*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/ibge-27-dos-municipios-brasileiros-foram-atingidos-por-inundacoes-afetando-14>;

_____. *Quatro Anos Após Tragédia, Moradores do Bumba Cobram Casas Populares*, 06.04.2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-04/quatro-anos-depois-da-tragedia-moradores-do-bumba-cobram-casas>>;

_____. *Desastre em Xerém Foi Tragédia Anunciada*. 03.01.2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-03/desastre-em-xerem-foi-tragedia-anunciada-diz-especialista>>.

AGÊNCIA EFE 26.10.2010. *Sobe para 75 o Número de Mortos pelo Ciclone Giri em Mianmar*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2010/10/sobe-para-75-numero-de-mortos-pelo-ciclone-giri-em-mianmar.html>>. Acesso em: 22.11.2011, 10:00;

ALEXANDER, D. *ANDROID'S Doctoral School Programme – Online Doctoral School, ODS Workshop*: Disaster Resilience Network, Manchester, Inglaterra, 2014;

ANDROID, DISASTER RESILIENCE NETWORK. Residential Doctoral School Program: Incorporado à Conferência UNISDR *4th International Conference on Building Resilience - 'Making Cities Resilient Campaign'*, Salford Quays, Manchester City, United Kingdom, 2014;

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P. e AVANCI, J. Q. *Resiliência: Enfatizando a Proteção dos Adolescentes*. Porto Alegre: Artmed, 2006;

BARCELOS, F. C.; OLIVEIRA, S. M. *Novas Fontes de Dados sobre Risco Ambiental e Vulnerabilidade Social*. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/arquivos.pdf>>. Acesso em: 2.1.2013, 14:00 ;

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979;

BARRETO, A. *Terapia comunitária: passo a passo*. 3. ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008;

BELLOCH, A.; OLABARRIA, B. El Modelo Bio-psico-social: Un Marco de Referencia Necesario para El Psicólogo Clínico. *Revista Clinica e Salud*, v. 4, n. 2, 1993, p. 181-190;

BENEVIDES-PEREIRA, A.M.T. *Burnout: Quando o Trabalho Ameaça o Bem-Estar do Trabalhador*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002;

BERCELI D. *Evaluating the effects of stress reduction exercises employing mild tremors: a pilot study* [dissertation]. Phoenix (AZ): Arizona State University; 2009;

BERKES, F. e TURNER, N. Knowledge, Learning and the Evolution of Conservation Practice for Social-Ecological System Resilience. *Human Ecology*, Vol. 34, No. 4, 2006;

BOSI, Ecléa. Cultura e Desenraizamento. In: BOSI, Alfredo, org. *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, cap. 2, p. 16-41;

BRANDÃO, J. *Resiliência: De Que se Trata? O Conceito e suas Imprecisões*. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal de Minas Gerais, 2009;

BRASIL ESCOLA, 2014. *O Terremoto no Haiti*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/o-terremoto-no-haiti.htm>>. Acesso em: 05.01.2014;

BRIDE, B. E. Prevalence of Secondary Traumatic Stress Among Social Workers. *Social Work*, 52, 2007, p.63–70;

BRUCK, N.R.V. A Psicologia das Emergências: Um Estudo sobre Angústia Pública e o Dramático Cotidiano do Trauma. *Tese (Doutorado em Psicologia)*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007;

BRYANT, E. A. *Climate process and change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, 209 p;

CARVALHO, D.T. As Políticas Públicas de Gestão de Desastres Ambientais: O Caso do Município de Niterói, Após o Episódio do Morro do Bumba. *Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito* – PPGSD, Universidade Federal Fluminense, 2014;

CBMERJ. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.defesacivil.rj.gov.br/>>, 2012;

COLLINS, A. *Disasters and Resilience*. ANDROID'S Doctoral School Programme – Online Doctoral School, ODS and Residential Doctoral School, RDS Workshop: Disaster Resilience Network, Manchester, Inglaterra, 2014;

COSTA, S.L., ALVARENGA, L., ALVARENGA, A.M. Estudo de/com Comunidade Tradicional: Cultura, Imagem e História Oral. *Série Documenta EICOS 17*, 2007.

CHO, J.; TRENT, A. Validity in Qualitative Research Revisited. *Qualitative Research Journal*, v. 6, n. 3, p. 319-340, 2006;

CYRULNIK, B.. *Resiliência: essa Inaudita Capacidade de Construção Humana*. (A. Rabaça, trad.) Lisboa: Instituto Piaget, 2003. (original publicado em 2001);

_____. *Amor à Beira do Abismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2006;

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA, 2013. Disponível em: <<http://www.defesacivil.sc.gov.br/2013>>. Acesso em 10.11.2013;

DESABAFOS NITEROIENSES. *Passeata Contra Corrupção do Bairro*, 2011. Disponível em: <<http://www.desabafosniteroienses.com.br/2011/12/passeata-contra-construcao-do-bairro.html>>.

EIRD, *Estratégia Internacional para a Redução de Desastres*. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/cidadesresilientes/pdf/mah_ptb_brochura.pdf>, 2009. Acesso em: 15 de agosto de 2014, 18:00;

EM-DAT, The International Disaster Database. *The OFDA/CRED Centre for Research on The Epidemiology of Disasters*. Disponível em: <<http://www.em-dat.net/>>. Acesso em: 20 de fevereiro, 2013, 20:00;

ENARSON, E. et al. *Women, Gender and Disasters: Global Issues and Initiatives*. New Delhi, India: SAGE PUBLICATIONS, 2009;

FLACH, F.. *Resiliência: A Arte de Ser Flexível*. (W. Dupont, trad.), São Paulo: Saraiva, 1991 (Original publicado em 1988);

FRASER, N., Honneth, A., JAMES, I. *Redistribution or Recognition? A Political Philosophical Exchange*. Londres, 2003;

FREITAS, R., CAMPOS, C. *A Legislação dos Recursos Hídricos e sua Interrelação com os Desastres*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina /UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/waterlat/trabalhos/8.pdf>>;

G1 SERRA, LAGOS E NORTE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2013>>, em 4 de abril de 2013;

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e desterritorialização. In: ROSENDAHL, Z & CORRÊA, R.L. (orgs.). *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001;

HENRIQUES, M.S. *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII: Uerj, 5 a 9 de setembro de 2005;

HERCULANO, S.. Conflitos entre Usos de Interesse Social em Área Periurbana de Preservação Ambiental: *Revista Vistas – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, Ano III, No. 6, abril de 2013;

_____ ; PACHECO, T. (orgs). *Racismo Ambiental. I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental – Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE*, 2006;

_____. *Riscos e Desigualdade Social: A Temática da Justiça Ambiental e sua Construção no Brasil: I Encontro ANPPAS, GT Teoria e Ambiente*, Indaiatuba, São Paulo, 2002;

HETTIGE, S.T. Plenary Session KeyNote Speaker: Social Responses to Natural Disasters. *4th International Conference on Building Resilience*, Salford Quays, Manchester, United Kingdom, 2014.

_____. *ANDROID'S Doctoral School Programme – Online Doctoral School, ODS and Residential Doctoral School, RDS Workshop: Disaster Resilience Network*, Manchester, Inglaterra, 2014;

HEWITT, K.. *Regions of Risk: A Geographical Introduction to Disasters*. Addison Wesley Longman, Essex, UK, 1997;

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *27 dos municípios brasileiros foram atingidos por inundações afetando 14*, 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/ibge-27-dos-municipios-brasileiros-foram-atingidos-por-inundacoes-afetando-14>>;

_____. *Perfil dos Municípios Brasileiros*, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2013/>>.

_____. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*, 2013;

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*, 2004;

INFANTE, F.. A Resiliência como Processo: uma Revisão da Literatura Recente. Em A. Melillo; E. N. S Ojeda e col. *Resiliência: Descobrendo as Próprias Fortalezas*. (V. Campos, trad.) (pp. 23-38). Porto Alegre: Artmed, 2005 (Original publicado em 2001);

ISRD - International Strategy for Disaster Reduction. Annual Disaster Statistical Review 2009: *The Numbers and Trends*. Disponível em: <<http://www.preventionweb.net>>. Acesso em: 08.02.2013, 17:30;

JONES, D. Environmental Hazards in the 1990s: Problems, Paradigms and Prospects. *Geography*, v.78, .2, p. 161-165, 1993;

KELMAN, I. 2010. *Natural Disasters Do Not Exist (Natural Hazards Do Not Exist Either)* Versão 3, 9 de julho 2010 (Versão 1 em 26 julho 2007). Disponível em <http://www.ilankelman.org/miscellany/NaturalDisasters.rtf>

KOHL, P. A.; O'ROURKE, A. P.; SCHMIDMAN, D. L.; DOPKIN, W. A.; BIRNBAUM, M. L. The Sumatra-Andaman Earthquake and Tsunami of 2004: the Hazards, Events, and Damage. *Prehospital and Disaster Medicine*, v. 20, n. 6, p. 356-363, 2005;

KOWARICK, L. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993;

LAGO, K., CODO, W. *Fadiga por Compaixão, O Sofrimento dos Profissionais em Saúde*. São Paulo: Vozes, 2010;

LAYRARGUES, P. P. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. In: QUINTAS, J. S. (Org.) *Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente*. Brasília: Edições IBAMA, 2ª edição. 2002;

LEVINE, P.A.; KLINE, M. *Trauma Through a Child's Eyes*. Bekerley, Califórnia: North Atlantic Books, 2006;

LEVINE, P.A. *O Despertar do Tigre – Curando o Trauma*. São Paulo: Summus, 4ª Ed, 1999;

_____. *Uma Voz sem Palavras: Como o Corpo Libera o Trauma e Restaura o Bem-Estar*. São Paulo: Summus, 2012;

LEWIS, J.. *Development in Disaster-prone Places: Studies of Vulnerability*. Intermediate Technology Publications, London, UK, 1999.

LOUREIRO, C.F.; LAYRARGUES P.P.. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: Perspectivas de Aliança Contra-Hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 11, no. 1, p. 53-71, 2013;

_____. *Educação Ambiental, Gestão Pública, Movimentos Sociais e Formação Humana, uma Abordagem Emancipatória*. São Carlos: RiMa editora, 2009;

_____. A Pesquisa-Ação Participante e Educação Ambiental: Uma Abordagem Dialética e Emancipatória. In: REIS, M.F. *A Pesquisa-Ação-Participativa em Educação Ambiental, Reflexões Teóricas* (org). São Paulo: FAPESP, 2007;

_____; LAYRARGUES P. P., CASTRO, R.S. (orgs.). – *Educação Ambiental: Repensando o espaço de cidadania*, 3 ed, São Paulo: Cortez, 2005;

_____. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004;

LUTHAR, S. S.. Vulnerability and resilience: a study of high risk adolescents. *Child Development [versão eletrônica]*, 62, 600-16, 1991 (acesso em 16.11.2012);

MARCELINO, E.V., NUNES, L.H., KOBİYAMA, M. Banco de Dados de Desastres Naturais: Análise de Dados Globais e Regionais: *Caminhos de Geografia*, revista on line. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>, ISSN 1678-6343, 2006;

MARCELINO, E. V. Desastres Naturais e Geotecnologias: Conceitos Básicos. *Caderno Didático no.1*, INPE/CRS, Santa Maria, 2008;

MARCHEZINI, V. Dos Desastres da Natureza à Natureza dos Desastres. In: VALENCIO, N., et alli. (orgs). *Sociologia dos Desastres, Construção, interfaces e perspectivas no Brasil*, São Carlos, RiMa Editora, 2009;

MASTEN, A. S. e COATSWORTH, J. D. The Development of Competence in Favorable and Unfavorable Environments: Lessons from Research on Successful Children. *American Psychology [versão eletrônica]*, 53 (2), 205-220, 1998 (acesso em 14.11.2012);

MASTEN, A. S. e POWELL, J. L. A Resilience Framework for Research, Policy, and Practice. Em: S.S. Luthar (org.) *Resilience and Vulnerability: Adaptation in the Context of Childhood Adversities* (2a edição, pp. 1-25). New York: Cambridge University Press, 2007;

MATTEDI, M. A. et al. O desastre se tornou rotina. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Org.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, Gente e Política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009, p. 14-21;

MEDING. *Disasters and Resilience. ANDROID'S Doctoral School Programme – Online Doctoral School, ODS and Residential Doctoral School, RDS Workshop: Disaster Resilience Network*, Manchester, Inglaterra, 2014;

MEIO AMBIENTE NITERÓI. *Bairro Maceió*, 2012. Disponível em: <[HTTP://www.meioambiente.niteroi.rj.gov.br/bairros/maceio.html](http://www.meioambiente.niteroi.rj.gov.br/bairros/maceio.html)>.

MENDONÇA, M.B., et alli. Diagnóstico e Proposta para Tratamento de Áreas de Risco Geotécnico: um Trabalho Desenvolvido em Encostas Urbanas de Niterói, RJ, 8o Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia, Rio de Janeiro, pp. 439-451, 1996;

_____. *Metodologia Educacional para a Redução de Riscos Associados a Deslizamento de Terra*. Projeto para o Programa Prioridade Rio, FAPERJ 04/2010;

MILETI, D. et alli. *Disasters by Design: A Reassessment of Natural Hazards in the United States*. Joseph Henry Press, Washington, DC, USA, 1999;

MINAYO, M.C.S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec, 1992;

MINAYO, M.C.S. (Org.) *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003;

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, Secretaria Especial de Políticas Regionais, Departamento de Defesa Civil. *Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres*, Brasília, 1998;

MOTTA, J.I.J.; BUSS, P.; NUNES, T.C.M. *Novos desafios educacionais para a formação de recursos humanos em saúde*, 2001. Disponível em: <http://www.observatorio.nesc.ufrn.br/texto_forma09.pdf>. Acesso em: 20.11.2014;

MURPHY, L. B.. Further Reflections on Resilience. Em E. J. Anthony; B. J. Cohler (org.), *The Invulnerable Child*. (pp. 84-105) New York: The Guilford Press, 1987;

NASCIMENTO, M.F.F. Percepção de Risco: A Visão dos Atores Sociais da Comunidade de Padre Hugo, Bairro de Canabrava, Salvador, Bahia. *Revista VeraCidade, ano VIII*, no. 12, setembro de 2012;

O GLOBO, JORNAL. *Quatro Anos Após Tragédia, Perigo Ainda Ronda o Morro do Bumba*, 05/04/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/quatro-anos-apos-tragedia-perigo-ainda-ronda-morro-do-bumba.html>>.

OLIVEIRA, C.E.M. Ferenczi Dialoga com a Experiência Somática sobre a Atitude Clínica. In: ROSSI, C. e NETTO, L. *Práticas Psicoterápicas e Resiliência – Diálogos com a Experiência Somática*, Rio de Janeiro, 2013;

_____. *Workshop em Experiência Somática, Nível Iniciante*. Associação Brasileira do Trauma, Rio de Janeiro, 2012;

OLIVER-SMITH, T. *The Martyred City: Death and Rebirth in the Andes*. University of New Mexico Press, Albuquerque, New Mexico, USA, 1986;

OLLAIK, L. et all. Concepções de Validade em Pesquisas Qualitativas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.38, n.1, 229-241, 2012;

OWUSU M. Community-Managed Reconstruction After the 2012 Fire in Old Fadama, Ghana. *Environment and Urbanization*, Sage Publication and International Institute for Environment and Development , 2013;

PASSOS, S.F.S. Resiliência, Regulação e Grupo: Primeiros Socorros para Equipes de Emergência. In: ROSSI, C. e NETTO, L. *Práticas Psicoterápicas e Resiliência – Diálogos com a Experiência Somática*, Rio de Janeiro, 2013;

PEDRO, R. As Redes na Atualidade: Refletindo sobre a Produção de Conhecimento. In: *Tecendo o Desenvolvimento*, orgs. Pedro, R; D'ávila Neto: Mauad, 2003;

PEREIRA, L. *Falta de Planejamento Urbano e a Tragédia “Ambiental” no Verão de 2011 em Teresópolis*, Rio de Janeiro, 2012 (versão eletrônica em pdf, acesso em 12.02.2013);

PINHEIRO, D. P. N. A Resiliência em Discussão. *Psicologia em Estudo [versão eletrônica]*, 9 (1), 67-75, 2004 (acesso em 14.11.2012);

PINTO, Anne. Refugiados Ambientais. In: *Âmbito Jurídico.com.br*, 2014. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2014;

PNUD - Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. *Dirección de Prevención e Crisis y de Recuperación*, 2004. Disponível em: <http://www.undp.org/cpr/disred/documents/publications/rdr/execsummary_esp.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012;

PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Environmental Refugees*, tradução - Disponível em: <<http://www.liser.eu/>>. Acesso em: 5 de julho de 2014, 19:30;

POLLAK, M.. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. São Paulo: PUC, 1995;

PORGES, S.W. The Polyvagal Theory: Phylogenetic Substrates of a Social Nervous System. *International Journal of Psychophysiology*, v. 42, 2001, pp. 123-46;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI E LATES CONSULTORIA. *Diagnóstico para o Plano Local de Habitação de Interesse Social - Município de Niterói / RJ*, outubro de 2011;

QUARANTELLI, E.L.; PERRY, R. (eds.) *What Is a Disaster? New Answers to Old Questions*. Philadelphia: Xlibris Books. 2005;

QUINTAS, J.S. *Bases Pedagógicas para a Formação Continuada do Agente Público da Área de Gestão Ambiental*. IBAMA, 2002;

QUINTAS J.S et alli. *A Formação do Educador para Atuar no Processo de gestão ambiental*; IBAMA – Brasília, 1995 (Série Meio Ambiente em Debate 1);

ROSSETTO, L.. Chuva em SP e em Nova Friburgo Ultrapassa Média Histórica, diz INPE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/01/chuva-em-sao-paulo-e-em-novafriburgo-ultrapassa-media-historica-diz-inpe.html>>. Acesso em: 30.12.2011;

RUTTER, M. Resilience in the Face of Adversity: Protective Factors and Resistance to Psychiatric Disorder. *British Journal of Psychiatry [versão eletrônica]*, 147, 598-611, 1985;

SALA DE IMPRENSA, IBGE, 2013. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/>>.

SANTOS, B. A Gramática do Tempo: Entre a Justiça e a Identidade. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*, 63, 2006, pp 143-160;

SANTOS, R.. Gestão de Desastres e Política de Assistência Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2012;

SEA, Secretaria de Estado do Ambiente. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br>>, novembro de 2013.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. *Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres*. Presidência da República, Brasília, 2013;

SEIDMAN, I. Interviewing as Qualitative Research: *A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences* (2nd ed.). New York: Teachers College Press, 1998;

SEXTON, L.. Vicarious traumatization of counsellors and effects on their workplaces. *British Journal of Guidance and Counseling*, 27, 1999, 393–403p;

SOMER, E; BUNCHDINDER, E. The Stress and Coping of Israeli Emergency Room Social Workers Following Terrorist Attacks. *Qualitative Health Research*, 14, 2004, p. 1077-1093;

SOUZA, P.C.A; LOUREIRO, C.F. Práticas Psicossociais após Desastres Ambientais: um Olhar para a Resiliência dos Adolescentes – Eixo: Políticas e Práticas de Educação Ambiental. Trabalho apresentado sob forma de Vivência no VIII Fórum de Educação Ambiental, REBEA, Belém, PA, 2014;

_____. Methodological Strategies to the Work in Environmental Risk Areas in Brazil. Trabalho completo publicado em Língua inglesa no *Proceedings ANDROID Doctoral School, Disasters and Resilience*, incorporado à Conferência da UNISDR 4th International Conference on Building Resilience - 'Making Cities Resilient Campaign', Salford Quays, Manchester City, Reino Unido, 2014;

SOUZA, P.C.A; LOUREIRO, C.F. Reflexões sobre os Desastres Ambientais no Estado do Rio de Janeiro: Questões Socioambientais e Psicossociais, Em: SOUZA, P.C.A (org) *REVISTA VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade: Para uma Educação Ambiental Crítica*, da Universidade Federal Fluminense, Ano IV, no.8, ISSN 2238-1627, set.2014. Disponível em < www.uff.br/revistavitas >;

_____. Estratégias Metodológicas para o Trabalho em Risco Ambiental: Contribuições da Experiência Somática. In: ROSSI, C. e NETTO, L.

Práticas Psicoterápicas e Resiliência – Diálogos com a Experiência Somática, Rio de Janeiro, 2013;

_____. Memória Oral e Troca Intergeracional: A Voz Silenciosa de Mateiros, Erveiros e Cultivadores do Bairro do Sapê, Niterói, Rio de Janeiro. *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade – Disponível em: <www.uff.br/revistavitas>*, ISSN 2238-1627, Ano II, Nº 5, dezembro de 2012;

_____. Memória Oral e Transmissão de Conhecimentos: A Comunidade do Sapê, Niterói, RJ, na Voz de Mateiros, Erveiros e Cultivadores de Plantas Ornamentais da Região. Rio de Janeiro. *Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)* – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia, 2009;

_____. Estratégias para o Trabalho de Educação Ambiental com Adolescentes. *VI Fórum de Educação Ambiental*, Rio de Janeiro, 2009;

_____; MELLO, C.. Identidade e Tradição Local: uma Possibilidade no Trabalho Comunitário com Adolescentes. *XV ABRAPSO*, Rio de Janeiro 2007;

SPIGNESI, S. J. *As 100 Maiores Catástrofes da História*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2005. 496p;

STEINBERG, T.. *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America*. Oxford University Press, New York, USA, 2000;

THIOLLENT, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis, 1982;

_____. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2005;

THIOLLENT, M. e SILVA, G. *Metodologia de Pesquisa-Ação na Área de Gestão de Problemas Ambientais*. Rio de Janeiro: RECIIS, 2007;

THOMPSON, C.L.; KENNEDY, P. Healing the Betrayed: Issues in Psychotherapy with Child Victims of Trauma. *Journal of Contemporary Psychotherapy*, 17 (3), 1987, p. 195-202;

TOBIN, G. A, MONTZ, B. E. 1997. *Natural Hazards – Explanation and Integration*. New York: The Guilford Press, 1997. 388p;

UN – UNITED NATIONS. *Living with Risk: a Global Review of Disaster Reduction Initiatives*. Preliminary version. Geneva, Switzerland: United Nations ISDR, 2002. 382 p;

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Reducing Disaster Risk: a Challenge for Development*. New York, USA: UNDP, 2004. 129 p.;

UNISDR – United Nations Office For Disaster Risk Reduction. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/we/inform/events/36278>> Acesso em 20.01.2013;

VALENCIO, N., et alli. *Sociologia dos Desastres, Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*, São Carlos, RiMa Edidora, 2009;

WALSH, F. *Fortalecendo a Resiliência Familiar*. (M. F. Lopes, Trad.) São Paulo: Roca. 2005;

WEISS, R. S.. *Learning from Strangers: The Art and Method of Qualitative Interview Studies*. New York: Free Press, 1994;

WERNER, E. E. e SMITH, R. S. *Vulnerable but Invincible: a Longitudinal Study of Resilient Children and Youth*. (2a edição). New York: Adams, Bannister, Cox, 1989;

_____. *Journeys from Childhood to Midlife: Risk, Resilience and Recovery*. London: Cornell University Press, 2001;

WISNER, B., BLAIKIE P., CANNON, T., DAVIS I. *At Risk – Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters*: Routledge, London & New York, 2005;

YEHUDA R, McFARLANE AC. Conflict between current knowledge about posttraumatic stress disorder and its original conceptual basis. *Am J Psychiatry*, 1995; 152:1705-13.

YUNES, M. A. M. e SZYMANSKI, H. Resiliência: Noção, Conceitos Afins e Considerações Críticas. Em J. Tavares (org.). *Resiliência e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001;

YUMARNI, T., AMARATUNGA D. e HAIGH R. Women Capacity, Community Resilience, and Sustainable Post Disaster Reconstruction: Case Study from Indonesia. Trabalho apresentado em forma de *paper* no *ANDROID Doctoral School, Disasters and Resilience*, Reino Unido, 2014.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE LANÇAMENTO DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Representantes de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, organizações de afrodescendentes, organizações indígenas e pesquisadores universitários, do Brasil, Estados Unidos, Chile e Uruguai, reuniram-se no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, trabalho e Cidadania, realizado em Niterói de 24 a 27 de setembro de 2001. Nessa ocasião denunciaram e debateram a preocupante dimensão ambiental das desigualdades econômicas e sociais existentes nos países representados. A injustiça ambiental que caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil foi o foco das discussões. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula.

Trabalhadores e população em geral estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água sujeitos a inundações, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. As dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que nas cidades leva a periferização de grande massa de trabalhadores e no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos.

As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores, que vivem nas regiões da fronteira de expansão das atividades capitalistas, sofrem as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às matas e aos rios, sendo expulsas por grandes projetos hidrelétricos, viários ou de exploração mineral, madeireira e agropecuária. Ou então têm as suas atividades de sobrevivência ameaçadas pela definição pouco democrática e pouco participativa dos

limites e das condições de uso de unidades de conservação. Todos estas situações refletem um mesmo processo: a enorme concentração de poder na apropriação dos recursos ambientais que caracteriza a história do país. Uma concentração de poder que tem se revelado a principal responsável pelo que os movimentos sociais vêm chamando de *injustiça ambiental*. Entendemos por *injustiça ambiental* o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Por *justiça ambiental*, ao contrário, designamos o conjunto de princípios e práticas que:

a- asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b- asseguram acesso justo e eqüitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

c- asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

d- favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

Estamos convencidos de que a injustiça ambiental resulta da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de

desenvolvimento. Uma lógica que mantém grandes parcelas da população às margens das cidades e da cidadania, sem água potável, coleta adequada de lixo e tratamento de esgoto. Uma lógica que permite que grandes empresas lucrem com a imposição de riscos ambientais e sanitários aos grupos que, embora majoritários, por serem pobres, têm menos poder de se fazer ouvir na sociedade e, sobretudo, nas esferas do poder.

Enquanto as populações de maior renda têm meios de se deslocar para áreas mais protegidas da degradação ambiental, as populações pobres são espacialmente segregadas, residindo em terrenos menos valorizados e geotecnicamente inseguros, utilizando-se de terras agrícolas que perderam fertilidade e antigas áreas industriais abandonadas, via de regra contaminadas por aterros tóxicos clandestinos. Os trabalhadores urbanos e rurais, por sua vez, estão freqüentemente submetidos aos riscos de tecnologias sujas, muitas delas proibidas nos países mais industrializados, que disseminam contaminantes que se acumulam de maneira persistente no meio ambiente. Esses contaminantes, além de provocar doenças nos próprios trabalhadores, produzem "acidentes" por vezes fatais com crianças que circulam em áreas de periferia onde ocorrem os descartes clandestinos de resíduos.

A irresponsabilidade ambiental das empresas atinge em primeiro lugar e com maior intensidade as mulheres, a quem cabe freqüentemente a lavagem dos uniformes de trabalho contaminados de seus maridos ou o manejo de recipientes de agrotóxico transformados em utensílios de cozinha. Esse ciclo de irresponsabilidade ambiental e social das empresas poluentes e de muitos gestores e órgãos governamentais, ameaça o conjunto dos setores sociais, haja vista que rios e alimentos contaminados por agrotóxicos e pela falta de tratamento de esgoto acabam por afetar as populações nas cidades.

A anencefalia nas crianças nascidas em Cubatão (SP), a presença das substâncias cancerígenas conhecidas como "drins" nas pequenas chácaras de Paulínia (SP), a estigmatização que perpetua o desemprego dos trabalhadores contaminados por dioxina no ABC paulista, a alta incidência de suicídio entre os trabalhadores rurais usuários de agrotóxicos em Venâncio Aires (RS) são exemplos que configuram as manifestações visíveis de um modelo fundado na injustiça estrutural e na irresponsabilidade ambiental de empresas e governos. Apesar do fato de que a lógica deste modelo é

sistematicamente negada por seus responsáveis, que alegam a ausência de causalidade entre as decisões políticas e produtivas e os efeitos danosos que têm sobre suas vítimas. O enfrentamento deste modelo requer que se desfaça a obscuridade e o silêncio que são lançados sobre a distribuição desigual dos riscos ambientais. A denúncia do mesmo, por outro lado, implica em desenvolver articuladamente as lutas ambientais e sociais: não se trata de buscar o deslocamento espacial das práticas danosas para áreas onde a sociedade esteja menos organizada, mas sim de democratizar todas as decisões relativas à localização e às implicações ambientais e sanitárias das práticas produtivas e dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura.

Pensamos que o tema da *justiça ambiental* – que indica a necessidade de trabalhar a questão do ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça - representa o marco conceitual necessário para aproximar em uma mesma dinâmica as lutas populares pelos direitos sociais e humanos e pela qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. Por esse motivo criamos a *Rede Brasileira de Justiça Ambiental*, que tem os seguintes objetivos básicos:

1. Elaborar coletivamente uma “Declaração de Princípios da Justiça Ambiental no Brasil” – Essa declaração será objeto de um processo de discussão contínuo de médio prazo, servindo para aglutinar forças, afinar conceitos e suscitar estratégias. Nos EUA, o movimento de justiça ambiental foi estruturado nacionalmente a partir do programa dos “17 princípios” elaborado em 1991, na Cúpula dos Povos de Cor pela Justiça Ambiental. No caso brasileiro, assim como naquele país, espera-se que um tal processo ajude a disseminar as lutas e as estratégias associadas à noção de justiça ambiental.
2. Criar um ou mais centros de referências de Justiça Ambiental – Trata-se de uma proposta de democratização de informações, criando bancos de dados que contenham registros de experiências de lutas, casos concretos de injustiça ambiental, conflitos judiciais, instrumentos institucionais etc. Trata-se também de aglutinar peritos de diferentes especialidades dispostos a apoiar as demandas de assessoria dos movimentos. Os centros ajudarão a acompanhar e divulgar resultados de pesquisa acadêmica sobre desigualdades ambientais. Fóruns periódicos debaterão e consolidarão as experiências dos diferentes tipos de lutas desenvolvidas.

3. Diálogo permanente entre atores – Promover o intercâmbio de experiências, idéias, dados e estratégias de ação entre os múltiplos atores de lutas ambientais: entidades ambientalistas, sindicatos urbanos e rurais, atingidos por barragem, movimento negro, remanescentes de quilombos, trabalhadores sem terra, movimento de moradores, moradores em unidades de conservação, organizações indígenas, ONGs, fóruns e redes. Além de encontros específicos por setores, pretende-se organizar encontros maiores que ampliem a cooperação e o esforço comum de luta.

4. Desenvolvimento de instrumentos de promoção de justiça ambiental – Produzir metodologias de “Avaliação de Equidade Ambiental”, manuais de valorização das percepções ambientais coletivas, mapeamento dos mecanismos decisórios com vistas à democratização das políticas ambientais em todos os níveis, cursos para a sensibilização dos agentes do poder público envolvidos com a regulação do meio ambiente. Produzir argumentos conceituais e evidências empíricas em favor da sustentabilidade democrática e da justiça ambiental.

5. Pressionar órgãos governamentais e empresas para que divulguem informações ao público - Reivindicar a publicação sistemática de informações sobre as fontes de risco ambiental no país. As agências estaduais, em particular, deverão ser pressionadas publicamente para produzir dados sobre a distribuição espacial dos depósitos de lixo tóxico e perigoso.

6. Contribuir para o estabelecimento de uma nova agenda de ciência e tecnologia - Apoiar pesquisas voltadas para os temas da justiça ambiental realizadas sempre que possível através do diálogo entre pesquisadores, comunidades atingidas e movimentos organizados. Ajudar a formar técnicos e peritos que trabalhem dentro dessa perspectiva. Estimular o desenvolvimento de novas metodologias científicas e de novas tecnologias que ajudem a promover a luta contra a injustiça ambiental, sempre respeitando os direitos de cidadania e o saber das comunidades locais.

7. Estratégia de articulação internacional – Desenvolver contatos com parceiros internacionais no campo da estratégia política, da cooperação científica, da troca de informação sobre normas e padrões ambientais, da luta contra a exportação de processos

poluentes e de depósitos de rejeitos perigosos. Preparar uma oficina sobre Justiça Ambiental no II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, 2002.

Consideramos que o termo Justiça Ambiental é um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, freqüentemente dissociados nos discursos e nas práticas. Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente aos processos de globalização e reestruturação produtiva que provocam perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como um todo. Justiça ambiental, mais que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradores, grupos de afetados por diversos riscos (como as barragens e várias substâncias químicas), ambientalistas e cientistas. As entidades que promoveram e participaram do Colóquio farão reuniões para organizar a estrutura de funcionamento e as primeiras atividades da Rede, com base nos princípios acima descritos. Todos os que se sentirem de acordo com a proposta da *Justiça Ambiental* estão convidados a participar.

(Texto citado no artigo *Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil* (HERCULANO, 2002), parcialmente extraído do panfleto de divulgação do Colóquio, de redação coletiva, com a participação também de Henri Acselrad, José Augusto Pádua, Jean Pierre Leroy e Paulo Roberto Martins)

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE AS TÉCNICAS EM USO PELOS ENTREVISTADOS

1 Experiência Somática – Somatic Experiencing®

A Experiência Somática é um modelo naturalista e biológico e resolução do estresse traumático, desenvolvido pelo psicólogo e biofísico norte americano Peter A. Levine, PhD. A teoria oferece importantes contribuições para a compreensão, o trabalho clínico e a prevenção do estresse traumático. É baseada numa tradição de educação somática, psicoterapia de orientação corporal, em estudos neurofisiológicos de interconexões entre corpo-cérebro-mente e nas observações realizadas em animais e humanos em estados de estresse. Entende que muitos dos sintomas do estresse pós-traumático podem ser sinais ou indicações de respostas incompletas e fixas de luta, fuga ou congelamento – um processo que é primariamente fisiológico, autonômico, iniciado e comandado por estruturas cerebrais mais primitivas. A dinâmica do estresse traumático resulta de processos biológicos num grau maior do que o previamente conhecido.

A abordagem clínica busca a finalização das respostas naturais, que permanecem incompletas – fuga, luta, congelamento e que constituem a base dos sintomas, através do reconhecimento e recuperação das tendências inatas de auto-regulação, inerentes aos processos biológicos e psicomotores e através da integração destes com os processos simbólicos da cognição e emoção. Como a base do transtorno pós-traumático reside na fisiologia da sobrevivência, a SE vai atuar sobre o comportamento do sistema nervoso autônomo, empregando a conscientização das sensações corporais relacionadas à situação traumática, como ferramenta básica. O direcionamento da SE para a percepção (sensório-motora) do corpo, permite a expressão e liberação gradual e segura da hiperativação das energias de sobrevivência que permaneceram no corpo.

A ABT – Associação Brasileira do Trauma é a representante oficial da abordagem de SE – Somatic Experiencing no Brasil. Com profissionais da área da saúde mental, emocional e física, devidamente certificados pela Fundação americana, que representa o trabalho no estado do Colorado, EUA, a Foundation for Human Enrichment. Além de

profissionais em fase de formação, que integram a abordagem em suas respectivas áreas de trabalho.

(Texto parcialmente extraído do site <http://www.traumatemcura.com.br>)

OBS.: Incluímos, abaixo, uma capacitação que foi criada a partir dos estudos de SE:

Trauma First Aide® (TFA) – Primeiros Socorros para Situações de Trauma

Baseando-se nos estudos de Peter Levine, criou-se, ainda, uma capacitação intitulada *Trauma First Aide*, uma versão de intervenção mais breve e preventiva, a partir do SE, sendo uma ferramenta muito utilizada na área de saúde mental, relacionada a desastres e situações de emergência. O treinamento de TFA é recomendado para indivíduos que trabalham com ambientes de alto nível de estresse ou em situações de risco, incluindo: enfermeiras, terapeutas, médicos, para-médicos, bombeiros, defesa civil, militares, veteranos de guerra, professores, religiosos, educadores, assistentes sociais, gestores de risco e profissionais de emergência. Uma única capacitação foi realizada no Brasil, onde participantes da formação de SE tiveram a oportunidade de aprender esta relevante ferramenta de prevenção para situações extremas. As capacitações vêm sendo realizadas no estado da Califórnia, EUA, na maior parte das vezes.

(texto parcialmente extraído do site www.traumafirstaide.com)

INFORMAÇÕES SOBRE AS TÉCNICAS EM USO PELOS ENTREVISTADOS

2 EMDR® – Eye Movement Desensitization and Reprocessing/Dessensibilização e Reprocessamento de Experiências Emocionalmente Traumáticas

O EMDR é uma nova forma de psicoterapia, desenvolvida na Califórnia, no final dos anos 80, pela psicóloga Francine Shapiro. Fundamentado nas novas descobertas da neurociência. O EMDR é um método de dessensibilização e reprocessamento de experiências emocionalmente traumáticas, por meio de estimulação bilateral do cérebro (ocular, auditiva e/ou tátil). Permite o reprocessamento de lembranças difíceis e dolorosas através da dessensibilização e integração do conteúdo neural nos hemisférios cerebrais. Inicialmente, foi utilizado para tratar das seqüelas provocadas pelo Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), mas com o tempo ampliaram-se as possibilidades de intervenção para quadros resultantes de ansiedade generalizada, fobias, luto, síndrome do pânico, depressões, dor crônica. Há resultados promissores com doenças psicossomáticas e para aprimoramento de desempenho.

Os movimentos são realizados em conjunto com a psicoterapia, para auxiliar o cliente a integrar os traumas processados. O processamento acelerado de informações propiciado pelo EMDR é feito de forma particular, ou seja, cada um irá processar suas associações, baseadas em sua experiência pessoal e seus valores. Os estímulos bilaterais são processados até que a lembrança deixe de ser perturbadora e possa ser associada a pensamentos e crenças pessoais mais positivas.

Atualmente, O EMDR é reconhecido pela Associação Americana de Psiquiatria, pela Associação Americana de Psicologia (APA), pela Sociedade Internacional de Estudos de Estresses Traumáticos e aprovado pelo Registro Nacional de Programas e Práticas baseados em Evidência (NREPP) do governo norte-americano. Além de aprovado pelos Departamento de Saúde Mental de Israel, Irlanda do Norte, Inglaterra, França e Suécia. No Brasil, se oferece formação em EMDR através da EMDR Treinamento e Consultoria em convênio com a EMDR Brasil e o EMDR Institute, apenas para profissionais formados em psicologia.

(Texto parcialmente extraído do site <http://www.emdrbrasil.com.br>)

INFORMAÇÕES SOBRE AS TÉCNICAS EM USO PELOS ENTREVISTADOS

3 TRE[®] – Trauma Releasing Exercises/Exercícios de Liberação de Trauma

TRE surgiu como resultado do longo trabalho de David Bercelli com comunidades traumatizadas, enquanto viveu na África e no Oriente Médio. Sua observação e pesquisa explorativa trouxeram a ele uma compreensão de que estas respostas naturais de vibração são um sistema intrínseco ao corpo de aquietar a tensão muscular e o cérebro, liberando tensão como forma de liberação do estresse crônico, tensão ou trauma.

Embora já haja alguma pesquisa preliminar sobre os benefícios do TRE, a Fundação Bercelli continua na busca de apoio financeiro para a realização de pesquisas que possam identificar a complexidade envolvida no processo que ocorre naturalmente em nosso corpo. Sabendo-se que este mecanismo de vibração nos músculos é parte do nosso comportamento natural de seres humanos, todos podem ser beneficiados pelo TRE. A vibração da musculatura aumenta a resiliência do corpo, porque causa um relaxamento profundo, que naturalmente reduz os níveis de estresse. Pode aliviar processos de ansiedade gerados por excesso de trabalho, preocupações excessivas, estresses físicos ou traumas por acidentes.

O TRE é uma ferramenta para ser utilizada pela própria pessoa, de acordo com sua necessidade e de forma contínua, como técnica de redução de estresse e como prática eficaz complementar, integrada a outros atendimentos psicológicos, incluindo o tratamento de TEPT (Transtorno de Estresse Pós-Traumático). Pode ser utilizado por grandes grupos em comunidades que tenham passado por trauma coletivo, ultrapassando barreiras de língua e culturais por focar nas respostas fisiológicas naturais do ser humano.

(Texto parcialmente extraído do site www.bercelifoundation.org)

INFORMAÇÕES SOBRE AS TÉCNICAS EM USO PELOS ENTREVISTADOS

4 PSICODRAMA[®] - SOCIODRAMA[®]

Drama" significa "ação" em grego. Psicodrama pode ser definido como uma via de investigação da alma humana mediante a ação. É um método de pesquisa e intervenção nas relações interpessoais, nos grupos, entre grupos ou de uma pessoa consigo mesma. Mobiliza para vivenciar a realidade a partir do reconhecimento das diferenças e dos conflitos e facilita a busca de alternativas para a resolução do que é revelado, expandindo os recursos disponíveis. Tem sido amplamente utilizado na educação, nas empresas, nos hospitais, na clínica, nas comunidades.

O Psicodrama é uma parte de uma construção muito mais ampla, criada por Jacob Levy Moreno, a Socionomia. Na verdade, a denominação da parte foi estendida para o todo e, quando as pessoas usam o termo Psicodrama, estão, geralmente, se referindo à Socionomia. Ciência das leis sociais e das relações, a socionomia é caracterizada fundamentalmente por seu foco na intersecção do mundo subjetivo, psicológico e do mundo objetivo, social, contextualizando o indivíduo em relação às suas circunstâncias. Enquanto técnicas, a diferença entre o Psicodrama e o Sociodrama consiste em que no primeiro o trabalho dramático focaliza o indivíduo - embora sempre visto como um ser em relação - e no segundo focaliza o próprio grupo. O Sociodrama é um método, onde o grupo é considerado uma entidade em si, com sua própria estrutura social e é onde os processos individuais ocorrem, sem a perda da autonomia.

A transformação social e o trabalho com a comunidade era o grande sonho de Moreno. No começo do século XX, ele ia às praças e ruas de Viena e relacionava-se com crianças e adultos, estimulando-os a descobrirem novas formas de estar no mundo. A filosofia do momento, que embasa a teoria e a prática psicodramática, foi sendo configurada através de sua observação do potencial criativo do ser humano. Desde então, o Psicodrama vem se transformando, desenvolvendo-se como teoria e como prática.

Profissionais da área clínica adaptaram-no para o atendimento processual em consultório, muitas vezes num enquadre de psicoterapia individual, trazendo novas contribuições para a teoria psicodramática do desenvolvimento emocional e para a compreensão da psicopatologia, assim como para a configuração de modelos referenciais na compreensão da experiência emocional humana e dos grupos. Neste contexto, mais comumente, a expressão dos impedimentos e conflitos envolve tensão, agressividade e, principalmente, o reconhecimento e acolhimento da dor psíquica.

(Texto parcialmente extraído do site <http://www.febrap.org.br/psicodrama>)

INFORMAÇÕES SOBRE AS TÉCNICAS EM USO PELOS ENTREVISTADOS

5 TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA[®] (TCI)

A Terapia Comunitária é uma metodologia criada há cerca de 20 anos pelo psiquiatra e antropólogo Prof. Dr. Adalberto Barreto, da Universidade Federal do Ceará. Ela vem sendo aplicada em vários países, em diversas áreas – social, de saúde e de educação. A Roda de TCI é um espaço de acolhimento e de partilha de sentimentos e experiências de vida. Mobiliza recursos e competências das pessoas por meio da ação terapêutica do próprio grupo, e estimula a formação de uma rede social solidária para enfrentar os problemas do cotidiano. É um procedimento terapêutico de fácil acesso e viável para grupos de todos os tamanhos.

Um de seus objetivos é fortalecer o trabalho em rede, incorporando universidades, movimentos sociais, entidades de base, lideranças comunitárias, como forma de consolidar a ação de empoderamento e de consolidação de uma base cidadã e autônoma. Procura suscitar a dimensão terapêutica do próprio grupo, valorizando a herança cultural dos nossos antepassados indígenas, africanos, europeus e orientais, bem como o saber produzido pela experiência de vida de cada um. Enquanto muitos modelos centram suas atenções na patologia, nas relações individuais, privadas, a Terapia Comunitária Integrativa se propõe cuidar da saúde comunitária em muitos espaços, principalmente os espaços públicos. Propõe-se a valorizar a prevenção. Prevenir é, sobretudo, estimular o grupo a usar sua criatividade e construir seu presente e seu futuro a partir de seus próprios recursos.

O foco é o trabalho de grupo, para que juntos partilhem problemas e soluções e possam funcionar como escudo protetor para os mais vulneráveis, incluindo agregação e inserção social. Romper com o isolamento entre o “saber científico” e o “saber popular”, fazendo um esforço no sentido de se exigir um respeito mútuo entre as duas formas de saber, numa perspectiva complementar, sem rupturas com a tradição e sem negar as contribuições da ciência moderna. A TCI não cuida das doenças em si, que devem ser tratadas pelos especialistas da área de Saúde. O foco é criar um ambiente acolhedor, onde o sofrimento que acompanha toda situação de crise possa ser acolhido, utilizando os recursos latentes dentro da própria comunidade e dos indivíduos.

Todos são convidados a partilhar seus talentos e saberes. Aquele que foi ajudado sente-se melhor, vislumbra soluções para as dificuldades, descobre competências escondidas e cria novos laços de respeito e afeto dentro da comunidade. Aquele que ajudou também cresce no processo, percebe a riqueza de sua experiência de vida e resgata sua auto-estima.

A Terapia Comunitária Integrativa é uma prática recomendada pelo Ministério da Saúde desde 2008, através da Atenção Básica de Saúde, sendo as capacitações realizadas pela CAIFCOM (Centro de Ensino, Pesquisa e Atendimento do Indivíduo, Família e Comunidade) em associação com a ABRATECOM (Associação Brasileira de Terapia Comunitária).

(Texto parcialmente extraído do site <http://www.abratecom.org.br>)

INFORMAÇÕES SOBRE AS TÉCNICAS EM USO PELOS ENTREVISTADOS

6. MAQUETES INTERATIVAS

Os motivos da escolha de maquetes como instrumento pedagógico podem ser variados, mas deve-se ressaltar que a visualização da Geografia de forma concreta, através das maquetes desenvolve nos sujeitos a capacidade de observar, pensar, interpretar a realidade física de seu território, com toda a sua dinâmica interna e externa. A utilização de maquetes pode permitir ao educando, ao fazer uma análise geográfica, interpretar o relevo, descrever suas formas, entender o porquê dessas formas, bem como a transformação no decorrer do tempo, entendendo os problemas e as dinâmicas sociais e relacionar tudo isso com a sua realidade. Por exemplo, podemos trabalhar na construção de maquetes que possam trazer a questão dos deslizamentos de terra e inundações ocorridos em sua comunidade, de forma que compreendam o contexto físico dos mesmos.

As maquetes também possibilitam a visualização do objeto a ser estudado em terceira dimensão, permitindo a introdução de diferentes dados e informações, e assim partindo do concreto pode-se chegar a um nível de abstração suficiente para a interpretação de mapas. Sem esquecer que elas promovem também a interdisciplinaridade, pois os professores ao trabalhar com maquetes podem explorar diferentes conteúdos da Geografia e relacioná-los com outras disciplinas, como educação ambiental. Apesar da maioria das escolas terem acesso a novas tecnologias, que possibilitam a visualização e manipulação de dados e informações espaciais, pode ocorrer que alguns professores não estejam preparados ou não estão seguros de como usar essa estratégia de ensino de maneira pedagógica eficiente.

Com os vastos recursos tecnológicos disponíveis atualmente, nem todas as escolas possuem acesso a esse tipo de tecnologia e as que possuem nem sempre as utilizam de maneira correta. Portanto a maquete supre em partes esta deficiência, como um recurso didático barato e relativamente simples de ser confeccionado se comparado aos modernos softwares existentes no mercado. O propósito de desenvolver no aluno o interesse não só pelas atividades acadêmicas, mas transformá-los em atores locais em suas comunidades, formando cidadãos capazes de assimilar e desenvolver técnicas para

pensar permite que possa agir criticamente, de modo que ofereçam elementos para compreender e explicar o mundo. Esse olhar geográfico, com base na teoria social, tem de trabalhar um método de análise que permita ver além das aparências, que consiga buscar as explicações para a compreensão dos fenômenos. O uso da maquete permite trabalhar a geografia de forma inovadora, relacionando com conteúdos alheios ao cotidiano com a realidade dos alunos.

(Texto parcialmente retirado do trabalho: *Aplicação Didática para o Ensino da Geografia Física através da Construção e Utilização de Maquetes Interativas*, de Rose Mari Durigan Luz e Sandro José Briski)

